

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

MENDONÇA, Evany Gomes de Matos. *Evany Gomes de Matos Mendonça (depoimento, 2002)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC-FGV e MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**EVANY GOMES DE MATOS MENDONÇA  
(depoimento, 2002)**



## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Recife - PE - Brasil

data: 15/03/2002 e 18/03/2002

duração: 4h 40min

fitas cassete: 06

páginas: 62

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória da assistência social no Brasil: constituição de banco de entrevistas", desenvolvido em convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social através de sua Secretaria de Estado de Assistência Social, entre 2001 e 2002, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos sobre o tema a ser disponibilizado no CPDOC e no Centro de Referência e Estudos da Assistência Social.



## Sumário

*1ª Entrevista: 15.03.2002*

Fita 1-A: Nome e origens familiares: pai de Barreiros/PE e mãe do Crato/CE; pais se conheceram em Ouricuri/PE, por ligação com a música; revolta no Crato: revolução de Floro Bartolomeu; personalidade do pai: pessoa de idéias avançadas para a época; relações entre a profissão do pai e as várias cidades em que viveu; referência à cidade em que nasceu e cidades em que viveu: Ouricuri/PE; Bodocó/PE; Sertânia/PE (cidade em que nasceu); Lagoa do Monteiro/PB; Rio Branco/PE e Bom Conselho/PE, onde passou parte da infância e iniciou processo de alfabetização; não frequentou escola primária, sendo alfabetizada pelo pai por um método diferente do tradicional; pai dava aulas em casa para crianças da elite de Bom Conselho; histórias sobre Lampião: “terrorismo” do pai sobre uma possível passagem do bando de Lampião em Bom Conselho; morte do irmão mais novo: grande abalo na família, que provoca transferência de Bom Conselho para Palmares/PE; consagração a Santa Joana d’Arc; doença da mãe em Palmares e transferência para Recife; mudanças no estilo de vida; ligações com a Igreja Católica; matrícula na Escola de Aplicação da Escola Normal de Recife, onde estavam ocorrendo experiências de modernização do ensino; entrada do irmão Hélio no Ginásio de Recife; Revolução de 30 em Recife: tiroteios e necessidade de sair de casa, mas pai não se envolvia política; vida em Caruaru onde passou a adolescência; pai se torna agente postal telegráfico; conclusão do Ginásio em Caruaru; início do Curso Normal Rural: funcionamento do curso; nascimento da irmã mais nova; transferência do pai para Recife devido a perseguições políticas.

Fita 1-B: Movimento comunista de 1935 e querelas políticas locais; vida da família em Recife: condições precárias de moradia; estudos na Escola Normal de Recife; características do curso no Ginásio de Caruaru: colégio misto de orientação católica e privado; o colégio dava liberdade aos alunos para discutir até assuntos relativos à sexualidade; a maioria dos alunos era de meninos; duração do curso no Ginásio de Caruaru; formação na Escola Normal de Recife: pedagogia moderna e professores altamente gabaritados; experiência como professora primária: a escola pertencia ao estado de Pernambuco, mas funcionava em uma casa; a turma era composta por três classes simultâneas; a dona da casa “mandava” na escola; o salário de professora servia para ajudar a família; as professoras eram valorizadas na época; casamento do irmão Hélio; vida social mais ativa quando se muda para o bairro das Graças, em Recife; opiniões sobre casamento; gosto por festas; entrada no Curso Normal de Educação Física: um braço do CPOR; os professores eram sargentos do Exército; dificuldades com natação durante o curso; boa classificação no curso; experiência como professora de Educação Física na Escola Experimental de Recife; convite de Lourdes Moraes para cursar Serviço Social; ligação da família com a Igreja Católica.

Fita 2-A: Participação de Hélio no movimento integralista; interesse de Evany por política só se iniciou após o ingresso na Escola de Serviço Social de Recife; amizade com o político Etelvino Lins; interesse por música e literatura; escolas em que deu aulas de Educação Física; ingresso no curso de Serviço Social da Escola de Recife: não sabia exatamente o que era Serviço Social, incentivo de Liete Silveira; a Escola funcionava no Juizado de Menores e depois se transferiu para casa comprada com recursos da LBA; estudava na Escola e dava aulas de Educação Física; levou dez anos para concluir o

curso; o início do despertar para o social com o ingresso na Escola; as disciplinas do curso e sua experiência como monitora; deixa de dar aulas de Educação Física para se dedicar só à Escola; fica à disposição da Escola antes mesmo da formatura; áreas de trabalho do Serviço Social na ocasião; início da carreira profissional na Escola de Serviço Social de Recife: professora de Serviço Social de Família; torna-se vice-diretora logo após a formatura; crítica aos fundamentos do Serviço Social utilizados na Escola, naquele momento: utilização de conceitos e orientações inadequados à realidade brasileira; forte influência das experiências do Serviço Social francês e belga no ensino no Brasil; criação da Escola de Serviço Social de Recife: importância da figura de Rodolfo Aureliano, o juiz de menores; ligação da Escola de Recife com o Instituto de Educação Familiar e Serviço Social do Rio de Janeiro; vínculos entre religião católica e ensino do Serviço Social.

Fita 2-B: Não foi gravada.

Fita 3-A: Crítica à ligação entre religião e Serviço Social: o trabalho de Serviço Social não devia ser proselitismo católico; experiência na direção da Escola de Recife entre 1961 e 1971; influência da Juventude Universitária Católica (JUC) na Escola de início dos 60; contatos com o professor Paulo Freire; posição política conservadora da Igreja quando assume a direção; radicalização do movimento estudantil em Recife e na Escola de Serviço Social, após 1964; relações com autoridades do regime militar em função de sua posição como diretora da Escola: envolvimento de alunos e convocação por militares; primeiros contatos com Dom Hélder Câmara; características da Escola de Serviço Social de Recife quando de seus inícios: curso composto majoritariamente por mulheres de diversas origens sociais; postura moralista e muito religiosa; existência de amplo mercado de trabalho para as assistentes sociais nos Institutos de Aposentadorias e Pensões; regulamentação da profissão de assistente social; trabalho no SESI: descompasso entre o aprendizado na Escola e a função exercida; não havia a mobilização dos operários, nem trabalho com Serviço Social de Caso; a União Democrática Nacional (UDN) e os estudantes de Direito como forças de mobilização dos trabalhadores, no SESI; currículo do curso de Serviço Social: as disciplinas existentes.

Fita 3-B: Currículo do curso de Serviço Social: importância dos estágios, contabilizados como matéria no curso; o trabalho de conclusão de curso; o início da influência norte-americana no Serviço Social: organização do ensino de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade; os professores do curso na década de 1960; o prestígio da Escola junto à comunidade acadêmica; a incorporação da Escola de Serviço Social de Recife à Universidade Federal de Pernambuco; resistências à incorporação por parte dos professores da Escola e da Universidade; sua nomeação como Chefe do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco; convênio da Escola de Serviço Social de Recife com o UNICEF; intermediado pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), propiciou a expansão da Escola; importância da conduta moral das alunas da Escola de Serviço Social de Recife: deveriam manter uma postura “politicamente correta” para continuarem na Escola; essa situação se flexibiliza na gestão de Evany Mendonça como diretora da Escola; fontes de renda da Escola: recursos provenientes da mensalidade paga pelos alunos e de verbas encaminhadas pelo Ministério da Educação.

*2ª Entrevista: 18.03.2002*

Fita 4-A: Relações entre a Escola de Serviço Social de Recife e a LBA: contribuição para a compra da casa onde funcionava a Escola, fornecimento de bolsas de estudos, abertura de campos de estágio e canalização de recursos; trabalho no Departamento Nacional da Criança/UNICEF; remuneração dos professores da Escola de Serviço Social de Recife; fontes de renda da Escola e convênio com o Ministério da Educação: verbas para a manutenção da Escola; relações da Escola de Serviço Social de Recife com a Igreja Católica: concessão de bolsas de estudos para as dioceses do interior de Pernambuco; intercâmbio com outras Escolas de Serviço Social do Brasil e do exterior: Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS); integração e oficialização das Escolas de Serviço Social; União Católica Internacional do Serviço Social (UCISS) e sua influência na criação das Escolas de Serviço Social no Brasil; convênio da Escola de Recife com o UNICEF; convênio da Escola com a SUDENE: curso de preparação de técnicos de desenvolvimento social; perseguições políticas em meados dos anos 1960: alunos e professores da Escola presos e/ou exilados; impactos do movimento militar de 1964 na Escola: vigilância dos militares, Escola vista como sendo de esquerda: professores interrogados e expulsos.

Fita 4-B: O movimento militar de 1964 e o funcionamento da Escola de Serviço Social de Recife: utilização do método de Paulo Freire; utilização da Escola como local de reuniões contra a ditadura, pelos alunos; relacionamento com alunos nesse momento: relação amistosa, porém reservada; relações com a Igreja Católica: aproximação com a ala progressista da Igreja; trabalho com Dom Hélder Câmara: trabalhos sociais ligados à arquidiocese de Recife em associação com a Escola de Serviço Social; trabalhos de Evany na arquidiocese após sua saída da Escola de Serviço Social; trabalho no Departamento Nacional da Criança/UNICEF: coordenação regional do programa de distribuição de leite, que abrangia os estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte; viagens para supervisão dos trabalhos; curso sobre proteção materno-infantil no Centro Internacional da Infância: palestras sobre controle da natalidade e desenvolvimento; contato com assistentes sociais de vários países; estágio, no Chile, no Programa de Mobilização Comunitária: proposta de trabalho com crianças e adolescentes; Seminário sobre Desenvolvimento Econômico e Social promovido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em Santiago do Chile: críticas à falta de um projeto para o desenvolvimento social na América Latina; interpretação do Serviço Social na perspectiva marxista; distinções entre serviço e assistência social; distinção entre trabalhador social e assistente social; questão da falta de políticas públicas no âmbito do Serviço Social.

Fita 5-A: Crítica às políticas sociais desenvolvidas no país: péssimos trabalhos assistencialistas, não existe política social estruturada, não há política social de saúde e educação; o Centro Interuniversitário da América Latina, Ásia e África (CIELA) e as políticas relativas aos meninos(as) de rua: críticas no geral e destaque positivo para o projeto Axé; críticas ao programa bolsa-escola: extremamente assistencialista; ênfase nas diferenças entre assistência social e filantropia; o exemplo da LBA: trabalho de assistência sem expressão; o Centro Brasileiro da Infância e Adolescência (CBIA): mais sério que a LBA; a experiência de coordenação do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente; observações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente: a participação dos meninos(as) de rua na discussão; crítica à forma como se estruturaram os conselhos Tutelares de Proteção à Criança e ao Adolescente; trabalho na coordenação da Pastoral Social da paróquia de Boa Viagem: o despertar da

consciência crítica das pessoas; os programas sociais da prefeitura de Recife e o governo do Partido dos Trabalhadores.

Fita 5-B: Importância dos movimentos de reconceituação do Serviço Social na América Latina: utilização da teoria marxista para se estudar a realidade; desvalorização do Serviço Social nos programas sociais de governo; principais nomes do Serviço Social no Brasil na revalorização da profissão; a importância dos cursos da PUC do Rio e de São Paulo; o curso da UFRJ; a experiência do curso de pós-graduação em Serviço Social na PUC do Rio; dificuldades para encontrar um orientador; conclusão do mestrado em Brasília; curso de desenvolvimento urbano da USAID nos EUA: visitas a várias entidades, contato com as comunidades locais; militância nas associações de classes: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABASS) e Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE).

Fita 6-A: Experiência como professora do curso de mestrado de Serviço Social no Recife; frustração relativa com a profissão; crítica à falta de preocupação governamental com o social e com políticas sociais; importância da discussão das diferenças entre serviço social e assistência social; observações finais e agradecimentos.



*1ª Entrevista: 15.03.2002*

*Bem, Evany, mas vamos começar falando um pouco sobre seus pais, seu nascimento, sua origem familiar, seus estudos. Qual é seu nome completo?*

Meu nome é Evany Gomes de Matos Mendonça. O nome do meu pai era Manuel Mendonça Júnior, ele era funcionário público. Ele fez concurso para o Telégrafo, foi aprovado e tornou-se telegrafista do Correio, do Telégrafo de Barreiros, Pernambuco, mais próximo ao litoral. Era filho de um pequeno comerciante, mas não tinha o menor interesse pelo tipo de trabalho que o pai podia oferecer. Era uma pessoa considerada como muito original na cidade porque lia, estudou francês sozinho, lia literatura francesa. Muito apaixonado por música, chegou a tocar violão, um pouco de violino, um pouco de piano. Depois trabalhou em afinação de piano. Então, dentro do contexto de uma cidade do interior de mais de cem anos, era uma pessoa um pouco diferenciada. Era considerado um pouco preguiçoso, um pouco boêmio, porque ele não entrava naquela rotina de todo dia. Mas então, ele fez esse concurso, passou em primeiro lugar e foi nomeado para Ouricuri, que é a última cidade do estado de Pernambuco, já próximo ao Ceará. E ele era noivo de uma pessoa daqui do Recife – de Barreiros, mas que já vivia aqui no Recife – e foi para Ouricuri. Lá vivia minha mãe, que era do Crato, no Ceará. Mamãe tinha um nome estranhíssimo: Clodes Gomes de Matos Mendonça. Eu pensei até que esse nome era inventado, mas uma vez num livro de um famoso escritor cearense que se suicidou no Rio, não lembro o nome, tinha uma personagem chamada Clodes. Então, não era inventado, tinha outra com esse nome.

No Crato, houve uma revolução de um tal de Floro Bartolomeu, não tenho muito detalhe disso, mas a família dela – o pai já não vivia com a família, mas o irmão resolveu se mudar para Pernambuco, para Ouricuri. Então meus pais se conheceram e se aproximaram muito por essa coisa da música. Minha mãe tocava bandolim e meu pai, onde chegava, organizava um grupo musical. Então, começou a namorar minha mãe, veio para cá acabar o antigo namoro [riso], o antigo noivado, e se casaram em Ouricuri. Bom, casaram, e ele com uma vida de funcionário público, de funcionário de telégrafo. Essa coisa funcionava assim: o telégrafo era na sala de uma casa e o telegrafista morava na casa. Minha vida toda foi muito assim, quase toda.

Em Ouricuri nasceu Hélio, meu irmão. Depois ele foi transferido – foi uma vida também de transferências. Era o mesmo que militar; estava num lugar, logo mais mudava para outro. Daí ele saiu, eu não tenho muita certeza se ficou em Bodocó um tempo. Foram para Sertânia, que nesse tempo se chamava Alagoa de Baixo, não sei por quê. E lá eu nasci, três anos depois do Hélio. Não conheço a cidade porque, com quinze ou vinte dias, nós nos mudamos. Papai foi transferido e fomos para a Paraíba, para Lagoa do Monteiro, que hoje é Monteiro, perdeu a Lagoa. Bom, vivemos em Monteiro não sei bem quanto tempo. Grandes amizades de mamãe e de papai que foram feitas nessas cidades pequenas e que perduraram através do tempo. Depois o pessoal veio embora aqui para Recife e nós mantivemos contato. Santa Cruz, que era de lá. Luís Maia, que foi grande amigo de Hélio, procurador da República, essas pessoas viviam lá e essa amizade perdurou até agora. Bom, de Monteiro papai foi para Rio Branco, que hoje é Arcoverde, em Pernambuco. É dessa cidade que eu tenho lembranças. Tinha uns primos de mamãe que moravam lá e o marido de uma prima de mamãe era um coronel conhecido no lugar, o coronel Japiaçu – toda a pessoa importante na política desses lugares chamava coronel. E esse pessoal foi muito amigo, tinha parentesco e muita amizade. Então eu me lembro de coisas, e do que a gente não lembra mas as pessoas contam tanto que acaba aflorando à lembrança, não é? Eu me lembro da história de uma cobra que passou na minha perna e deixou um rastro de sangue. Aí, todo mundo achou que tinha mordido e me levaram para um médico que era famoso nesse lugar, tinha estudado em Paris, o doutor Leonardo Arcoverde. E esse médico disse: “Não, a cobra não mordeu.” Outra história que me

contam é que um dia eu resolvi sair – eu tinha o quê? Quatro anos – e fui embora. Me acharam já muito distante assim, vagando pela rua sozinha. Bom, são as lembranças que eu guardo desse lugar, os primos, as pessoas com quem a gente brincava e... Bom, sempre um pouco do Hélio, mais velho do que eu três anos e homem, que me manobrava um pouco. Sempre fiscalizava muito.

*Eram só vocês dois?*

Até aí, sim. Depois fomos para Bom Conselho, ainda hoje chama Bom Conselho, também em Pernambuco, próximo a Garanhuns. Aí teve uma coisa engraçada porque eu já era um pouco mais velha, seis, sete anos e papai resolveu não botar a gente em escola. Ele se encarregaria de nos alfabetizar. Eu tenho uma tristeza enorme de não saber qual foi o método. Eu só sei que ele não usava o método tradicional. Todo mundo se alfabetizava com *A Carta de ABC*, famosa, que começava pelo alfabeto. Ele diz: “Não quero alfabeto. *Carta de ABC* não vai entrar aqui.” A gente aprendeu não sei como, por cartilha, não sei onde ele arranjava livro. Eu me lembro vagamente de um livro que todo velho fala, do Felisberto de Carvalho, que tinha vistas de Campinas. Imagine, a gente em Bom Conselho vendo coisas lá de Campinas. E tinha umas andorinhas, revoada das andorinhas e eu conheço pessoas que fazem referência ao Cão do segundo livro, porque tinha um segundo livro do Felisberto de Carvalho que tinha um demônio. Bom, mas sim, Hélio e eu fomos alfabetizados por papai. E nessa cidade, todas as pessoas que tinham cargos federais ou cargos de importância, o promotor, o juiz, as pessoas mais abastadas, tinham dificuldade com a educação dos filhos. Aí convenceram papai: “Você não ensina os seus filhos? Por que não recebe os nossos filhos?” E papai acabou fazendo uma pequena escola, com o filho do juiz, o filho do promotor, não sei mais quem, e nós então tínhamos ali um conjunto em casa. Não eram muitos, não me lembro quantos, de oito a dez no máximo, acho que nem chegava a dez. Era um grupo pequeno e papai se encarregou de alfabetizar esse pessoal também.

*Essas classes que seu pai dava aula eram na própria casa dele?*

Na própria casa. Porque a gente continuava... Como eu disse a vocês, era costume...

*E isso foi mais ou menos quando?*

Isso foi em 1924-25, por aí.

*É. Seu pai talvez fosse uma pessoa extremamente bem informada, inclusive porque esse foi o momento de debates da Escola Nova.*

Pois é, as coisas repercutiam nele à distância.

*A própria profissão dele, telégrafo, uma pessoa que sempre se comunicava com os outros.*

E ele se comunicava com o pessoal do telégrafo inglês, do Western. Era o famoso Código Morse. Aquele negocinho lá, o alfabeto. Eu nunca aprendi, Hélio aprendeu.

*Então seu pai recebia esses outros meninos que eram filhos de juizes, enfim, os meninos filhos das pessoas bem colocadas.*

Abastadas.

*E ele fazia isso graciosamente?*

Eu não lembro se tinha remuneração.

*Ou as pessoas ajudavam de alguma maneira?*

Eu não me lembro de remuneração. Acho que tinha presente, aquela coisa de agradecimento e tal, insistiam muito. Mas eles ficaram grandes amigos de papai nesse período. Uma coisa que eu me lembro e acho que vale a pena relatar é o seguinte: nessa época, nessa cidade de Bom Conselho, tinha um coronel, um famoso coronel muito arbitrário e que se dizia – porque esse era o tempo de Lampião –, que Lampião era amigo desse coronel e que vez por outra tinha interesse de vir na cidade para arranjar dinheiro. E eu ficava a-pa-vo-ra-da, literalmente, com Lampião. Não era o Lampião que todo mundo tinha medo, era o Lampião possível de aparecer! E papai fazia um certo terrorismo com a gente. Ele dizia assim: “Se Lampião” – ele prevenia todo mundo aqui – “vier, o primeiro lugar que ele vem é no telégrafo, para cortar as comunicações.” Era o único meio de comunicação, não tinha rádio, não tinha nada. “Ele virá logo no telégrafo. A gente tem que estar prevenido.” E eu ficava imaginando onde eu ia me esconder para Lampião não me encontrar. Isso era coisa que me apavorava muito à noite, quando eu ia dormir. “Ai, meu Deus, Lampião!” Mas nunca Lampião apareceu e, se apareceu, ninguém soube.

*E como era o nome desse coronel da cidade, a senhora lembra?*

Esse coronel famoso... Depois eu vou contar uma história do coronel, que eu não sei se posso dizer o nome dele porque ele era... Eu até usei isso num discurso de saudação a dom Hélder, quando recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* pela universidade aqui. Fui eu que o saudei porque fui eu que propus a homenagem. Disseram: “Você é que tem que fazer a saudação.” Fiquei apavorada, mas... “Não, não tem que fugir.” Mas enfim, eu contei uma história em que doutor Rodolfo Aureliano, que foi o fundador da Escola de Serviço Social e que era juiz de menores aqui, dizia: “Esse coronel Fulano de Tal, se você abrir o Código Penal em qualquer artigo, ele está incluso.” Entendeu? “Então você pode abrir porque todas as coisas ele fez...” De negativo. E eu usei isso para dizer sobre dom Hélder, que se pegasse as bem-aventuranças, podia se pegar qualquer uma que ele estaria incurso também. E eu explorei um pouco isso.

Mas enfim, deixando de lado Lampião e o coronel, em Bom Conselho nasceu um outro irmão. Papai também dava o nome. Para uma pessoa nascida em 1920, Hélio já não era um nome comum. Evany, ele inventou o nome e colocou. E esse outro era Osíris. Coisas de mitologia, sei lá. Sei que o terceiro era Osíris. Esse menino, com um ano e três meses, foi vítima, como muitas crianças que moravam no interior, de gastroenterite. Morreu de gastroenterite. Esta morte foi uma quase morte de mamãe, de todo mundo. A minha avó morava com a gente, a mãe de mamãe... E esse menino morreu em Bom Conselho. Mamãe ficou apavorada com a cidade, aí o menino tinha já um ano e três meses, já falava e tal... E depois eu fui um pouco imprensada porque, engraçado, a minha família, como quase toda família brasileira, tem essa mistura de raça. Então, o Hélio era confundido até com alemão. Era branco. Eu nasci morena, no meio, e nasceu esse menino também branco e louro. Então era imprensada entre dois homens, dois homens brancos. Mamãe achava muito bonito pessoas bem branquinhas. E eu, moreninha, no meio; mamãe botava talco para eu ficar branquinha. Mas enfim, quando esse menino morreu, foi um pouco a morte de todo o mundo. A gente não podia cantar determinadas músicas porque o menino já cantava, tinha um papagaio que dizia as coisas que o menino dizia e que foi eliminado... Mamãe ficou muito

chocada e papai pediu transferência, saímos de Bom Conselho. Sim, aí teve um detalhe que vou contar, um detalhe engraçado na minha vida.

Nessa época minha mãe era muito católica – papai não era, mas mamãe era. Então, chegava um tempo em que os meninos, nessa época – acho que acabou isso – tinham que se consagrar a um santo. E eu, uma menina de cinco, seis anos, era impressionada com a Santa Joana d’Arc que tinha na igreja do lugar. Aí: “Quero me consagrar àquela santa ali!” A armadura de Joana d’Arc, aquela coisa toda me impressionava. E tudo bem, me consagraram à Joana d’Arc. Uma coincidência muito engraçada é que muitos anos depois fui fazer um curso na França – no curso havia uma viagem a Nancy – e quando chegamos em Nantes, aquela coisa toda, a estátua de Joana d’Arc, eu disse à supervisora do curso: “Olha, eu fui consagrada à Joana d’Arc quando era menina e morávamos numa cidade de interior.” Ela disse: “Nós podemos ir à casa de Joana d’Arc.” Então ela desviou um pouco o roteiro da viagem e nós fomos parar na casa de Joana d’Arc em Domrémy-la-Prucelle. Não acreditava! Eu dizia: “Minha madrinha me trouxe até aqui!”

Mas enfim, deixa o padrinho para lá. Daí nós fomos para Palmares, em Pernambuco, já na Zona da Mata. Em Palmares, eu com sete anos, entrei numa escola. Hélio não, mas eu entrei numa escola. Papai continuou ensinando o Hélio. E lá em Palmares nós participamos muito da vida da cidade porque o pároco era amigo de papai, era de Barreiros e tinha muita ligação conosco.

*E sua mãe era alfabetizada?*

Minha mãe era, mas muito distante do conhecimento de papai. Naquela época era uma coisa difícil. Ela era alfabetizada, escrevia, lia, mas não era letrada. Era muito religiosa e não era letrada não.

*E se dedicava só às tarefas do lar?*

Mais às coisas de casa. Em Palmares ela esteve muito doente, ainda por conta da morte do menino e também porque não era uma cidade muito saudável. Teve impaludismo e passou muito mal lá em Palmares. O tempo que nós moramos lá não foi bom para mamãe e papai resolveu vir para Recife. Então viemos em 1929, por aí. Eu com nove anos. Aí, aqui no Recife papai mudou o estilo de vida. No interior, nós morávamos na casa onde funcionava o telégrafo, e aqui papai trabalhava na repartição, no Telégrafo, que era na avenida Marquês de Olinda. Era outro estilo, com colegas e tal, outra coisa. E nós morávamos em Piedade, não a praia, mas o bairro. E era muito ligada à igreja, onde fiz primeira comunhão e onde vivemos também. Me matricularam na Escola de Aplicação da Escola Normal num tempo que estava sendo feita uma experiência aqui de modernização de ensino com o professor Escobar, um paulista que veio fazer esse trabalho aqui no Recife. Até a tese de mestrado da Cristina Araújo é sobre essa experiência. Foi uma experiência famosa da qual eu fui, vamos dizer, cobaia. Só me lembro que enquanto os outros meninos iam para a escola com muitos livros, eu não tinha livro. A gente só tinha caderno e as coisas eram dadas assim como pequenas noções, noções que não eram aquela coisa livresca, sabe? Me lembro disso, me lembro da escola, de nome de colegas e tal. Passamos um tempo morando em Piedade. E papai ainda ensinando Hélio em casa, não queria que ele fosse para a escola. Ele já estava perto de fazer o exame de admissão, que nesse tempo era quase como um vestibular, um negócio muito rigoroso.

Mas enfim, vivemos esse tempo aqui e teve a Revolução de 1930. Nós estávamos aqui no Recife morando lá em Piedade, muito próximo da Rua da Aurora, e a gente via o fundo do Palácio do Governo. Nós ficávamos olhando, tinha um quartel ali por perto, de modo que

houve tiroteio e nós escutávamos as balas; foi assim uma perturbação. Nós saímos de casa, fomos para a casa de um pessoal que morava em Campo Grande que nos ofereceu abrigo.

*Seu pai era simpático à Revolução ou contra?*

Papai, engraçado, era uma pessoa muito tímida e muito medrosa para se ligar a determinadas coisas políticas que não chegassem a envolver sua função, entendeu? Ele não queria se envolver muito com esse tipo de coisa. Depois houve um episódio que se passou por aí... Nesse tempo, se não me engano nós não... Porque tinha os perrepipistas e tinha... nós éramos mais ligados à novidade...

*O Partido Democrático, Carlos de Lima Cavalcanti? A turma do Carlos de Lima contra Estácio Coimbra, não?*

Pronto! Mais ligados a isso. Tinha as músicas que se cantava levando Estácio, o nome dele... Bom, daí nós vivemos um tempo nesse lugar. Depois papai resolveu se mudar, se transferir para Caruaru. Aí, não me lembro exatamente quando, mas já tinha havido uma reforma no Telégrafo, que passou a ser Correios e Telégrafos. Houve uma junção dos Telégrafos com os Correios. Então aquele que era o telegrafista, somente telegrafista, passou a ser o chamado agente postal telegráfico. Era ao mesmo tempo ligado aos Correios e aos Telégrafos. E a gente foi para Caruaru com papai já nessa posição. Mas em Caruaru ainda morávamos no mesmo sistema: era uma casa onde funcionava o telégrafo e onde nós morávamos.

*E em Caruaru a senhora foi para a escola?*

Sim, aí teve uma história que eu não contei. Quando nós estávamos morando aqui no Recife, Hélio fez admissão numa escola. Entrou para a escola só alguns meses antes do exame de admissão, fez o exame e passou em primeiro lugar, o que foi assim um assombro, porque nunca tinha estado em escola. Daí nós fomos embora para Caruaru quando eu tinha onze anos. Hélio já tinha quinze anos, já estudava nessa época no Ginásio do Recife, que era do padre Félix Barreto, político, muito ligado a movimentos políticos e tal. Quando nós fomos para Caruaru, ele ficou interno no Colégio Padre Félix, como passou a se chamar depois da morte do padre Félix, o Ginásio do Recife.

*É, porque o exame de admissão era para o Curso Secundário.*

Era. Aí ele começou, entrou no Ginásio do Recife e quando fomos para Caruaru, ele ficou interno aqui, no Ginásio do Recife. Bom, o período em que morei em Caruaru foi muito marcante para mim porque foi de onze aos dezessete anos. Quer dizer, minha adolescência foi em Caruaru. Papai não gostava de festa de clube, essas coisas, e para eu ir era um sacrifício enorme. Tinha que ser com muito peditório, muita coisa para deixar, uma pessoa que me levasse para uma festa... Era uma coisa séria, uma coisa meio que complicada.

Fui estudar no Colégio de Caruaru, que era de beneditinas. A maioria era alemã. Então eu estudei nesse colégio e fiz todo o resto do primário no Colégio Sagrado Coração, de beneditinas. Havia uma previsão do colégio se equiparar e ter o curso ginásial, o que não aconteceu. Nesse tempo era ginásial, o primeiro grau. Então, não se equiparou e criou um curso que se chamava Normal Rural. Era um curso pedagógico, para ensinar no meio rural, uma coisa meio limitada. Mas como não havia outra alternativa nessa ocasião, fiz o exame de admissão e o primeiro ano desse negócio aí, do Curso Normal Rural. Muito a contragosto, não era aquilo que eu queria, mas não tinha alternativa. Até que se criou um colégio, um

ginásio em Caruaru, leigo e misto. Então eu fui aluna, vamos dizer, com quatorze, quinze anos, de um ginásio misto. Isso desagradava muito papai, mas era o que tinha. E para mim foi uma experiência muito, muito nova, conviver com meninos. Tinha um mínimo de meninas, a maioria era de rapazes.

*D. Evany, a senhora falou que entrou nesse curso de formação de professoras para trabalhar no meio rural. Você faz esse curso durante quanto tempo?*

Esse curso eu não cheguei a fazer. Fiz um ano, fiz o admissão e entrei no primeiro ano. Quando se criou o ginásio, eu me mudei. Acho que eu não cheguei nem a completar o primeiro ano.

*Nós queríamos perguntar como é que era mais ou menos esse curso?*

Era curso pedagógico, só que era voltado para ensinar no meio rural.

*Mas em termos de disciplina...*

É, isso eu não me lembro. Foi uma coisa que eu estava fazendo a contragosto, porque não tinha outra alternativa, entendeu? E essas cidades de interior maiores, como Caruaru, congregavam muito a rapaziada, a meninada das cidades próximas, onde não tinha colégio. Era muito interessante ver como é que esses colégios funcionavam, o ginásio mesmo. Era assim: qualquer técnico de nível superior que fosse por uma circunstância qualquer trabalhar nessa cidade, era contratado para ensinar aquilo que fosse mais próximo de sua formação. Digamos, o agrônomo ensinava matemática, entendeu? Um agrônomo formado numa universidade, numa escola de Minas Gerais, de Lavras, ensinava matemática. O professor de francês era Etelvino Lins, que nessa época era promotor e foi trabalhar em Caruaru. E por ele ser de Sertânia e papai conhecer o pai dele, foi muito próximo de nossa família nesse período. Era o meu professor de francês e se orientava inclusive muito com papai.

*Foi seu professor de francês?*

Foi. E se orientava com papai, papai tinha livro, conversava com ele, dava orientação então.

*Ele era jovem nesse momento, certamente.*

Era sim, um rapaz.

*E foi trabalhar lá.*

Era o primeiro trabalho como promotor. Os professores eram assim, quase sempre pessoas do local que tinham um conhecimento maior de português ou de coisas assim, geografia e tal. Então, eram sempre pessoas assim, médicos, que moravam na cidade e davam história natural, davam alguma coisa que tivesse um vínculo com a formação deles. Então, em Caruaru eu fiz praticamente o ginásio todo. Quando eu estava na quarta série, papai foi transferido, aí foi por perseguição política. Apesar dessa discriminação que ele tinha, em Caruaru tinha correntes bem definidas. Uma delas era do pessoal Pontes. E tinha uma senhora da família Pontes que trabalhava nos Correios. Foi construído um prédio para o funcionamento dos Correios e Telégrafos e no primeiro andar tinha um apartamento para residência do diretor. Então nós passamos a morar nessa casa, que era uma casa muito boa, confortável e

tal. Essa senhora trabalhava lá e sabia que, apesar de papai não tomar partido, ele não ia votar na família dela. Essa coisa vazou e papai era tão cuidadoso que quando tinha comício – o que era uma novidade numa cidade de interior –, eu queria ir para ver a movimentação, mas ele dizia: “Você não vai para comício para depois não estarem dizendo que você está ligada ao lado tal” Nessa altura Hélio continuava no Colégio Padre Félix, agora trabalhando, ele ensinava já.

Então, quando o padre Félix ia para Caruaru para algum comício, dizia assim: “Quer ir para Caruaru?” Então Hélio aproveitava e ia. E papai: “Você não venha porque vai se dizer que você está vindo com o padre Félix que é do lado tal e aí começa a...” Era o lado que ele simpatizava, mas achava que essa coisa vazava, como realmente depois aconteceu. Eu soube assim, foi um choque para mim tremendo.

Sim, eu esqueci um detalhe muito importante: é que em Caruaru, após onze anos sem ter filho, mamãe engravidou. E então nasceu a minha irmã Maria Lúcia, quinze anos mais moça que eu.

E nessa altura da história, dessa coisa de política, eu estava em Caruaru. A feira do dia de sábado era uma festa, encontrávamos todo mundo, jovem e tal. E aí, na feira, o Irineu Pontes Vieira, que era neto do chefe político de lá, me disse: “Teu pai vai sair daqui.” Eu digo: “Que graça, que brincadeira é essa?” Ele disse: “Não é brincadeira não. Ele vai ser transferido.” Algum chefe político de lá ganhou a eleição e, como eles supunham que papai dava apoio ao outro lado, exigiram a transferência dele. E isso, foi para mim, uma coisa catastrófica.

#### [FINAL DA FITA 1-A]

*Isso já era governo Agamenon Magalhães, você lembra?*

Nessa época ,eu vim para cá com dezessete anos...

*Então ainda era Carlos de Lima Cavalcanti porque ele ficou até 1937. Depois, Agamenon. Enfim, era um momento político muito complicado mesmo, certamente já tinha havido a revolta que envolveu a Paraíba e Pernambuco, em 1935, Movimento de 1935...*

Foi tudo próximo disso. Eu me lembro que Hélio, no colégio, viveu essa coisa da Revolução de 1935, a Revolta comunista, as repercussões... Nessa altura.

*E seu pai deve ter sido pego nos desdobramentos porque foi um pouquinho antes de Agamenon tomar o poder, sendo que o Carlos de Lima já estava muito desestabilizado, não?*

É .Eu me lembro da música que se cantava... Porque padre Félix era da confiança de Carlos de Lima. E como uma das vezes Carlos de Lima viajou, padre Félix ficou como governador. Não sei se ele era vice-governador. E então cantavam uma música que padre Félix chegou lá querendo usar o carro do governador e o chofer diz: “Não, o senhor Carlos disse que esse carro não saía.” E aí cantavam com uma musicazinha dessa época. Tinha uma história muito engraçada, que dizia que o padre levantou a batina e tomou o bonde, que no caso se chamava loré, o bonde de segunda classe. E então o padre, zangado, fechou a batina e se retirou. Mas eram coisas da intriga local, da intriga política local. Mas enfim, para mim, estava derrubando naquela hora toda uma coisa que tinha sido construído em anos. Vim para o Recife e nessa época, eu com 17 anos, as famílias cuidadosas de classe média não deixavam a gente sair para lugar nenhum. Eu tinha que ser acompanhada pelo Hélio, que detestava sair comigo. Ele devia ter uns 21 anos... “Vai ao cinema só se Hélio quiser levar.” E Hélio levava mas era com ódio de estar carregando aquele troféu.

*Mas aí, esse amigo seu contou que seu pai ia ser detonado. E você disse: “Não acredito.”*

Ele disse que meu pai ia ser transferido e eu disse: “Não acredito.” Ele disse: “Mas vai ser sim.”

*O nome dela era Irineu Pontes Vieira.*

Pontes Vieira. Ele era parente, neto do... e era político também. Não sei se ele já morreu. Bom, então eu cheguei em casa contando e papai: “Que história é essa?” Pouco tempo depois ele foi informado que podia escolher qualquer lugar para ir, mas não ficava mais em Caruaru. Então mamãe nessa altura disse: “Não vou para lugar nenhum do interior. A gente já está morando num lugar melhor e não vou sair daqui para um lugar pior.” Pesqueiro, sei lá, acenaram com umas cidades assim. “Não vou. Daqui só saio para Recife.” E viemos para o Recife. Aí, em condições muito precárias porque lá morávamos numa casa muito boa e aqui o salário de papai não era suficiente para ter para termos uma casa boa. Passamos a morar numa casa terrível, uma casinha muito pequena na rua Fernandes Vieira, no bairro da Boa Vista. Nessa casa morou Paulo Freire depois. E aí eu tive muito contato, era muito amiga da irmã dele. Essa casa era muito precária, muito pequena, e aí eu me senti como se a vida tivesse acabado para mim. Saía muito pouco, não tinha para onde ir.

Fui me matricular na Escola Normal com muito medo porque eu vinha de uma escola do interior e aqui os professores eram os que já ensinavam nos cursos superiores e tal, de engenharia, de outros cursos. Eu tinha muito medo de como iria entrar naquela escola. Quando cheguei na Escola, consegui uma vaga e tinha uma colega minha, uma pessoa muito presente na minha vida, uma amiga que conheci em Caruaru, porque ela tinha parentes lá. Ela tinha vivido a infância na França, tinha chegado em Caruaru já adolescente e estava estudando na Escola Normal. Aí disse: “Ah, você vai ficar na minha turma.” Eu já estava inscrita numa outra turma, que eram três turmas da mesma série. Ela disse: “Não fique nessa que o pessoal é muito chato, venha para a minha turma.” E consegui na secretaria que me botassem numa turma que ela estava. E aí não tive muita dificuldade. Primeiro porque eu vinha com todo aquele medo e então estudava exageradamente. E nessa época tinha quatro provas em que você tinha que conseguir, digamos, 120 pontos. Então, tirando 30 pontos em cada prova daquela você estaria aprovada. E nas primeiras, teve prova de eu ter 90 e eu já não precisava mais de nada: com mais 30 eu estava passada, não é? Então, estudava como uma louca e não tive dificuldade não. Na Escola Normal, eu não era brilhante nem era das últimas, era na média.

*Nós queríamos perguntar como era a disciplina no ginásio misto de Caruaru, quer dizer, em relação ao lugar que as pessoas sentavam na sala, como era o recreio, como era a relação entre meninos e meninas?*

Bom, o ginásio era de orientação católica também, o diretor era católico, mas não tinha nada de freira não. Era um diretor.

*O ginásio era público?*

Não, era privado. Ginásio de Caruaru. E nós tínhamos as liberdades permitidas aos meninos que estudavam lá, aquele grupo todo de adolescentes descobrindo a vida. Então, eram coisas inclusive de natureza sexual e tal. Os meninos tinham muita liberdade de contar coisas à gente, do que eles também captavam porque também não tinham prática nenhuma mais avançada. Mas eles tinham uma liberdade enorme de contar as histórias, e nos informarmos sobre as coisas que aconteciam nessa área também de sexo. E naturalmente os



namoros, as brigas de namoros que tinha dentro da turma, as lutas, as desavenças por conta de alguma menina. A coisa funcionava com muita liberdade.

*Havia muitas meninas?*

Muito poucas.

*Ah, era isso que nós queríamos saber.*

Numa turma, vamos dizer, de 30 meninos, tinha no máximo quatro meninas. Mas era uma coisa muito igual e isso aborrecia muito papai. Eu saía com ele, sempre em coro de música. Tinha uma retreta, a única coisa que se podia ver era uma banda de música que tocava na praça. “Vamos à praça ver a retreta.” Então, ia com ele ver a retreta. Aí chegava um menino: “Evany, não sei que, não sei quê...” “Você não vai mais estudar nesse colégio. Para o ano, se eu continuar aqui, você vai para o colégio, interna, no Recife.” Então eu já estava mais ou menos jurada para vir estudar no colégio aqui, que era de beneditinas também, o Santa Gertrudes. Eu já estava mais ou menos pensado que viria para cá.

*Porque não era de bom tom uma mocinha ter tantos amigos...*

Ele dizia: “Você só tem amigo homem. Esse bando de meninos atrás de você, que coisa chata, desagradável!” Então era uma coisa que o pessoal que não aceitava.

*E aqui?*

Acabou-se.

*Era só de menina?*

Só menina.

*Você estava com dezessete anos?*

Dezessete anos. Entrei na quarta série na Escola Normal, continuei o curso que fazia lá. Eu fiz uma transferência. E aí entrei... Nessa época eu me atrapalho um pouco, mas acho que eram cinco anos do ginásio. Cinco anos do ginásio e eu entrei no quarto ano. Foi engraçado, eu me adaptei muito bem, rapidamente, com o pessoal da turma e ainda hoje eu tenho amigas que foram desse tempo. E elas diziam: “Parece que você foi desde o começo.”

*Quantos anos a senhora faz essa Escola Normal aqui no Recife?*

Aqui, bom, eu fiz o quarto ano, o quinto e depois, o curso pedagógico.

*Três anos, então?*

Cinco anos na Escola Normal. Quatro ou cinco, porque eu entrei no quarto ano, quarto e quinto, e depois eram dois pedagógicos. Acho que eram dois pedagógicos. Dois do ginásio e dois pedagógicos. Quatro a cinco anos.

*Porque a Escola Normal mesmo, vamos dizer assim, tinha mais esses três anos do pedagógico.*

Sim, eram mais três anos. Eu sei que terminei... Espera aí, é fácil ver: nós viemos de Caruaru em 1936 e eu terminei o curso pedagógico em 40, então quatro anos. Eu acho que eu fiz quarto e quinto, e primeiro e segundo do pedagógico. Eram dois anos do pedagógico.

*É, dois anos, pode ser. Como era? Nós queríamos que a senhora falasse um pouco do que a senhora estudava, principalmente em relação ao pedagógico.*

Ah, sim. Formação Pedagógica. O ginásio era, como eu disse a vocês, o professorado de elite. Hoje, quando se estuda a História do ensino aqui em Pernambuco, as escolas públicas como o Ginásio Pernambucano, onde Hélio estudou, porque depois ele saiu do Padre Félix e foi para o Pernambucano, e a Escola Normal eram de elite pelo professorado, entenderam? Era um professorado muito bom, o pessoal que ensinava. Luís Freire, que ensinava engenharia, era professor de matemática. Os professores mais conhecidos daqui, pessoas muito importantes na área intelectual, eram professores da Escola Normal.

*Aníbal Fernandes era professor?*

Não. Nessa época, não. E aí, terminado o pedagógico eu fui começar a pensar em trabalhar porque lá em casa só entrava o dinheiro do salário de papai, não é? E então tinha que se pensar logo em começar a trabalhar.

*Vocês continuaram morando naquela casa que você não gostava?*

Não. Aí nós nos mudamos para o bairro da Torre. Era uma rua triste, com buraco, era muito ruim, mas uma rua de gente de classe média igual a nós. Gente de classe média interessada em outras coisas: em música, literatura. Então, era uma vizinhança muito boa, embora não tivesse ninguém da minha idade. Era gente mais velha que eu, então foi um tempo meio ruim para mim.

Bom, tinha um senhor que morava nessa rua que era alto funcionário da Secretaria de Educação do estado e mamãe falou com ele: “Olha, Evany terminou o curso pedagógico. Quando houver uma oportunidade de uma interinidade...”, alguma coisa assim – não me lembro se na época era concurso, sei que não era fácil ser nomeado mesmo – mas para uma interinidade, para substituir alguém e tal. E pouco tempo depois – eu terminei meu curso em dezembro – acho que em maio, por aí, apareceu uma interinidade excepcional, porque uma senhora que tinha pedido licença sem vencimentos por dois anos e então eu poderia ficar com todos os vencimentos esse tempo e ensinando na escola. Foi uma experiência muito engraçada porque eu tinha terminado o curso pedagógico com a cabeça cheia de métodos novos e formas novas de trabalhar, como trabalhar com os meninos, coisas vindas de fora, não é? Eu sei que nessa história eu fui para uma escola que era uma coisa inusitada. Era do estado, mas funcionava numa casa, na sala da casa de uma senhora que era a professora. Essa senhora havia se aposentado já muito idosa e morava nos fundos da casa e eu ensinava na sala. Nessa altura, a gente já tinha se mudado para as Graças, o meu novo tempo. Era em Casa Forte, a escola, ao lado da igreja. Mas o terrível é que eram três classes simultâneas: preliminar, primeira e segunda séries. Para uma pessoa que tinha saído com a cabeça cheia de coisas mais teóricas, enfrentar uma realidade daquela... E a senhora morando na casa. Então, ela participava ativamente das coisas. Quando havia qualquer atrapalho, ela chegava com os braços para trás assim: “O que é isso?!” Então, dava carão em mim. E os meninos me diziam assim: “A senhora não dá na gente, dona Antônia dava, de régua!” Eu disse: “Eu não vou dar de régua em ninguém, nem de chinelo, nem de nada. Vocês vão se comportar como deve ser,

sem apanhar, entenderam?” Aí ela chegava, passava carão em mim, me desmoralizava. Eu com 20 anos...

*A Escola Normal que a senhora fez era pública ou privada?*

Pública. Hoje é o Instituto de Educação.

*É, a senhora tem razão, eram dois anos, o pedagógico. Depois, um pouquinho depois que a senhora se formou, em 1940, é que mudou. Passaram a ser quatro no ginásio e três a seguir. Mas de toda forma, pelo que a senhora está contando, esse curso que a senhora fez já era bastante informado, uma pedagogia moderna, não?*

Era, muito! Tinha um professorado excelente, sabe? Umas professoras muito reconhecidas por toda comunidade. Depois abriram colégios delas mesmas. Era um colégio muito nacionalista tal, acho até que era ligado ao Integralismo. Porque pelo meio teve Integralismo também. E o Integralismo pegou Hélio nas malhas, ele foi integralista quando era do Colégio do Padre Félix.

*Nessa altura Hélio já tinha feito medicina?*

É, já estava estudando medicina.

*Mas ele não trabalhava, pelo que a senhora falou, porque a senhora disse que na sua casa...*

Ele trabalhava, só que ele trabalhava para se manter, vamos dizer. Mas morava com a gente, trabalhava no Colégio do Padre Félix, ensinava...

*De toda a forma, na sua casa o seu pai trabalhava e o seu irmão também, embora o dinheiro fosse só para ele.*

Ele trabalhava sim. Eu acho que ele contribuía com alguma coisa.

*E a senhora?*

Aí quando eu comecei a ensinar, era mais alguma coisa que entrava.

*E a senhora então também dava um dinheiro em casa.*

Ah, dava! E pedia muitas coisas lá, entendeu?

*O que dava para fazer com o que a senhora ganhava como professora nessa época?*

Nesse tempo, o que eu gostava muito era roupa. Me lembro que o primeiro salário que recebi, minha avó tinha morrido e nesse tempo se usava pôr luto. Então, eu comprei tanta coisa branca e preta! Saía preta, blusa branca e preta, vestido branco e preto, bolsa preta... Me vesti toda de luto com o primeiro salário. Deu para comprar horrores, com essa coisa toda que eu tinha na mão. Foi um negócio muito engraçado.

*Era valorizada a professora? O salário era considerado razoável? O que a senhora lembra?*

Era. Era considerado, dentro das circunstâncias em que eu vivia. Eu tinha algumas obrigações em casa, mas não era eu que mantinha a família. Nesse tempo tinha muita professora que mantinha a família, não é? Até se dizia: “É o marido da professora.” Porque a professora ganhava tão bem que o homem se apoiava no dinheiro da professora.

Bom, então essa experiência na Casa Forte, ensinei bastante tempo lá. Mas eu também estava vendo que aquilo era transitório porque era uma interinidade. Então, não sei como surgiu a idéia ou se fui informada de um curso que havia de educação física, que se chamava Curso Normal de Educação Física. Era uma pedagogia de educação física para ensinar nos núcleos primários. E fui fazer esse curso porque eu tinha possibilidades de fazer e, depois, era uma coisa nova, todo mundo que terminasse esse curso ia ser nomeado professor de educação física.

E tem outra coisa também interessante nesse tempo: é que nós nos mudamos para as Graças, que era um bairro caracteristicamente de classe média mais alta. Nós fomos morar lá e Hélio se casou. Ele estava para casar, morou um tempo com a gente. Mas nessa altura, ele se casou e se formou um ano depois de casado. Mas já tinha uma situação, uma posição. Nós fomos morar nas Graças e tinha um médico, amigo de papai de Barreiros, que tinha uma filha que ficou muito amiga minha e ainda é, até hoje, Elza Rocha, com quem eu saía muito. E descobrimos um grupo, com quem a gente saía também, que era de parentes da gente. Era Gomes de Matos, um ramo dos Gomes de Matos originário do Crato. Dessa família tem muitos por aqui, mas vieram do Crato, o tronco foi de lá. Então, a gente encontrou esse pessoal Gomes de Matos, que já era de daqui. E aí eu me aproximei muito desse pessoal e comecei a freqüentar clube e festas de carnaval e outras coisas, já um pouco tardiamente porque, nessa época, uma pessoa com vinte e um anos já era bem velhota. Com vinte e dois anos, vinte e três, vinte e quatro já era bastante...

*A senhora teve namorados nessa época?*

Era uma coisa muito eventual, sabe? Eu acho que formaram muito na minha cabeça... que papai dizia assim: “Olha, uma moça pobre, que não tem dinheiro, cuidado com os homens porque eles querem somente para abusar, para não sei o quê e vão depois casar com outras que tenham mais possibilidades!” Então, aquela coisa foi crescendo muito na minha cabeça e eu não fui uma pessoa que lutei para isso não, entendeu? Eu fui beijar muito tardiamente.

*A senhora se preocupava mais em trabalhar, ter uma profissão, conseguir um emprego do que propriamente em se casar?*

É. Eu não queria aquela coisa que eu via muitas amigas minhas dizerem: “Eu quero me casar!” De qualquer modo, com qualquer homem eu não queria. Botei logo na minha cabeça que aquela coisa que eu pretendia não ia chegar para mim. Então, aquele casamento, como muitas das minhas amigas faziam, não me interessava de jeito nenhum. Só casar para ter uma casa, para ter um marido, isso não. Eu não tinha o menor interesse nesse tipo de coisa não, de ir por aí. Então ficava mais complicado. O meu sonho era mais alto e acredito que minhas possibilidades não eram muito grandes.

*Então, o negócio era trabalhar mesmo?*

Bom, daí eu trabalhava. Mas eu sempre fui uma pessoa, até hoje, com muito interesse por diversão, por festas, por passeios, por cinema, carnaval – até hoje! – sempre fui muito por aí.

Nessa medalha da universidade, quando eu cheguei o pessoal levou o conjunto que toca no Bloco da Saudade. Quando eu entrei, que me sentei junto ao reitor, vi o conjunto entrando eu

tive até vergonha. Mas aí o pessoal: “Bom, para Evany tem que ter o Bloco da Saudade mesmo.” Mas enfim, depois disso aí, eu fiz o curso de educação física.

*Esse curso era onde, D. Evany?*

O curso de educação física funcionava na Avenida Portugal, aquela avenida que vai dar no Hospital Português. E era engraçado, o curso era o braço do CPOR, o negócio do militar. O coronel que dirigia o curso, não, era capitão, Roberto Pessoa, era o comandante do CPOR também. E então, nossos professores eram sargentos do exército; nos tratavam como sargento trata soldado. Chamavam pelo número: “Dezoito!” Eu nunca me esqueço desse dezoito, que era eu.

*A senhora era a dezoito?*

Era. Nunca aprendi a nadar e fiquei... Vocês vão ver como a natação atrapalhou a minha vida ou mudou a minha vida. Como eu fui menina do interior, sem nenhuma intimidade com o mar, a primeira vez que eu vi o mar já tinha 10 anos, o primeiro banho de mar que tomei, tinha 18 anos. Fui em Barreiros e tomei um banho de mar, num mar agitadíssimo e aí mesmo me deu o maior pavor! E quando eu fiz esse curso de Educação Física, levei pau em natação. O sargento mandava: “Pule aí!”, na piscina do Clube Português Então: “Você vá!” “Eu não vou porque não sei nadar, o senhor também não está ensinando.” “Mas se você for para o fundo da piscina, eu vou lhe buscar.” “Eu prefiro não ir!” Bom. E então, vocês vão ver como isso...

*Não passou em natação, então?*

Não, levei pau em natação, mas fui classificada em segundo lugar no curso. Então, tive direito de escolher onde eu queria ensinar e fui para a Escola Experimental que era perto da minha casa. A outra coisa a que tive direito também, e vocês vão ver como isso também modificou minha vida, foi à possibilidade de fazer um curso de especialização no Rio de Janeiro. Por essa classificação, tive uma bolsa para ir para o Rio de Janeiro. Então o coronel Roberto me chamou e disse: “Se a senhora quiser ir, a bolsa não é uma bolsa e se isso for alterar seu sistema de vida, seu modo de vida, seu trem de vida, a senhora não vai. Mas essa bolsa é suficiente para todo mundo que vai fazer o curso.” E eu comecei a me dirigir para isso e fui para o Rio de Janeiro fazer o curso.

*Em que ano?*

Em 1944. Nessa altura eu tinha vinte e quatro anos já, 1944, por aí. Quarenta e três, 1944. Então, comecei a me dirigir para isso. Eu queria fazer a ginástica rítmica, uma especialização. Eu já estava me despedindo das pessoas, estava me conduzindo para isso quando os membros da família começaram: “Como é que você vai para o Rio de Janeiro? Ficar onde? Numa pensão de quê? Com esse pessoal da educação física que é mais liberal, que é mais liberto, que é mais livre?” Então, o Hélio era amigo de Lourdes Morais, a diretora da Escola de Serviço Social e que tinha vindo do Rio, terminando o Curso de Serviço Social. Ela tinha morado no Rio, em alguma pensão com certeza, porque era da Ação Católica. Hélio também era, e então fui conversar com Lourdes de Morais para pedir orientação de um lugar onde eu pudesse ficar lá no Rio, uma pensão de freira ou de sei lá o quê. E aí, a Lourdes: “Ah, eu vou ser intermediária, vou escrever para algumas pessoas que eu conheço lá e vamos ver isso.” Nessa altura, eu recebi uma comunicação do Rio que eu não poderia fazer só ginástica rítmica. Eu teria que fazer o curso superior que incluía salto, corrida, outras coisas que não

me interessavam... e natação. E diziam que a Maria Lenke, que era professora, jogava o aluno dentro da piscina e dizia: “Agora se vire.” Eu dizia: “Não vou. Eu não vou porque eu não sei fazer, não vou aprender e não vou.” E aí cancelei. Vi também que a coisa estava meio complicada, desisti. Quando a Lourdes Morais soube que eu tinha desistido, mandou me chamar para ver se eu não queria fazer o curso de Serviço Social. O curso de Serviço Social entrou na minha vida como mero substituto de uma coisa completamente diferente que eu ia fazer.

*D. Evany, sua família é muito católica, não? Nós queríamos saber o peso disso na sua vida. E também que livros a senhora lia? Como era sua ligação com a literatura?*

Mamãe era uma pessoa daquela fé primária de cidade de interior, que cresceu acreditando nas coisas e com muita fé. Então eu fui criada assim, na prática religiosa, de freqüentar igreja e tal. Mais adiante, eu tinha interesse pelas coisas da Igreja, não era desinteressada, mas não de me vincular a organizações, por exemplo, como a Ação Católica. Porque a Ação Católica nesse tempo era muito rígida. Você não podia usar um vestido que tivesse o cotovelo de fora – era considerado imoral cotovelo, não sei por quê. E você tinha que andar de meia, uma série de coisas assim, que eu dizia: “Deus me livre!” Não podia festa, não podia carnaval... Não, isso daí estava fora dos meus interesses. E não entrei na Ação Católica, era extremamente rígida. O Hélio era da Ação Católica, então ele não se interessava muito por essa coisa de festa e de freqüentar clube nem nada. Era muito ligado, era membro da Ação Católica mesmo. Primeiro, ele reviu muito sua posição porque passou um tempo muito afastado da Igreja. E quando se aproximou, se aproximou com toda a ênfase, entrando inclusive na Ação Católica mesmo. E Célia, a mulher dele, também, não? Célia também era e se encontraram numa reunião de Ação Católica.

[FINAL DA FITA 1-B]

*Para nós, é novidade essa coisa do Hélio ter sido integralista. Foi uma coisa notória aqui em Pernambuco?*

Entrou como quase todo o mundo naquela época. O integralismo nessa época interessava os jovens, até era uma forma de congregar, de juntar o pessoal socialmente. E eu me lembro, lá em Caruaru ainda, quando eu morava lá, que reuniam-se grupos de integralistas para fazer proselitismo, conseguir novos adeptos. E era uma coisa que entusiasmava porque ia o pessoal mais informado e falava, fazia discursos muito bons. Mas depois disso, quando a coisa foi esclarecida, houve quase uma repulsa. Ninguém queria nem que se lembrasse o que se passou no integralismo. Então, uma ocasião, teve um político aí ligado ao Hélio que disse: “Quer alguma coisa? Gostaria de alguma coisa que eu pudesse ajudar?” E ele disse: “Gostaria. Se você pudesse tirar dos arquivos da Secretaria de Segurança o meu nome como integralista e arrancar...” E a pessoa fez.

*Uma coisa que empolgava muito nessa arregimentação que o integralismo fazia era o nacionalismo.*

É. Era Deus, Pátria e Família.

*É. Aquela coisa muito forte. A senhora sentiu isso? Não estamos dizendo em termos do integralismo não. Estamos dizendo no tempo, por exemplo, que a senhora estava fazendo o curso pedagógico... A senhora sentia essa coisa de um discurso nacionalista, também durante o tempo que a senhora fez Educação Física?*

Eu confesso a vocês que nessa época eu não captava bem isso. Eu não tinha interesse maior nessa direção. Não tinha, vamos dizer, envolvimento político nem ideológico. Isso não me interessava muito, entendeu? Depois é que eu fui tomando posição contra Getúlio e contra a coisa da ditadura, o Estado Novo. Aí, naturalmente a gente se pega, e muito, às lideranças. Eu me lembro que tinha admiração por Carlos Lacerda, aquele discurso de Carlos Lacerda, aquela verve dele, aquela coisa.

*Era um grande orador.*

Era. E as coisas que ele colocava. Nessa época não tinha televisão, era rádio. Eu ouvia muito rádio, muito rádio.

*Certo, mas diga-nos, só voltando a coisa da política, na sua juventude a senhora não participou daqueles movimentos, não tinha uma simpatia?*

Não, não existiam esses movimentos.

*O Hélio foi integralista. Era uma época em que integralismo e comunismo eram fortes.*

É, mas na época do integralismo eu estava em Caruaru.

*Aliança Nacional Libertadora, a senhora lembra daquele movimento?*

Não, nada disso, nada disso porque nesse tempo eu estava em Caruaru, alienada, só naquelas coisas locais.

*A senhora vai tomando consciência sobre a situação política e se posicionando contra Getúlio, contra o regime do Estado Novo aqui no Recife mesmo?*

Aqui. E eu acho que já foi uma coisa já um pouco tardia, quando eu estava na Escola de Serviço Social. Eu entrei na Escola com 24 anos, 25, por aí. Já um pouco tarde, esse despertar.

*D. Evany, nessa fase em que a senhora acaba seus estudos e começa a trabalhar, o governador era o interventor Agamenon Magalhães e Etelevino Lins, que tinha sido professor de seu pai, era secretário de Segurança Pública. A senhora tem a lembrança dele como o homem que dava aulas de francês. Foi um período também considerado violento. A senhora também não tem lembranças desse momento?*

Não. Eu lembro assim só de coisas que a gente ouvia, não é? Doutor Etelevino foi uma pessoa que para mim passava mais o amigo. Eu me lembro quando era da Escola Normal, fazia parte do orfeão da Escola, nessa época o famoso Ernani Braga era o maestro. Então, a gente saía para se exhibir em algum lugar. Me lembro de uma vez, no Teatro Santa Isabel, Etelevino era interventor e foi. Quando me viu, veio falar comigo, no meio daquele bando de meninas, saber de todo o mundo e tal. Então, ele era uma pessoa amiga. Eu via por aí. As coisas que diziam, nós nem aceitávamos muito porque quando você gosta, vê a pessoa por outro prisma, não é? Mas, em todo o caso, depois as coisas foram se colocando e a gente também se posicionando, não é?

*E a questão da literatura, que nós havíamos lhe perguntado?*

Sim, eu lia, mas não era uma pessoa que tivesse... Eu acho que lá em casa também não tinha uma quantidade de livros que me estimulasse. Eu lia alguma coisa. Me lembro que eu me encantei com Machado de Assis. Quando eu li *Memórias póstumas de Brás Cubas* eu fiquei apaixonada. Então li outros, mas eu gostei, fiquei louca por *Memórias póstumas de Brás Cubas*, como as coisas foram colocadas. E li alguma coisa, mas não era um volume de leitura muito... Coisas que nessa época circulavam para jovens e tal. Eram coisas muito piegas, até quando eu me despertei mais para a vida, quando entrei na Escola de Serviço Social.

*E em relação também a esse período todo da sua vida, infância, adolescência, a senhora mencionou que seu pai era um homem que gostava de música, sua mãe também gostava de música. A senhora de alguma maneira se ligou à música? A senhora falou que cantava, não é?*

O grande desejo de papai era que um filho tivesse uma formação musical que fosse satisfatória, já que ele não conseguiu ter, pelas circunstâncias, pelo tempo que ele viveu e tal. Nós tínhamos os ídolos que eram dele e passavam para nós: Beethoven, Bach... Mas não tinha radiola, que nesse tempo não era uma coisa comum. Mas nós tínhamos o culto dessas figuras. Até que papai comprou um piano lá em Caruaru e eu comecei a estudar piano. Fez estudar com ele e depois, quando vim para Recife, tive uma professora de piano. Só que o número de horas exigido para uma pessoa ser um bom músico ou ter um bom adiantamento era muito maior do que eu dispunha, porque eu trabalhava e estudava. Então não tinha muito tempo para tocar o piano. Eu ainda estudei, fiquei em nível mais ou menos de terceiro, quarto ano, embora a professora não fosse do Conservatório; ela era, mas eu não estudei no conservatório, estudei particular. E depois fui vendo que eu não estava conseguindo fazer o que era necessário para preparar as aulas, embora eu tivesse estudado uns três ou quatro anos. Depois deixei. Mas nós tínhamos um piano em casa, porque papai comprou o piano quando veio para cá, trouxe esse piano.

*A senhora falou também que cantava no orfeão da Escola.*

Foi uma forma que eu encontrei de ter uma participação musical. Eu cantava no orfeão da Escola. Mas era uma no meio de um número grande, nunca foi coisa de muito destaque do ponto de vista musical.

*A senhora usou de alguma maneira a música enquanto foi professora de crianças?*

Não, muito pouco porque eu não gostava de ensinar meninos menores, quando eu ensinei educação física. Eu gostava mais de ensinar os meninos maiores, as turmas maiores, de meninos que já podiam fazer um exercício que não era aquela coisa só de cheirar flor, apagar vela e cheirar flor.

*Nós perguntamos isso também porque educação física e música têm tudo a ver...*

É, tem muita ligação.

*É uma questão de ritmo, o exercício.*

Pois é, eu, que queria fazer ginástica rítmica, mas depois... A gente não ia ensinar aquelas coisas que aprendia. Tinha até esgrima, salto, corrida, corrida de obstáculo, tinha lançamento



de disco, lançamento de dardo e tinha natação, que é o meu grilo. É meu ponto fraco. E todas essas outras coisas nós fazíamos porque era obrigatório, fazia parte do curso. Agora, a música entrava na ginástica rítmica sim, nos cursos para as crianças menores, de jardim de infância e tal. Eu ensinei muitos anos, ensinei na Escola Experimental...

*Deixe nós entendermos uma coisa: quando a senhora dava essas aulas de Educação Física, era professora de um lugar só ou de vários lugares ao mesmo tempo?*

Não, deixe eu dizer como era. Eu era professora na Escola Experimental. Agora, depois eu fui contratada para ensinar no Colégio Vera Cruz.

*Contratada como professora de Educação Física?*

Professora de educação física no Colégio Vera Cruz. E aí era um colégio particular.

*De freiras?*

Não, nesse tempo não era freira não.

*Era bem tradicional.*

Com a família Maranhão e tal. Então eu comecei a ensinar no Colégio Vera Cruz. Bom, então como foi que a Escola entrou na minha vida? Eu já falei a vocês, quando eu estava com essa perspectiva de ir para o Rio para fazer curso de educação física e cancelei, aí fui para a Escola de Serviço Social. Quando cheguei na Escola, encontrei aquela mesma colega que me introduziu na Escola Normal, a Liete. Ela tinha feito também curso de educação física, não comigo, mas um ano depois e estava entrando na Escola de Serviço Social. E então Liete me disse: “Você vai entrar nesse curso que é muito bom.” Toda a vida, mesmo na Escola Normal, em todo o canto ela tinha uma sensibilidade fora de série para ajudar as pessoas. Eu me lembro de um menino que perdeu o dinheiro na escola, não tinha como voltar, ela faz uma cota... Era muito sensível para ajuda aos outros, uma coisa que no Serviço Social nessa época era fundamental. E então ela me disse: “Você vai entrar nessa escola.” Eu fui conversar com Lourdes Moraes para saber como era a Escola.

*Quer dizer, essa Liete já estudava na Escola?*

Já tinha entrado. Nós estávamos entrando. Agora, como quem tinha curso pedagógico nessa época não fazia vestibular, entrava direto, ela disse: “Entre nesse curso que é muito bom.” Eu não sabia nada do curso. Eu me lembro que fiz uma brincadeira, me deram um questionário para saber por que eu estava entrando naquele curso. Eu na realidade não sabia nada do que era o Serviço Social, nunca tinha ouvido falar, não sabia nada. E fiz uma brincadeira porque lá na entrada do prédio da Escola tinha um ficus benjamim enorme. Um pé de ficus. Lindo, enorme e aí caíam umas bolinhas, enchia daquelas bolinhas pequenininhas, uns brotinhos. E aquelas bolinhas, era a gente pisar e ela estalar. Eu achava ótimo. Se eu fosse honesta, ia dizer assim: “Entre nessa escola para pisar essas bolinhas, porque eu não sei nada desse curso. Essas bolinhas na entrada me agradam muito.” Ficava pisando nelas. Mas aí entrei nessas bolinhas e não saí mais nunca.

*Essa Escola ficava aonde?*

A Escola de Serviço Social de Pernambuco ficava na Conde da Boa Vista, esquina com a Rua do Padre Inglês. Padre Inglês era porque eram os protestantes que tem aqui que se ocupavam nessa rua e chamavam Padre Inglês. É com a Rua do Padre Inglês.

*A senhora recebeu esse questionário, e nem pôde responder por que queria fazer Serviço Social. Na verdade, não tinha idéia do que era Serviço Social.*

Então botei umas coisas ali meio vagas e tal. Não podia botar que era para pisar bolinha. E então eu fiquei; pronto, fiquei na Escola.

*Mas a senhora teve a conversa com Lourdes Moraes? Também não conhecia Lourdes Moraes?*

Não. Conhecia assim de nome, era uma figura importante da Ação Católica, mas não conhecia não. Ela era amiga de Hélio, porque Hélio que era da Ação Católica.

*Ela era amiga de Hélio e era diretora da Escola de Serviço Social?*

Nessa época já era.

*Mas a Escola era nova aqui também, não era?*

Não. Era o seguinte: a Escola foi fundada, e essa primeira etapa a Lourdes vai contar, em 1940.

*É a senhora estava entrando em 1945.*

Era princípio de 1944, por aí, 1945. E essa Escola funcionava inicialmente no Juizado de Menores, porque ela foi fundada pelo juiz de menores Rodolfo Aureliano. E depois, vocês vão saber disso, conseguiu-se através de dom José Távora, que era muito ligado à dona Darci Vargas, que era presidente da Legião Brasileira de Assistência, um prédio para funcionar, que não fosse no Juizado onde funcionava precariamente. E então dona Darci deu uma contribuição, que foi a exigida para a compra dessa casa da Legião. Comprou-se a casa e a Escola passou a funcionar nela. E eu já entrei na Escola quando ela já funcionava nessa casa e Lourdes já tinha voltado do Curso de Serviço Social do Rio de Janeiro. Ela foi fazer o curso no Instituto Social no Rio de Janeiro, que é hoje da PUC. Foi quando eu cheguei na Escola. Então eu digo, brincando, que inaugurei o regime que não era de seriação, era por créditos, porque eu não podia fazer as duas primeiras aulas porque estava dando aulas de educação física. De sete e meia às oito e meia, eu estava dando aula de ginástica. Então, eu chegava na escola às nove horas. As aulas que funcionavam de sete às nove eu perdia e pegava as de nove ao meio-dia. E aí no outro ano eu fazia um arranjo para botar aquela matéria... Fiz o curso assim. No final, o curso, eu demorei muito porque a dissertação, o trabalho de conclusão de curso demorou muito a sair. Fiz o curso em dez anos praticamente. Mas aí, vou lhe dizer como foi. Eu fiquei na Escola ensinando Educação Física, como vinha fazendo. E na Escola eu tive um grupo de pessoas muito, muito importantes na minha vida toda: Lilia Collier e Liette, essa que eu estou falando, Liette Silveira, e outros companheiros e companheiras, que foram pessoas muito importantes na minha vida.

*Lilia Collier também era da Escola de Serviço Social?*

Também entrou nessa época. E outras pessoas que tinham na turma. E professores muito bons que tinha na Escola. Eu acho que eu comecei a despertar para a vida social, para o Brasil, para os problemas e tal, a partir dessa entrada na Escola. Até aí, minha vida era descomprometida com esse tipo de coisa. Eu tinha funções e executava tarefas, mas não tinha nenhuma perspectiva de questionamento sobre a situação brasileira. E na Escola começamos a pensar essas coisas mais sérias. Tinha um professorado que era excepcional. Todas as pessoas, que dentro das áreas eram necessárias, que as disciplinas exigiam, a formação que a disciplina exigia, eram pessoas que tinham muita, muita representatividade aqui na sociedade, na área de ensino e tal. Então, nessa época o curso exigia economia política, noções de direito, de direito civil, direito constitucional, direito penal... Tinha as matérias mais ligadas à Medicina, então: medicina social, as doenças tropicais, tinha uma série de coisas que se exigia na formação do curso em que o professorado era muito bem escolhido. Enfim, com o tempo, dentro da Escola, eu fui penetrando mais nos interesses da própria Escola. Não me lembro exatamente qual foi o ano, mas a Escola começou a se mobilizar para conseguir que o meu cargo no estado passasse a ser à disposição da Escola.

*Isso enquanto a senhora ainda era aluna?*

Como aluna. Então eu fui monitora, algumas atividades assim. Eu acompanhava os alunos nas visitas a obras sociais, corrigia relatórios, acompanhava os alunos e tal. E era monitora, acompanhando aula e tal. Durante um período grande eu fui posta à disposição da Escola e deixei de ensinar educação física. O colégio eu já tinha deixado e fiquei só na Escola. Bom, depois eu tive um outro vínculo de trabalho com o Ministério da Saúde.

*A senhora já era formada quando teve esse vínculo com o Ministério da Saúde?*

Já. Me formei em 56. Aí, formatura mesmo, assim mais, com apresentação de trabalho e tudo.

*E a senhora ficou à disposição da Escola mesmo antes de se formar?*

Fiquei, fiquei à disposição da Escola muito tempo antes. E comecei a ter atribuições de ensino, mesmo antes dessa formatura mais formal. E ensinava uma disciplina que existia: os campos. Nessa época havia campos de atuação: Serviço Social Médico, Serviço Social de Família, Serviço Social do Menor... Eu ensinava no Serviço Social de Família, inclusive fiquei com a disciplina Serviço Social de Família. Tinha uma professora, formada antes de mim, que foi deslocada para outra coisa e eu passei a ensinar...

*Aí já formada?*

Já. Bom, e em 1956 foi, quando também eu me formei, passei a ser vice-diretora da Escola. Ainda era Lurdes Morais a diretora e eu fiquei como vice-diretora.

*Quando a senhora entrou na Escola de Serviço Social? Qual foi seu impacto? A senhora não sabia nada e aí entrou para fazer aquele curso...*

Eu comecei a perceber que aquilo que a gente aprendia, como eu acho que em todas as áreas de ensino no Brasil ainda hoje, eram coisas transplantadas de outras realidades para a nossa, que não se adequavam bem. Então, o ensino de Serviço Social teve uma influência enorme desde o começo da formação, a criação dessas Escolas, da França e da Bélgica. E a realidade que nos chegava, das coisas do Serviço Social, eram importantes lá, mas não para

nós aqui. Inclusive me incomodava enormemente, eu questionava muito essa coisa que era o que se chamava desajustamento social. Então nós íamos trabalhar com casos de desajustamento social. Aí, o que nós questionávamos? Desajustava a partir do quê? Entendeu? Você se desajusta a partir de alguma coisa que é ajustada. Por que ele era desajustado? Se a sociedade não oferecia a ele nenhuma possibilidade de realização... Os chamados casos sociais. Então nós entendíamos, por exemplo, que na Suécia, que na Dinamarca, as pessoas se desajustassem, que tinha uma sociedade equilibrada e eles estavam desequilibrados em face dessa sociedade. Mas aqui não, aqui ninguém questionava a sociedade. Falava-se em integração social. Integrar o quê? Aí, muito cedo nós começamos com os questionamentos nessa direção. Eu tinha horror ao Serviço Social de Caso. Eu dizia: “Como é que nós vamos trabalhar com todo o mundo?” Ainda hoje é assim, nas classes populares todo o mundo pobre é um caso. Entendeu? Então, é um caso para ser tratado como? Com a ajuda de alguém que arranjasse um emprego, que não sei quê... Era uma coisa para convencer você de que aquilo era importante.

O importante – desde muito cedo a gente começou com essas questões e depois a coisa tomou volume – era questionar a sociedade. Era a sociedade que não oferecia – e ainda hoje é a mesma coisa, mudou pouco. Então nós víamos que o fundamento era falso. E as influências que nós tínhamos, o que nós líamos, por exemplo, da própria formação na França, era que também lá foi um pouco assim. Eles quiseram pegar o operário, ver se recuperavam o operário. Então recuperar o operário como? Aí eles tinham duas formas de atuação. Uma era do superintendente de fábrica. Então, o assistente social que ia trabalhar na fábrica pegava a pessoa no trabalho. E as visitadoras sociais iam pegar a família. Então pegavam o trabalho e a família para ver se esse operário não caía no bicho-papão, que era o marxismo, o comunismo, a revolução comunista e tal. Era *preservar* esses fulanos, esses *clientes*, entre aspas, de uma situação de revolta. E aqui a gente macaqueava um pouco essas coisas que ocorriam por lá. As pessoas que foram as iniciantes do Serviço Social aqui eram uma francesa em São Paulo e no Rio de Janeiro uma belga. Ou o contrário, acho que a belga era em São Paulo. Agora, a primeira Escola de Serviço Social foi em São Paulo, a segunda foi no Rio e a terceira foi a nossa. Então a primeira foi 36, a segunda foi trinta e... a do Rio acho que foi 38 e aqui foi 40. Foi a terceira Escola de Serviço Social no Brasil Aí começou.

O doutor Rodolfo Aureliano começou a ler revistas e ouvia menção... Ele tem muita dificuldade com o problema do menor, no Juizado de Menores, e então começou a ler e ver que tinha alguma coisa que estava se fazendo. Então – isso Lourdes vai contar com mais detalhes – ele entrou em contato, através de correspondência, com esse pessoal dessas Escolas lá na Bélgica para saber como era isso, tal e aí foi informado. Ele criou uma Escola de Serviço Social que não tinha nenhuma assistente social no começo, não tinha ninguém formado em Serviço Social. E então a primeira coisa foi conseguir assistentes sociais e ele mandou duas para o Rio – foi oferecido uma bolsa para duas professoras daqui que foram se formar no Rio: Lourdes Morais e Dolores Cruz Coelho.

*Ah, nós pensamos que tinha tido um estímulo do próprio Governo Federal...*

Não, não teve não.

*Nem da LBA, nada.*

A Escola era particular.

*A coisa realmente, depois a LBA até ajuda, mas esse primeiro impulso é dado por Rodolfo Aureliano... Que foi antes, não? Em 1940 ainda não tinha a LBA. Então, na verdade o doutor Rodolfo estava no movimento de formação das Escolas de Serviço Social mesmo.*

Isso também Lourdes pode dizer com mais clareza. Mas me parece que veio uma visita da Escola de Serviço Social do Rio, que era o Instituto Social, e ofereceram duas bolsas para a formação de pessoal. Aí essas duas foram fazer o curso no Rio, Lourdes e Dolores. E depois Hebe Gonçalves, que foi outra figura muito importante na Escola. Mas Hebe já estava no Rio e fez o curso lá. Não foi com bolsa. Mas voltou para a Escola depois.

*A senhora entrou na Escola bem no início, tinha alguns anos de funcionamento. É bem verdade que ficou um certo tempo até se formar na Escola. Mas foi mais ou menos rápido esse movimento que se fez aqui no Recife de questionar esses fundamentos do Serviço Social?*

Sim, isso aí não podia ser uma coisa local, já estava estendida. Mas uma coisa que desde o começo, já nos primeiros tempos da Escola, ficou muito clara para mim, e que hoje se coloca e eu acho falsa, aqui é falsa, era o seguinte: a Escola era confessional católica. Mas nós tínhamos muito claro que o trabalho de Serviço Social não era de proselitismo católico, de religião, nem nada. Era um trabalho social que não tinha que ver com religião. Agora, a religião que você tinha ou que a pessoa congregava era respeitar a posição de cada um. Se ele era protestante, que fosse protestante, ninguém ia puxar... não tinha essa coisa de proselitismo. Isso ficou muito claro para mim desde o começo porque Dolores Cruz Coelho, quando começou a ensinar, ensinava Introdução ao Serviço Social, tinha uma formação humanística e social e formação intelectual muito profunda. Inclusive tinha feito uns cursos básicos na Inglaterra, então era uma pessoa com uma visão de mundo muito completa, muito universal e passava isso muito bem para todos nós. Eu me lembro que quando fui num congresso de Serviço Social em Campinas, eram umas freiras que dirigiam a Escola de Campinas e eu pensava: isso não é o que nós aprendemos. Porque o negócio lá era muito apostolado. Era uma coisa ligadíssima que nós tínhamos claro: isso não era Serviço Social!

*E isso mais tarde até, não é?*

Não, até bem no começo nós já tínhamos isso bem claro.

*Não, nós estamos dizendo essa sua ida à Campinas. A senhora já estava formada quando foi à Campinas, não?*

Não, não... Não muito tarde.

*Quer dizer, aqui era uma certa vanguarda, a senhora se sentia assim: “Estamos aqui em Pernambuco no...”*

É. A gente tinha... Era bem claro para nós que isso não tinha vínculo apostólico. A Escola não era por aí. Era um pessoal católico de Lourdes Moraes, mas o trabalho não era de apostolado. Era um trabalho leigo, tinha que se respeitar a liberdade de cada um e não tinha nada que ver com apostolado.

[FINAL DA FITA 2-A]\*

*Nós estávamos conversando sobre a questão de como, na Escola de Serviço Social do Recife, se desenvolveu um trabalho de crítica. A senhora estava nos dizendo que percebeu*

---

\* A fita 2 não foi gravada integralmente.

*que era algo avançado, porque em outras Escolas, nessa mesma época, virada dos anos 1940 para 1950, isso às vezes não acontecia.*

O que eu estava colocando era o seguinte: a influência religiosa nas Escolas também foi uma coisa notada porque a maioria das Escolas de Serviço Social, aqui no nordeste, era dirigidas por freiras. Na Paraíba, no Ceará, no Maranhão – não me lembro se tinha Escola no Piauí –, em Alagoas, em Sergipe Tudo era freira que dirigia. Só não era na Bahia e no Rio Grande do Norte.

*Todas por congregações católicas.*

Era. Existia uma congregação, não sei se ainda existe, chamada – como é meu Deus? – é uma congregação que já nesse tempo não andava de hábito, andava com a roupa que todo mundo distinguia, não era uma roupa...

*Era uma congregação, portanto, progressista?*

Exato. Tinha os grupos que cantavam... Esqueci-me do nome da ordem, mas sei que a maioria delas era dessa ordem. Inclusive lá para o Rio, para o sul... Também tinha no interior. Em Minas Gerais não. No Rio Grande do Sul também não era, era de freira.

*Quer dizer, havia esse vínculo muito forte.*

Muito forte e inclusive por mais que algumas delas tivesse essa visão de que, o Serviço Social não era apostolado nem proselitismo, havia uma certa influência da visão delas nas Escolas. Campina Grande também era uma freira. Na Paraíba tem duas Escolas: uma em João Pessoa e uma em Campina Grande. Então isso aí era uma coisa que ficou presente e dentro do ensino do Serviço Social, também isso não ficou de fora. Porque uma disciplina que existia nos cursos de Serviço Social, também na Escola de Pernambuco era Doutrina Social da Igreja. As bases, nesse tempo, eram todas aquelas idéias do famoso filósofo cristão, o Jacques Maritain, de uma vida integral, de bem comum. Tudo isso era muito trabalhado aqui porque eram as bases do Serviço Social também. E a Escola, como eu já tinha dito, era confessional católica, declaradamente confessional católica. Isso foi uma dificuldade que se colocou quando a escola começou a pretender vir para a universidade. Porque se ela fosse para a universidade, ela perderia essa confessionalidade. Ela não poderia ter vínculo mais com nenhuma ordem. No começo, isso constituiu um certo empecilho da própria Escola de lutar por isso, porque perderia essa confessionalidade. Mas, depois se abriu mão disso.

O período que eu fui diretora da Escola foi de 1961 a 1971. Foi um período muito difícil, porque foi um período em que havia toda a efervescência de movimentos populares, a própria JUC. Nós tínhamos na Escola um núcleo de JUC, que era um núcleo muito avançado em termos de posição diante da realidade e tudo. Era membro do conselho técnico da Escola membro e coordenador assistente de JUC, o professor Almeri Vieira de Melo. Grande amigo meu, até hoje. Nessa ocasião já se tinha uma posição dentro da Escola muito crítica em relação à realidade. Paulo Freire era professor da Escola e declara isso em vários de seus livros. Uma das últimas vezes que eu falei com ele, ele me disse: “Olha, não tem lugar onde eu fale da minha experiência, que não coloque a experiência da Escola de Serviço Social. Foi uma experiência onde vivi a oportunidade de formular as coisas novas que eu estava criando naquela ocasião, que depois deram lastro para a minha experiência.” Então isso ele coloca, tem alguns livros dele que ele até dá uma indicação nominal de pessoas dali. Uma colega minha engraçada tirou uma fotocópia, botou lá no quadro da universidade, porque Paulo dizia

da influência que tinha recebido de fulano e fulano de tal na formulação de suas idéias. Então nós tínhamos um professorado muito avançado dentro da Escola.

Agora, esta oportunidade está sendo boa para mim, poder analisar a coisa do passado. Porque aí você tem outra abrangência, não é? Eu me lembro, por exemplo, que, a partir de um determinado momento, na Igreja, a chamada ala progressista tomou uma posição muito avançada. O pessoal da JUC mesmo, que foi o que deu origem à AP, tinha uma posição que era muito avançada. Mas também era muito dividida. Então tinha aquele grupo que era mais avançado e tinha aquele grupo extremamente retrógrado. E nós, que éramos dentro da Escola o grupo avançado – porque dentro da Escola, na universidade, em todo canto a gente teve o grupo que era considerado de esquerda, o grupo que era considerado mais reacionário, mais conservador – queríamos discutir as transformações com mais ênfase. Aí veio a história da luta armada. Então isso era uma coisa muito questionada. E nós sentíamos que a Igreja como um todo, até como esse movimento mesmo, tinha um certo medo desse tipo de coisa. Eu me lembro de questionamentos contra a votação de Miguel Arraes, que era ligado ao Partido Comunista. Não podia, entendeu? Havia um medo da Igreja, nessas coisas. E sobretudo o medo, eu me lembro da grande discussão que era essa, da luta armada. “A gente pode se juntar ao pessoal que quer revolução armada?” Eu me lembro, sei lá quem dizia assim: “Escuta bem, você está num poço, entendeu, tem uma porção de pessoas lá no fundo do poço, você vai tirar. Então tem um aqui que é de esquerda, o outro que é avançado, deixa o cara lá no poço ou junta com ele e vai puxar o cara do poço? Então, para questionar, não vamos tirar porque você é isso, eu sou isso...” As coisas se colocavam assim. E entravam coisas na Escola que nem eu me dava conta! Eu já como diretora, de repente vinha uma pessoa assim: “Olha, eu posso fazer uma reunião aqui na Escola e tal...” Isso aí já depois do Golpe de 1964. Estava sob o regime. “Eu vou fazer uma reunião aqui na Escola.” “Reunião do quê?” O cara que era do Ceará, era jornalista, trabalhava na ABM, sei lá, um nome assim. E que era ligado ao não sei quê. E aí queria fazer uma palestra na Escola. “Mas palestra de quê?” “A gente vai discutir a realidade.” “Posso assistir?” “Pode!” Aí eu fui. Quando eu vi, tinha mapa, era negócio de guerrilha! Então a diferença, por exemplo, de Pernambuco para o Ceará, que enquanto no Ceará as pessoas sofriam as mesmas coisas, o trabalhador rural tinha a sua seca como tinha o dono da terra... Então eles se identificavam, os donos de terra eram padrinhos dos filhos dos trabalhadores. E quando chegava a seca, todo mundo se juntava para sofrer junto. Era diferente daqui. Aqui era o usineiro, não era negócio da terra. Aqui era muito mais bravo. Quer dizer, era uma coisa muito mais questionadora e era um lado mais dividido. Então, ele dizia assim: “Olha, aqui pode até haver, lá no Ceará é impossível! Chega junto, é todo mundo sofrendo mais ou menos as mesmas coisas...” Eu vendo aquele negócio lá, disse: “Meu Deus, em que vai dar isso?!” Um dia, uma aluna da Escola me pediu um espaço para fazer uma reunião, aí já no regime autoritário. Tinha um auditório na Escola. Eu disse: “Tudo bem. É reunião do quê?” Era um grupo pequeno e tal, tudo bem. Aí eu, de tarde, não me lembro se foi de propósito ou não, quando eu cheguei, meu Deus! Estava o auditório cheio de estudantes. Eu pensei “Meu Deus, agora vou entrar numa fria!” Aí, mandei chamar a Sônia e disse: “Vem cá, que história é essa? Era um negócio de uma reunião com pouca gente, está aí esse auditório cheio de gente. Vocês querem que todo mundo saia preso e eu também? Então vá lá e acabe com isso! E que saiam aos poucos, de dois, de três... não saia o povo de uma vez não! Senão nós vamos ser pegos. ”

Era 1968, e como a Escola era universitária, tinha um espaço, mas não era da universidade, era mais livre. Eu fui chamada uma vez. Não posso dizer que sofri perseguição visível: era vista de longe. Mas eu fui chamada no quartel-general, foi um soldado lá na Escola bater na porta dizendo que queria falar comigo e foi à minha casa. Eu não estava e deixaram recado dizendo que era para eu ir no outro dia falar com o general Lira Tavares, que era o comandante da região. “Falar o quê?” “Não sei!” “Tudo bem.” No outro dia, lá fui eu com uma má vontade horrorosa, estava havendo uma greve dos estudantes da universidade...

Quando cheguei perto do quartel-general, encontrei as meninas da Escola. Não houve quem acreditasse que eu não estava ali por mim! “Eu estou aqui porque fui convocada e eu tinha de vir. Eu não ia dizer ao general: ‘Não vou.’ Não é?” Porque aí telefonaram para Escola novamente exigindo que eu fosse lá, porque o general queria conversar não sei o quê comigo. Aí eu fui lá. E aí aconteceu uma coisa inacreditável: eu cheguei lá, o oficial do dia disse: “A senhora...” “Olhe, eu não desejo nada. Eu fui convocada para vir aqui, ter um encontro com o general. Então estou aqui para isso.” “A senhora suba para falar com não sei quem...” Subi. Até que eu cheguei lá no gabinete, na antecâmara do general e estava um coronel, sei lá o que era, engraxando os sapatos, um menino engraxando os sapatos dele. Ele disse “O general não chegou ainda. Mas logo mais ele vai chegar. Vamos conversar.” Aí o cara começou a conversar se eu gostava de poesia. “Depende. Gosto de algumas poesias, não gosto de coisa mais clássica não. Não gosto muito não”. “Por exemplo, essa: *parari, parará...*” Eu pensei: “Não acredito que eu estou aqui no quartel-general ouvindo um coronel engraxando os sapatos e me recitando poesias!” Aí eu... “Essa mais ou menos.” “E a outra? *Parari, parará...* Parnasianos, não sei o quê...” E bom, eu esperando no que aquilo ia dar. Logo mais chegou o general: “O que a senhora está desejando?” “Eu não estou desejando absolutamente nada. Eu estou aqui porque fui convocada para falar com o senhor.” Então ele disse assim: “A sua Escola está em greve?” “Está. Todas as Escolas universitárias, no Recife, estão em greve.” “Os seus alunos estão dando alguma alteração?” “Não. Não havia alteração especial não. Estão em greve.” “A senhora precisa de alguma ajuda?” “Não. Nenhuma. De jeito nenhum.” “Se precisar de qualquer coisa...” “Tudo bem, muito obrigada.” E saí dali. Não é uma coisa completamente maluca?! Mas só esta vez.

Outra coisa foi uma interferência, também em relação a isso. Quando dom Hélder chegou aqui, se ligou muito a nós. Porque ele tinha hábito já de trabalhar com o pessoal do Serviço Social no Rio de Janeiro. Então, quando chegou aqui, procurou logo a Escola, e nós também procuramos logo dom Hélder. Eu tinha ainda a vantagem de morar nos fundos do Palácio do Bispo, e diziam: “Bota uma escadinha.” Porque eu morava no lugar e nessa época, ele morava no palácio. E aí ele disse: “Olhe, vamos fazer um trabalho juntos e tal.” E aí, nessa época ele freqüentava algumas reuniões. Teve qualquer coisa no Palácio do Governo e ele foi e me disse: “Evany, que história é essa? Eu soube de uma senhora de um militar...” “Dom Hélder, a gente sofre muita pressão. Porque mulher de militar e tal, o pessoal então nos pressiona muito.” “Agora, por exemplo, tem uma senhora que é aluna de Serviço Social no Rio de Janeiro, o marido foi transferido para cá, ela quer se matricular na Escola de Serviço Social daqui e a diretora não deixa. É isso mesmo?” “É. Não deixa.” “Que conversa é essa?” “Não... Dom Hélder, eu vou explicar ao senhor como é. Ela chegou à Escola dizendo que era esposa de militar, o militar foi transferido, então ela tinha direito.” “A senhora tem todo o direito legal, porque seu marido foi transferido, de ter sua transferência para cá...” “Eu não estou com os documentos.” “Então a senhora vai aguardar chegar seus documentos. A senhora não vai entrar aqui porque é esposa de um militar transferido, mas porque é aluna de uma escola de Serviço Social. Agora, nós temos que saber a sua situação – que é o que nos interessa – de aluna de Escola de Serviço Social.” E ela não trazia a transferência. O coronel, general, sei lá o que era, ligava para mim: “Olhe, a transferência...” Eu disse: “Ela já está com os documentos?” “Não.” “Então eu estou aguardando que ela traga a transferência. Porque ela tem que comprovar...” “Mas ela é esposa de um militar!” “Isso eu sei, tem esse direito. Mas para nós, o que interessa é que ela mostre que ela é aluna de uma Escola de Serviço Social para poder se matricular aqui.” Até que o documento chegou. Mas a coisa ia por aí.

E nós, mesmo ligadas a dom Hélder, não sofremos pressões por conta disso não. Teve uma grande enchente aqui nessa época, dom Hélder se envolveu muito para resolver os problemas e disse – ele não me chamava de Evany, me chamava de diretora: “Minha diretora, eu dei seu nome para ser responsável pelos assuntos de assistência social pela arquidiocese, no quartel-



general, no IV Exército.” “Dom Hélder!” Ele disse assim: “Não, você vai para as reuniões para discutir com o pessoal.” E eu ia para as reuniões no quartel-general para ver o que se podia fazer. Na enchente, aqueles coronéis todos mostrando mapas, aquelas coisas... Mas dificuldade direta, de ter sido argüida, nunca tive. Ah! Ouvia os comentários. Uma vez, o Hélio, meu irmão, estava numa reunião no Maranhão, Piauí, sei lá, e aí, um dos oficiais que estava junto dele disse: “Olha, essas Escolas de Serviço Social são uns antros de maior movimentação de esquerda. Por exemplo, a Escola de Serviço Social de Pernambuco. O dinheiro que circula lá é rublo. Não circulava nem vintém.” E nós vivíamos numa miséria...

*Nós queríamos voltar um pouquinho à sua experiência dentro da Escola de Serviço Social. Primeiro você foi vice-diretora e em 1961 a senhora se transformou em diretora.*

Assumi a diretoria. Mas retornando ao período que eu era aluna na Escola. Então, foi um período caracteristicamente muito agitado, porque foi justamente de 1940 até 1950. Depois, nesse período toda de agitação, em que a Escola participou muito ativamente, eu já não era aluna. Quer dizer, eu era uma aluna um pouco diferenciada porque ao mesmo tempo era aluna e era monitora, acompanhava visitas a obras e de um certo modo representava a direção da Escola. Vamos dizer, a administração da escola. Então, eu não era só aluna.

#### [INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

*A senhora estava transitando para o magistério na própria Escola.*

É. E tinha uma coisa que eu acho que tem que se dizer, porque é importante. A Escola era moralista, muito moralista. A Escola acompanhava até a vida particular de alguns alunos. E se esses alunos tivessem uma vida que a Escola considerasse desviada, ela afastava o aluno. Só que o pessoal era extremamente discreto, eu como monitora não tinha necessidade de saber disso, então eu não sabia dos detalhes. E eu levava, muitas vezes, retranca de alguns alunos que sofriam pressões porque me achavam da administração da Escola. E eu não sabia nem porque era que a menina deixou de falar comigo. Então, havia coisas assim que realmente eram exigências muito forte da Escola.

*Os alunos eram maciçamente do sexo feminino?*

Eram. Pouquíssimos alunos. Tem poucos assistentes sociais homens ainda hoje. Pouquíssimos! Na minha turma, por exemplo, tinha um exemplar. Quer dizer, eram turmas pequenas, de 15, 12... Mas pouquíssimos homens.

*Muitas moças eram pessoas que eram professoras como a senhora?*

Às vezes vinham de lugares muito diferentes, de origem muito diferente. Gente que tinha uma certa sensibilidade pelo social, gente que tinha até mesmo alguma experiência de Igreja, de Ação Católica. E outras queriam fazer um curso que oferecia possibilidade e tal, então entravam lá. Mas pessoas que queriam talvez desenvolver um trabalho posteriormente... Tinha gente por exemplo, de família de industriais que queria fazer o curso até para trabalhar depois. Vinha o pessoal do Rio, da Priori, tinha uma assistente social que fez o curso lá para depois trabalhar na própria organização da empresa.

Era assim, a ponte de onde vinha esse pessoal. E tinha aquele pessoal da Igreja atrás disso. Por exemplo, a Escola oferecia bolsas de estudo a alunos que não tivessem condição de

pagar, porque era paga, ou então a alunos que viessem encaminhados pelas dioceses do interior de Pernambuco. Então, vamos dizer: Pesqueira ou dioceses mais distantes encaminhavam os alunos e eles não pagavam a Escola, que dava bolsa de estudos a esses alunos. Gente que ainda hoje tem posição muito avançada na Sudene e tudo.

*Os alunos desse período eram, na maioria, jovens e do sexo feminino?*

Eram. Muito jovens não. Depois é que entrou mais um pessoal...

*Jovens, considerando período de vinte e poucos anos.*

É. Por aí. Vinte e poucos anos, tinha gente um pouco mais velha também. Tinha gente que já trabalhava como assistente social antes da regulamentação da profissão e que então ia para regulamentar. Mas não era muita gente não.

*Tinha gente que tinha feito algum curso fora, é isso? Quer dizer, tinha gente que tinha feito o curso de assistência social...?*

Não, não tinha feito o curso. Foi nomeado sem ter o curso, entendeu? Então ia fazer para ter o diploma, mas já trabalhavam. Agora, nessa época – também acho é interessante para vocês entenderem –, o mercado de trabalho de assistência social era muito extenso. Porque havia os institutos. Na Previdência, por exemplo, os atendimentos eram por categoria profissional. Então você tinha o Instituto de Pensões dos Industriários, havia o Instituto de Pensões dos Bancários, de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, os IAPs. Do Transportes de Cargas, o IAPTC. Então, o pessoal trabalhava e se sentia muito a necessidade da formação em Serviço Social lá dentro, para os trabalhos que eram feitos.

*Do ponto de vista de conseguir um emprego, essa era uma profissão boa nesse período?*

Olha, foi ótimo vocês terem falado nisso. Quando eu entrei na Escola, no ano seguinte começou aqui o trabalho do SESI, Serviço Social da Indústria. O presidente da Federação das Indústrias foi na Escola e queria todos os alunos. Eu entrei no SESI nessa época também. E treinei com os funcionários do SESI. Isso deve ter sido entre 1946-48, por aí. E entramos maciçamente. Todo mundo que estava chegando na Escola naquela ocasião foi contratado.

*E provavelmente o salário de um assistente social nesse momento também não era alguma coisa desprezível, devia ser razoável.*

Era, era. Quer dizer, a gente somava, porque tinha o estado e o SESI.

*A senhora falou que as turmas não eram muito grandes...*

Não. Eram turmas de 15, 20 no máximo. Eram turmas pequenas.

*Eram quantos anos, nesse curso de Serviço Social? Se a pessoa fizesse o curso direitinho...*

O curso mesmo seria de três anos. Mas havia aí um grilo, que era o tal trabalho de conclusão de curso. Porque eu acho que a gente também tem que colocar um certo descompasso que havia na Escola. Por exemplo, eu entrei na Escola com uma experiência de vida só de professora de educação física. Quando eu entrei na Escola, me deram um estágio,

ia fazer estágio. Então, quem é que ia me supervisionar? Não tinha supervisora ainda, vamos dizer, categorizadas, para pegar um aluno mais questionador, não tinha. Então eu me lembro que tinha uma menina que era funcionária de uma entidade onde eu fui estagiar. E essa menina era uma aberração, não tinha nada na cabeça, não tinha nada para colocar. Era detestável! Ela não sabia nada. Eu, às vezes, ainda a orientava em algumas coisas que ela podia fazer, com certa experiência. Dizia: “Olha, isso aí não vai dar certo.” Então a gente tinha um descompasso muito grande. Depois é que a coisa foi se organizando, com esses professores que vieram do Rio, e uma terceira, que foi Hebe ou Glória, Maria da Glória Andrade de Lima.

Então, a coisa foi se organizando com o professorado, que também ia tendo uma experiência maior e que podia orientar. Aí quando nós chegamos no SESI, foi uma coisa característica do descompasso, desse descompasso da escola. Maciçamente, a coisa que o Serviço Social trabalhava era o Serviço Social de Casos, chamado Serviço Social de Casos Individuais. Então, era isso que se fazia na França, na Bélgica, em não sei onde... e no Brasil também. No Rio, São Paulo, era isso que se fazia. Então, quando nós fomos chamadas para o SESI, não era isso que nós teríamos que fazer. Só que não sabíamos fazer outra coisa. Então, entramos no SESI para o quê? O que seria a coisa mais individualizada? Fazer a inscrição dos operários nos núcleos que estavam se implantando nos vários bairros de Recife. Então, fazíamos a entrevista individual com o operário, para ele se inscrever, e conversávamos alguma coisa sobre a vida dele e tal. Mas não fazíamos o que devia ser feito, que era uma mobilização do operário dentro dos núcleos. O grupo, o clube que eles faziam, que chamava Sesiano, para discussão política, discussão de outra natureza, quem fazia eram os estudantes de direito ligados ao partido, à UDN, com o Cid Sampaio, e que foram para os núcleos trabalhar. Salviano Machado, Paulo Rangel Moreira... Paulo Freire também trabalhava no SESI. Paulo Freire... Então, esse pessoal. Paulo Freire já começou entrando pela área da educação inovando. Mas Paulo também era desse grupo do SESI. Então nós fazíamos o que podíamos, o que sabíamos. Mas não era aquilo que nós sentíamos. Tínhamos uma inveja danada era dos estudantes de direito que estavam trabalhando com os operários, em mobilizações maiores...

*E eram udenistas, na maioria?*

A maioria era. Porque tinha havido aqui um movimento de retomada de redemocratização, depois do Golpe de Getúlio, e teve aquela coisa da morte de Demócrito Souza Filho, aí o negócio foi muito nessa direção. Foi muito forte nesse momento.

*A senhora estava falando que o que se fazia maciçamente era Serviço Social de Caso. Mas como estudante e monitora, a senhora trabalhava com Serviço Social de Família?*

Não. Eu ensinava Serviço Social de Família.

*Pois é. Trabalhar que nós queremos dizer, é dando aula.*

É. Eu dava aula.

*Como é que era esse seu trabalho no Serviço Social de Família?*

Olha, na realidade, o Serviço Social de Família batia muito no caso individual. No caso, você ia ver a família que estava por trás do cliente. Então, aquilo ali era um respaldo para o caso que estava sendo estudado, de um operário ou do que fosse, mas que por trás estava a família. Nós tínhamos uma dificuldade enorme, eu tinha uma dificuldade enorme de ter uma

bibliografia que fosse mais avançada, que desse uma visão mais interessante à disciplina. Eu me lembro que caiu na minha mão um livro de um francês, *Forças e fraquezas da família*, que era daquele movimento do Personalismo. Esse livro eu obrigava todo mundo a comprar, quer dizer, eu sugeria: “Comprem esse livro”. Porque tudo era difícilimo para mim também. Mas o livro colocava o que era a família, o que era até a constituição da família. Então partia de algumas coisas freudianas, eu me lembro que o 1º capítulo: – Evany está maluca! – *O assassinato do pai*. Ele colocava que quando o menino cresce, o adolescente elimina o pai. Então, o que é isso? Como se trabalha isso? Também se colocava lá era uma coisa que batia no princípio do Serviço Social, e que era consagrado, que era a tendência de você se agrupar. E ele negava um pouco isso porque dizia o seguinte: “Você – era a coisa freudiana – se reconhece sozinho, você tem que ter uma companhia. Seja uma companhia para os seus trabalhos, seja uma companhia para a sua vida.” Então essa é uma busca em que entram os dois: a agressividade, o tãmitus, o contrário, e a aproximação. Então você tem uma luta nessa coisa, a busca de companhia é sofrida porque é o reconhecimento de que você sozinho não se dá conta. E isso ia um pouco contra as coisas que a gente aprendia no Serviço Social, como se fosse uma tendência natural do homem de se agregar. E aí eu trabalhava muito isso, chamava outras pessoas para discutir, gente que eu achava que era mais entendida do que eu no assunto.

*Vocês tinham professor de psicologia na Escola?*

Tinha! Psicologia! Durante todo o período. Primeiro, segundo, terceiro...

*Pois é, nós queríamos saber como era o currículo da Escola?*

Tinha sociologia, psicologia, economia. Tinha direito, noções de direito, direito penal, constitucional...

*A senhora falou que tinha matérias ligadas à medicina também...*

Tinha. Agora, aí tinha também uma coisa que eu acho que vale a pena dizer, que é o seguinte: havia uma formação de um certo modo especializada. Então, se você quisesse estudar Serviço Social Médico no Serviço Social, você tinha matérias mais ligadas à medicina e tinha essas básicas, Serviço Social de Família, que era do que eu me encarregava mais. Então você tinha Aspecto Principal Pedagógico da Conduta... Isso era de menor, mas tinha, além de Serviço Social de Família, duas matérias auxiliares que eu, no momento, não estou lembrada. Depois se abriu Serviço Social Rural, que começou também um trabalho na área rural e aí se tinha um Serviço Social Rural que dava também os aspectos do meio rural.

[FINAL DA FITA 3-A]

*E as aulas práticas, como eram?*

Os estágios. Era o seguinte: nos estágios, você procurava todas essas experiências que estavam em curso, onde havia o Serviço Social incipiente ou já funcionando. Então, se encaminhava os alunos para esses estágios. Nos institutos, por exemplo no Instituto de Aposentadoria de Pensão dos Bancários, a contribuição do pessoal era alta e tinha um serviço muito bem organizado. Esse pessoal fez curso aqui no Rio onde a coisa já era mais sedimentada. E o dos industriários, porque pegava mais o operariado. Eram esses dois que tinham o Serviço Social mais... Tinha aqui um conjunto habitacional, então tinha um

trabalho no conjunto habitacional com as famílias que moravam no conjunto. Depois começou já o Serviço Social de Grupo, que desenvolvia um trabalho de grupo.

*E isso fazia parte do currículo, contava como matéria ou era um trabalho de estágio voluntário?*

Não, não, não! Estágio em Serviço Social, até hoje, é contabilizado como disciplina. Entra na contagem de hora-aula. O difícil, na ocasião, era que os professores do estado não eram necessariamente professores da Escola. Então, você tinha um Serviço Social, no lugar já tinha uma assistente-chefe, que se encarregava de dar a orientação. E aí, nós reuníamos esse pessoal para uma orientação na Escola, de como fazer e tal, para dar mais unidade ao trabalho e um fundamento mais teórico, mais metodológico, melhor. Isso aí se fazia, mas era um pouco precário. Quando se foi para a universidade, aí passou o estágio a ser conduzido e assumido por professores da universidade. Então a gente tinha, por exemplo, as filhas de Ariano Suassuna foram alunas de Serviço Social, e aí eu supervisionava estágio, no meu último tempo de trabalho supervisionei muito estágio. Então os alunos iam para onde houvesse um trabalho interessante, ou em área, ou dentro de uma favela, ou em organizações públicas ou privadas. Se tivesse interesse.

*E tinha também uma monografia no final do curso. Isso era obrigatório?*

Obrigatório. Hoje ainda é. Nesse tempo era uma coisa mais solene. Você chamava de Trabalho de Conclusão de Curso e era defendido numa banca. Engraçado, o meu, eu estava vendo minha monografia, era *Assistência social nas empresas*.

*E quem lhe orientou, como foi essa monografia? Por que a senhora escolheu esse assunto?*

Eu escolhi esse assunto porque, primeiro, eu tinha passado pelo SESI. Segundo, porque eu fui ligada ao fichário central de obras para levantar primeiro as entidades que tinham Serviço Social, que tinham assistência social para os trabalhadores. Então, nesse fichamento que eu fiz para o fichário, a diretora era a Hebe Gonçalves. E a Hebe era uma pessoa muito exigente, nós nos atritávamos muito, mas nessa situação eu precisava de uma pessoa que fosse mais enérgica. Senão eu não faria, porque fazia já não sei quanto tempo... Eu ia protelando e tinha minhas posições na Escola em que precisava ter o título. E deslanchei por aí porque também eu conhecia as pessoas, de quando tive contato com o Cid Sampaio e quando começou o SESI aqui, que eu peguei um pouco a história do SESI. E depois peguei os trabalhos de assistência social nas empresas.

*Quem lhe orientou nessa monografia?*

Foi Hebe Gonçalves.

*A senhora falou que tinha Serviço Social Médico, Família, Rural... Tinha de Menor?*

Tinha. Menor também. Menor, eu me lembro que era Aspecto Psicopedagógico da Conduta do Menor, uma das disciplinas complementares. Direito do Menor, era assim que se chamava. Agora, não me lembro quais eram as disciplinas auxiliares.

*A senhora estava dizendo que, maciçamente, o Serviço Social é um Serviço Social de Caso, mesmo quando trabalhava com família. Agora, tem o Serviço Social que é o Serviço Social de Comunidade, não?*

Pouco a pouco foram introduzindo outras atividades, outras categorias teóricas de importância. Então, vamos dizer, não era só aqui, mas nós recebíamos o reflexo disso. O Ponto 4 mandou duas assistentes sociais americanas.

*Isso aí já é mais ou menos quando, só para irmos arrumando?*

Lourdes vai situar melhor. Porque eu acho que foi na gestão dela. Em 1953, acho...

*Portanto ainda nos anos 1950.*

Foi. Aí veio esse pessoal, veio uma assistente social. Essa era especialista em Serviço Social de Caso, mas veio dar um curso aqui e ficou encantada com Recife, com Boa Viagem e com tudo, e deu um curso. Por acaso, muitos anos depois eu fui fazer um curso nos Estados Unidos, estive em Pittsburgh, onde ela morava, e ela me levou na casa dela com um vestido cheio de vidrilho, ofereceu um lanche ao grupo todo que estava lá, encantada com as lembranças de Recife! E veio a Miss Mary Kathryn Jennins, que era especialista em grupo. Ela veio introduzir aqui a sistematização maior de Serviço Social de Grupo, porque já se fazia um trabalho de grupo, mas não estava muito sistematizado. E Organização Social da Comunidade foi alguma coisa que entrou um pouco depois. Teve não sei quantos nomes. O nome inicial da disciplina – Hebe foi quem se encarregou dessa disciplina – era Organização Social da Comunidade. Agora, essa Organização da Comunidade, como macaqueávamos tudo que era de fora, então o que dos Estados Unidos disso aí eram os fichários centrais. Então faz um fichário central aqui, entendeu? Fichário central de obra, fichário central de assistido para evitar que o cliente fosse atendido em mais de uma obra. E aí se começou um fichário central de obras aqui. Isso foi uma coisa criada mesmo, com muita idade e era proveniente dessa corrente do ensino da Organização Social da Comunidade. Depois, com o tempo, é que foram se desenvolvendo as experiências de desenvolvimento em comunidades. Aí passou a Desenvolvimento e Organização da Comunidade. Esse aí teve não sei quantos nomes! Serviço Social de Comunidade... Teve nome! Muita, uma variedade enorme de epígrafes, essa disciplina. Nessa época havia muita mobilização popular. Havia aqui as Ligas Camponesas, havia aqui as organizações ligadas à arquidiocese, Organização Esperanto, Trabalho nos Bairros, os Amigos do Bairro... E depois, quando a Revolução acabou com isso, o pessoal dizia: “Deus me livre de entrar em mais alguma coisa chamada ‘Amigo’! Nem me fale! É amigo, eu não quero!” É que os amigos todos foram presos.

*A senhora falou de algumas professoras. Falou da Hebe, falou da Dolores...*

Maria da Glória Andrade Lima de Almeida entrou nessa área de Serviço Social. Era assim: Dolores era Introdução ao Serviço Social, depois mudou de nome para Teoria do Serviço Social; Serviço Social de Caso era um pouco Dolores também; Maria Hermina de Lira era também Serviço Social de Caso; Serviço Social de Grupo foi Glorinha Andrade Lima; Hebe Gonçalves no começo entrou com Grupo, depois passou para Comunidade, Organização de Saúde da Comunidade, Desenvolvimento e Organização da Comunidade. Agora, nos campos específicos, esqueci de um que era Serviço Social do Trabalho. Então Lilia Collier, que tinha uma ligação muito grande com a fábrica Maragi, trabalhava lá, e era do SESI também, era professora de Serviço Social do Trabalho. E tinha as disciplinas auxiliares, que eu não me lembro mais direito quais eram.

*Professor homem, a senhora não tinha?*

Tinha. Muitos. De Serviço Social não.

*Mas essas cadeiras que a senhora...*

Nas outras disciplinas, a maioria era homem. Inclusive, uma coisa que eu acho que é bom a gente destacar, era que a Escola era merecedora de um respeito muito grande no meio universitário. Ela entrou na universidade um pouco por isso também. Grande parte do professorado da Escola já era universitária, quando ela entrou na universidade. E quem não era da universidade, eram pessoas que tinham um nome, aqui no Recife, muito importante na área do ensino. Então, a grande dificuldade nossa era manter esse professorado. Porque no começo, tudo bem, vai por um amor febril pelo Brasil; mas depois chega a realidade e as pessoas vêm que não podem continuar trabalhando sem ganhar, sem ter uma remuneração condizente com aquilo que fazem. E começaram a haver as dificuldades, porque não tínhamos dinheiro para manter o professorado. Então, ou entrávamos na universidade ou não dava mais para brincar de escola.

*Esses homens que davam aula, a senhora lembra dos nomes de alguns?*

Lembro. Por exemplo, nessa área jurídica tinha o doutor Dirceu Borges, que era um desembargador. Luís Marinho, que também era desembargador da área de direito. E outros que entraram depois. Por exemplo, Luís Mayer andou lá dando umas aulas. Depois, quando houve o movimento revolucionário, algumas pessoas foram captadas nas suas experiências, nos seus trabalhos, para a Escola. Por exemplo: Egídio Ferreira Lima foi indicado para substituir um professor nessa área jurídica, acho que era Direito Constitucional, eu não me lembro. E ele disse: “Olhe, eu não posso entrar aqui na Escola porque eu sou doutor”. Eu disse: “Não, mas para mim isso é título! O senhor entre aí porque eu estou nesse negócio também.” Em Direito Constitucional, era Costa Porto. Era o pessoal mais antigo daqui. Na área de medicina tinha Rui Marques, Luciano... aquele Azevedo – como é o nome dele? Esqueci o nome agora. Francisco Montenegro.

*Seu irmão teve alguma relação com a Escola...?*

Não. Não teve. Ele era professor de histologia e foi diretor da Faculdade de Medicina. Aliás, dois irmãos, cada um dirigindo uma Escola. Até era uma coisa que pensei assim: papai deve ter ficado satisfeito. Mesmo com todas as dificuldades de vida que tivemos, dificuldades normais da classe média brasileira, Maria Lúcia, minha irmã, é bibliotecária e foi chefe da Biblioteca da Universidade Rural e chefe da Biblioteca Pública daqui. Eu fui de Serviço Social e Hélio de Medicina. Agora, não é falsa modéstia não: eu acho que na Escola eu não entrei porque fui classificada como competente para a direção. Não foi por aí não. Era a pessoa que tinha, dentro dessa fase de moral, comportamento, era uma coisa importante; e, segundo, não tinha grandes vãos atrás de dinheiro. Porque a Escola não dava dinheiro porque também não tinha onde buscar e então, a pessoa indicada é que era útil à Escola. Encrencou por aí. Havia outros que queriam ser, não conseguiram, mas porque tinha outras.

*Quando é que a Escola se ligou à universidade?*

Em 1971, quando eu terminei a minha gestão. Eu ainda fui a primeira chefe de departamento lá.

*Como foi esse episódio da sua nomeação para diretora da Escola?*

A Escola foi para a universidade através de um convênio em que a universidade criaria um Departamento de Serviço Social no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e contrataria todos os professores de Serviço Social da Escola. Eram 19 professores. Isso foi na hora de acontecer, se fosse um ano depois não aconteceria mais!

*Isso que a senhora está falando foi em 1971?*

1971, quando a gente foi para a universidade. Aí a universidade contratou os professores, a Escola vendeu a casa e indenizou todos. Nesse episódio da venda da casa, eu gostaria que ficasse registrada uma coisa. No estatuto da Escola dizia que “uma vez que a Escola fosse suspender as suas atividades, todo o seu patrimônio passaria para a arquidiocese de Olinda e Recife”. Acontece que nós só tínhamos um patrimônio que era a casa, e tinha que indenizar todos os professores. A universidade nos recebia se os professores fossem indenizados porque ela não queria pegar essa dívida para ter que saldar. Então nós só entraríamos lá se fosse assim. Eu falei com dom Hélder, que era o arcebispo na ocasião, aqui em Recife: “Dom Hélder, nós vamos fazer uma reunião e vamos propor retirar do estatuto a cláusula do artigo que diz que o patrimônio passaria para a arquidiocese.” “Não tem problema nenhum.” Então fizemos isso: explicamos como íamos fazer, propomos e foi aceito pelos professores. Tiramos essa cláusula e pudemos vender a casa.

*E usaram o dinheiro para indenizar os professores.*

Todos os professores e funcionários administrativos. E entramos para a universidade sem dívidas, sem ônus para a universidade nessa ocasião. A universidade ainda demorou um tempinho para contratar todo mundo. Quando os últimos receberam, ela nos contratou. Agora, veja bem, nós entramos assim: seis adjuntos, cinco assistentes e o resto, auxiliar de ensino. Só que nenhuma de nós tinha título nenhum, a não ser graduação. Então entramos como adjunto quando ainda não tinha sido estabelecida a carreira de professor. Porque para você ser adjunta, tem que ter doutorado. Nós não tínhamos nada! Não tínhamos título, a não ser graduação. Entregamos os currículos com tudo que tínhamos feito de formação, lá na universidade, eles foram examinados e nós entramos. Entramos um pouco de cima para baixo. O doutor Murilo Guimarães era o reitor na época. Pedimos muito, nós pedimos muito. Com tudo quanto era professor da universidade, nós íamos conversar e pedir apoio. Fizemos um trabalho enorme.

*Ele deve ter usado o tempo de serviço de vocês como um argumento importante, não?*

É. Também tinha a boa aceitação da Escola. Dos professores que tinha lá, que eram da Escola. Esses aí continuaram ensinando. Eles já eram professores da universidade. Ensinavam sociologia, psicologia, economia, todos eram de lá. Então nós entramos e fomos muito malhados pelos professores da Escola também. Tinha algumas colegas minhas que diziam: “Está trocando a Escola por um departamento.” Como se nós pudéssemos entrar como uma unidade, se não existia mais isso! A tendência era transformar o ensino em departamental. Nós entramos assim e tinha muita crítica, diziam que estávamos tentando encolher a Escola e tal. Quando nós chegamos lá, aí foi a reação do pessoal do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Primeiro, porque o doutor Murilo fez isso de cima para baixo. Segundo, porque entramos nessas categorias e tinha professores lá que já tinham mestrado e outros títulos e não eram adjuntos. Na primeira reunião da congregação que eu fui como



chefe de departamento, que eu fui nomeada logo, o professor Geraldo Lafaiete me disse: “Não entre. A senhora não entre na sala agora não.” E eu disse: “Que história é essa?!” E aí fiquei pensando assim: “É uma solenidade, vão entrar comigo depois.” Fiquei do lado de fora. Depois de um tempo, ele me fez sinal, eu entrei, o pessoal olhou para mim como se eu estivesse chegando atrasada. Eu não entendi nada, mas senti junto de um que professor da escola, que era o Paulo Rolemberg, de psicologia. Disse: “Paulo, que é isso? Me disseram que era para eu não entrar. Eu entrei agora, todo mundo olhou para mim meio assustado, porque eu estou entrando atrasada.” Aí ele olhou: “Não. Foi porque leram a ata da reunião anterior, onde questionavam como o Instituto aceitava uma coisa dessas, com a maior parte dos professores entrando sem vínculo.” E ele não queria que eu passasse pelo constrangimento de escutar aquilo. E ficamos lá dentro. E daí acabou-se, não houve mais, não teve mais quem... Porque aí já estava tudo estabelecido. Quem me deu a orientação de fazer isso desse modo foi Newton Sucupira, a quem nunca disse nem “muito obrigada”.

*E como ficou o título? Deixou de ser a faculdade...*

Era Departamento de Serviço Social do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas. Só que depois houve uma reforma na universidade, aí eles acharam que a gente estava mal colocada no Instituto. Porque não era nem filosofia nem ciências humanas. Nós éramos uma categoria profissionalizante. Então houve uma reforma na universidade, dos centros, e criaram o Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Aí ficou: Economia, Contábeis, Administração e nós. Hoje a Escola, o departamento está no centro de Ciências Sociais Aplicadas. E a Escola hoje cresceu enormemente. Quer dizer, o departamento. Teve curso de mestrado, eu fui fazer mestrado depois que eu botei a Escola na universidade, que eu consegui essa luta toda e a Escola entrou na universidade. Fui a primeira chefe de departamento, depois queriam que eu fosse mais. “Não! Eu passei 10 anos na Escola e não quero mais. Parece que não tem outra pessoa. E ninguém agüenta mais a minha cara também. Então eu quero sair.” Então eu saí, nomearam outra pessoa e eu disse: “Está na hora de eu ir fazer mestrado.” Aos 51 anos! Aí fui embora para a PUC do Rio de Janeiro e fiz mestrado lá.

*A reação dessas pessoas também não foi porque a Escola perdeu status e passou a ser um curso de um departamento?*

Era, era. Mas não ficou um curso num departamento; ficou um departamento. Porque até havia a tendência. Se não tivéssemos entrado, a proposta era o Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas criar um curso de Serviço Social. Aí, nós fomos rápidos para isso aí não acontecer e entramos como departamento. Nós temos, no Centro de Ciências Aplicadas, oficialmente, a mesma posição do Departamento de Economia, do Departamento Contábil, do Departamento de Administração, tudo no mesmo nível. E vários professores, já mais de um, foram diretores do centro. Quer dizer, já teve um reconhecimento lá dentro. Depois, a Anita Aline, que você vai entrevistar, foi diretora do centro. E agora tem doutorado no curso. E está assim de doutor! Não sou nem capaz de dizer quantos.

*Esse Centro de Ciências Sociais Aplicadas?*

Não, o Departamento de Serviço Social. Está cheio de doutores já.

*Não. Nós estamos dizendo que já houve pessoas que...*

Já! Que foram diretores do Centro de Ciências Aplicadas. Mais de um assistente social.

*De qualquer maneira, a reação foi grande? Teve uma reação contra a senhora, nessa passagem em que a senhora teve um papel importante, de transformar a Escola de Serviço Social nesse Departamento? Porque a senhora era diretora da Escola e liderou esse processo, não foi isso?*

Foi. Muitas professoras diziam: “Está trocando a Escola por nada!” Diziam assim: “Está entregando a Escola a troco de banana.” Porque estava transformando a Escola num departamento. Não havia mais unidades de ensino na universidade. E a Faculdade de Direito está até hoje, não é? Mas a universidade já estava toda dentro da reforma, transformando todas essas unidades em departamentos. A de Medicina, Ciência Social e da Saúde... Centro do Departamento. E nós não podíamos ser uma unidade de ensino dentro da universidade porque isso não cabia, tinha que ser um departamento. E nós tínhamos –isso também é interessante –um convênio com o Unicef, que nisso aí eu acho que tive uma intermediação pessoal. Porque eu trabalhei no Ministério da Saúde, num programa do Unicef. Então, conheci a chefe da missão, conheci o pessoal do Unicef, trabalhei muitos anos nisso aí. Uma vez, nós estávamos numa convenção, num encontro, numa Conferência Internacional de Serviço Social em Belo Horizonte e lá tinha uma representante do Unicef. E eu fui falar com ela, para ver se conseguíamos que o Unicef se interessasse em desenvolver um programa conosco, oferecendo recursos. E daí veio todo um trabalho, depois eles mandaram três técnicos: uma filipina, a chefe da missão que era uma suíça que eu conhecia, e uma terceira pessoa. Duas passaram aqui uma semana na escola, observando os trabalhos da Escola, conversando com a gente. Inclusive, nessa época, eu tinha uma vice-diretora que não rezava pela mesma cartilha. Se a gente quiser colocar em esquerda ou de direita, eu era mais avançada do que ela. E o pessoal registrou isso. Depois a chefe da missão me mostrou o relatório em que dizia que não sabia se aquela divergência entre a diretora e a vice-diretora dava algum prejuízo à Escola. Nós achamos graça, porque apesar disso, nós caminhávamos muito bem. Mas aí, recebemos uma ajuda do Unicef, o órgão interveniente desse convênio foi a Sudene. Passamos a receber recursos e criamos, na Escola ainda, três departamentos. Daí a história de que o pessoal reclamava. Era um Departamento de Estudos, um Departamento de Trabalho de Campo e um Departamento de Planejamento e Administração de Programas. Quando fomos para a universidade, a gente tinha esses três departamentos na Escola. E aí tínhamos recursos, eles deram muito material também, até uma Kombi, uma Kombi alemã que chamava a atenção de todo mundo na rua porque era completamente diferente de tudo que andava por aqui. E essa Kombi, as meninas chamavam na Escola de Donzela Alemã, porque eu não deixava sair de noite. Donzela Alemã. Quando fomos para a universidade, a Donzela se perverteu. Aí o pessoal achava a Donzela num lugar... “Sabe onde a gente viu a Donzela? Em Goiana, no Buraco da Gia.”

*A senhora contou anteriormente que havia muita preocupação moral com as pessoas, mas não disse muito especificamente com o quê. Nós queríamos saber o que era impeditivo. Uma pessoa que fosse separada do marido?*

Era. Tinha isso. Eu não sei detalhes porque na verdade, como eu disse a vocês, nós só participávamos daquilo que precisasse.

*O que é que era desabonador?*

Mas a menina que virava o rosto para mim na rua, porque tinha um caso com um homem casado, isso aí era considerado desabonador. Não devia ficar na Escola. Então, hoje em dia, quando se analisa a Escola, porque já se pode fazer uma análise mais para trás, se vê o período de Lourdes Morais e o período meu. O pessoal então diz que a Escola se abriu, aboliu

desse tipo de coisa. Nós não tínhamos interesse nenhum em saber de vidas privadas. Desde que não atrapalhasse a vida profissional, a vida privada não tinha nada a ver. Então, a Escola passou por um clima de mais... O pessoal registra isso hoje.

*Mas no caso dessa moça que tinha um caso, ela teve de sair da Escola ou nem entrou?*

Ela já estava na Escola e se afastou. E ela passava por mim na rua, virava o rosto e eu não sabia por quê.

*Pediram para ela se retirar da Escola, foi isso?*

Foi. Isso não era só aqui não, viu?!

*Isso era geral.*

O pessoal do Serviço Social, se ia orientar os outros no seu comportamento, como então tinha um comportamento desviado? Aí, a coisa era muito...

*Chegou a haver, que a senhora soubesse, necessidade apresentação de algum atestado de idoneidade moral, qualquer coisa do gênero? A senhora não entrou por seleção...*

Eu acho que isso se dava, como se fosse um documento, não é?

*É. Era normal. Outra coisa também, uma pequena dúvida. Essa Escola ficou durante esse tempo todo como uma Escola paga, não é?*

Era paga, a Escola.

*Era caro?*

Não. Era o que podíamos estabelecer. O mínimo era o que estabelecíamos. Tinha algumas meninas – eu nem me lembrava disso; agora, nessas festas de 80 anos, saíram coisas... – uma delas hoje é uma assistente social que foi muito, muito competente na Escola. Ela disse que uma vez me procurou para dizer que não podia mais pagar. E eu disse: “Você vai embora então? Não. Você não vai embora não! Vai ficar. De repente, você tem outra situação...” E ela ficou na Escola. Nem me lembrava mais dessa história!

*E como é que a Escola se mantinha?*

Era o que nós tínhamos mais medo era justo isso. Que tivéssemos que subir as anuidades e tornar a Escola elitista porque só entraria quem pudesse pagar. E não era isso que a gente queria!

*Quais era as fontes?*

Nós recebíamos alguns recursos do Ministério da educação. Mas era esse recurso já vinculado à construção. Era assim: nós fazíamos um orçamento, por exemplo, para construir aquele auditoriozinho ali atrás. Acho que aquilo ali foi umas quatro vezes para o ministério, eles reduziam o recurso e pagavam com um atraso de seis meses. Quando chegava, uma coisa que estava prevista para fazer um piso, fazia uma janela. Então não acabava! Quando era o outro ano, botava de novo.

*Como é que vocês viviam assim?*

Vivíamos com muita dificuldade. Primeiro: os professores ganhavam muito pouco. Quase todos eles tinham outro trabalho fora.

[FINAL DA FITA 3-B]

*2ª Entrevista: 18.03.2002*

*Nós, na sexta-feira, dia 15, terminamos a nossa conversa falando sobre uma questão importante para a Escola de Serviço Social do Recife: a questão financeira. Quer dizer, de como essa Escola conseguia, enfim, recursos para se manter na medida em que ela não estava vinculada à universidade. Uma das coisas importantes que a senhora falou foi que, em primeiro lugar, a casa onde essa Escola funcionou foi uma doação da LBA. A gente queria retomar por aí, sabendo da senhora como eram as relações da Escola com a LBA, e aí, não apenas sob o ponto de vista financeiro.*

Foi mencionado, não só por mim, como também por vocês em outras entrevistas feitas, que o prédio onde funcionou a Escola como tal, porque anteriormente ela era sediada no Juizado de Menores, foi doado pela Legião Brasileira de Assistência. Conseguida através de dom José Távora, por iniciativa dele de solicitar isso a dona Darci Vargas no Rio de Janeiro. Houve uma contribuição da LBA para a compra da casa onde a Escola funcionou até transferir-se para a universidade. Outras relações mais próximas com a LBA, de canalização de recursos para funcionamento da Escola, não foram muito frequentes. O que aconteceu é que a LBA fornecia bolsas. Mantinha algumas alunas na Escola, que solicitavam à LBA. Outras coisas não havia, em termos de recursos disponibilizados. Mas era um relacionamento bom, de aproximação, por exemplo, nos campos de estágios. Os alunos faziam estágio nas entidades que eram mantidas pela LBA. Mas esses estágios não eram remunerados e a Escola se mantinha com extrema dificuldade. As duas pessoas que foram diretoras da Escola, Lourdes Moraes no primeiro período e eu no segundo, éramos professoras primárias do estado. E todas as duas, a Lourdes até terminar o seu período, fomos postas à disposição da Escola com ônus para o estado. Durante todo o tempo que eu permaneci na Escola, eu era professora primária no estado, posta à disposição da Escola. Inicialmente, não recebia nada dos recursos da Escola. Posteriormente, quando eu assumi a direção, a Escola passou a complementar o meu salário. E eu tinha, a partir de um determinado tempo, uma outra atividade, daí eu poder me manter na direção da Escola. Eu fui contratada para um programa do Departamento Nacional da Criança, executado em colaboração com o Unicef. Eu tinha a coordenação regional de um programa mantido pela Delegacia Federal da Criança, 3ª Região, com o Unicef. E aí eu tinha um salário que garantia a minha permanência na Escola com somente o salário de professora primária.

*Os outros professores, os que não estavam à disposição, como eram pagos?*

Os professores eram pagos de forma irrisória. Era conforme o número de aulas – eu não me recordo agora quanto era a hora-aula, mas sei que era um teto muito baixo. E muitos deles eram professores mais jovens, que tinham interesse também em currículo. E então, ensinar na Escola, com o restante do corpo docente, que era um corpo docente respeitável, era um título para aqueles professores que estavam iniciando a carreira.

*Mas e a manutenção da Escola, limpeza, secretaria, como era?*

A Escola era paga, os alunos pagavam mensalidade. Naturalmente não era muito alta a anuidade da Escola, porque queríamos evitar que a Escola se tornasse elitista, para aqueles que tivessem possibilidade de pagar. Então, os poucos recursos que advinham disso eram destinados a pagar professor e a pagar despesas. Outra coisa também: nós tínhamos subvenção do Ministério da Educação. Subvenções que, em geral, havia uma exigência: para que não fosse para pagamento de pessoal. Então quando se pretendia uma reforma na Escola, quando se fez a construção do auditório necessário para ampliar as atividades, isso se fez com recursos do Ministério da Educação. Nós tínhamos um procurador que encaminhava os nossos pedidos, os nossos projeto no Rio. Com muita dificuldade porque o Ministério propunha uma determinada subvenção, com o tempo, aquela subvenção quase sempre era reduzida, e ainda tinha uma redução lá, dentro do próprio Ministério, e a redução natural da inflação. Então quando nós recebíamos aquele recurso, ele absolutamente não cobria as despesas previstas no projeto. E repetíamos no ano seguinte o mesmo pedido. E assim desenvolvíamos as atividades, com bastante dificuldade do ponto de vista financeiro.

*E a Igreja dava alguma ajuda?*

Não, a Igreja não ajudou. Ao contrário, nós oferecíamos bolsas às dioceses no interior. Nós fazíamos uma comunicação aos bispos oferecendo, em cada ano letivo, a possibilidade de ele encaminhar candidatos. Pessoas que tinham possibilidade de fazer um trabalho junto à diocese ou que tinha inclinação para o trabalho social. E quase sempre a diocese encaminhava um aluno que se submetia, naturalmente, à prova de admissão. Os alunos entravam pelo vestibular, de acordo com as qualidades que eram ali exigidas para todos os alunos. Ele era isento de pagamento, isento da mensalidade.

*Mas nenhum suporte era oferecido?*

Não. Eu acho que as dioceses também tinham dificuldades e não tinham como manter isso. Eu não me lembro. Me desculpe, mas eu não lembro se alguma entidade tipo SESC, SESI, tinha um relacionamento próximo com a Escola. Eu acho que não tinha. Não me lembro, mas acho que não tinha nenhum vínculo, nenhuma responsabilidade de natureza financeira com a Escola.

*D. Evany, e como era o contato da Escola de Serviço Social daqui com as outras Escolas e até em âmbito internacional?*

A coisa é a seguinte: antes, existia uma Escola Ana Néri lá no Rio, que depois foi a que deu a origem à Escola de Serviço Social da Federal do Rio de Janeiro. Essa Escola era federalizada, tinha lá os seus membros com o Ministério da Educação. Mas poucas, a maioria das Escolas era particular. E existia uma entidade que se chama ABESS, Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Hoje em dia mantém a mesma sigla, mas é de Ensino de Serviço Social. É uma entidade respeitada, continua atuando e foi criada ao tempo de... ela trabalhou até com a criação de algumas Escolas, no caso da Escola de São Paulo e tal. Então a ABESS, que era de São Paulo, a sede e o pessoal que a sustentava era de São Paulo, damas da sociedade paulista, pessoas ligadas à Igreja e que tinham interesse nas Escolas de Serviço Social. Essa entidade era muito séria e muito respeitada pelo Ministério da Educação. Então, qualquer coisa que se fizesse na área de Serviço Social, o Ministério ouvia a ABESS. E a ABESS promovia uma convenção anual para a qual convidava todas as Escolas e aí sim, nós conseguíamos recursos para pagamento de passagens através de SESC, SESI, dessas

entidades. Não me lembro se LBA também, mas talvez. Era o que garantia a presença da representação da Escola nessas convenções. Cada vez era num lugar e se trabalhou muito para que não ficassem sediadas sempre no Sudeste, que também viessem para o Nordeste, para o pessoal também ter conhecimento da situação daqui. E essas reuniões eram em São Paulo ou em Campinas, aqui em Recife, em João Pessoa, Natal... lugares variados.

Eram reuniões muito sérias, sempre programadas com antecedência, levantavam também a temática que deveria ser discutida na reunião seguinte. E se preparava durante o ano aquela temática, garantindo a regionalização, mas garantindo também certos elementos básicos, comuns a todas as escolas. Isso deu uma unidade muito forte ao Serviço Social, em termos daqueles fundamentos que eram exigidos de todos. E a ABESS tinha muito interesse que as Escolas se tornassem oficiais porque nós todas, que tínhamos responsabilidade na direção das Escolas, sentimos que não poderíamos continuar daquele modo, sem recursos. E o que ocorria? É que a Escola, pelo decorrer da sua história, foi criada por pessoas que tinham o interesse em criar a Escola e de se vincular a ela, somente com interesse da realização da própria Escola. Mas que com o decorrer do tempo, essas pessoas naturalmente se afastaram e outras vinham substituí-las, mas sem a mesma garra de criar uma Escola. Ela já estava criada, era continuar o trabalho. E sempre encontraram muita receptividade por parte de um professorado que aceitava a situação, sabida e conhecida, de precariedade de recursos financeiros. Mas nós sentíamos a responsabilidade que tínhamos com aquele trabalho e que era impossível continuar do jeito que estava. Nós colocávamos muito que não dava para brincar de escola numa Escola de nível superior respeitada e que não se podia continuar trabalhando sem recursos para manutenção. Recursos que pudessem garantir uma manutenção de um professorado de boa qualidade e de todas as outras exigências que eram feitas.

Um convênio já mencionado, feito com o Unicef, foi um pouco por aí. Numa convenção, houve encontros internacionais também. E a esses encontros internacionais vinham Escolas da maioria dos países onde tinha Escola de Serviço Social, que em alguns deles não eram de nível universitário. Na França, por exemplo, não é de nível universitário, na Holanda não é. Em outros países, como nos Estados Unidos, é de nível universitário. Então, vinham representações dessas entidades. E havia uma entidade internacional, uma católica da França, União Católica Internacional do Serviço Social. Se chamava UCISS, a sigla. Até essa entidade foi também uma das que influenciou e ajudou muito a criação da Escola de Serviço Social. A daqui, por exemplo, a do Rio de Janeiro, a de São Paulo... Foram muito ajudadas pela UCISS, que mandou até pessoal de lá para conhecer a realidade e orientar os primeiros tempos dessas Escolas. Aqui nós recebemos a visita de uma senadora belga, que veio da Bélgica para nos assessorar. Uma coisa que sentíamos era a diferença fundamental nas coisas que para eles era problema e para nós, não. E os problemas nossos não eram os que eles consideravam problemas.

Mas enfim, houve uma Conferência Internacional do Serviço Social no Rio de Janeiro e Conferência Internacional de Escolas de Serviço Social em Belo Horizonte. Todas as Escolas se fizeram representar e ali foi que eu tive um encontro com a representante do Unicef e falei que havia uma escola em Pernambuco e que nós tínhamos também conhecimento dos trabalhos do Unicef, porque eu tinha trabalhado com o Unicef... E pedi para ver se havia possibilidade de um convênio em que pudessemos desenvolver um trabalho conjunto. Houve uma receptividade muito grande e mandaram uma comissão que passou aqui uma semana, estudando toda a situação da Escola, os problemas e que redundou no convênio que foi estabelecido, tendo a Sudene como interveniente, porque como nós não éramos um órgão oficial, éramos uma escola privada. A Sudene entrou como interveniente e canalizava recursos mesmo. Então, quando nós organizamos três departamentos, de Estudo, de Trabalho de Campo e de Planejamento e Administração de Programa, o pessoal que coordenava esses departamentos foi pago com esses recursos da Unicef. E mandaram também uma quantidade

muito grande de material para desenvolvimento de atividades. Aí fomos nós que oferecemos à LBA, porque havia um material que não íamos dar conta e cedemos à LBA, em regime de comodato, porque eles tinham condição de desenvolver os programas para os quais aquele material ia ser adequado.

*Que tipo de material?*

Por exemplo, havia uma previsão de uma realização de um trabalho com mães, na organização de uma lavanderia. Não era a Escola que estava interessada nisso, era a LBA. Então eles mandaram ferro de engomar, mesa de passar e coisas que tinham utilidade para isso aí e a gente passou para a LBA.

*Isso foi antes do Golpe de 1964. A senhora já era diretora da Escola quando do Golpe de 1964?*

Já era diretora da Escola desde 1961. Uma outra coisa que acho que não me referi ainda foi a um encontro que houve, dentro desses encontros de ABESS, de Escolas de Serviço Social do Nordeste. Foi promovido por dom Távora, que era nessa ocasião bispo de Aracaju. Este encontro teve presença maciça e a interveniência da Sudene até na manutenção dos recursos destinados ao encontro.

*Esse encontro foi onde?*

Em Aracaju. Nós nos reunimos com representação da Sudene.

*A senhora já era diretora?*

Era diretora. E desde a instalação da Sudene aqui, nosso grande desejo era que, tendo um órgão de desenvolvimento no Nordeste, nós pudéssemos nos vincular a esse órgão em experiências que fossem acolhidas por ele. Que fossem ajudadas pela Sudene, tivessem cooperação da Sudene. Mas não encontramos muita receptividade nisso no começo. Nessa ocasião o grande desejo era esse, a coisa que foi trabalhada lá foi isso: que a Sudene nos abrisse as portas para fazermos um trabalho conjunto. E aí, nesse encontro, foi estabelecida a realização de um curso de preparação de pessoal, de técnicos de desenvolvimento. Porque eles faziam uns cursos de preparação de técnico de desenvolvimento econômico e esse outro seria abrangendo mais o social. Esse curso foi depois dessa convenção. Foi aprovado lá com muita dificuldade, muita crítica por parte de elementos da Sudene também. Mas foi aprovado e realizado aqui, acho que dentro da Escola de Serviço Social de Pernambuco, com o SESI e com representação de todas as Escolas do Nordeste e até de uma Escola do Pará, que teve interesse e participou também. Esse curso funcionou muito bem, terminando no dia 30 de março de 1964. Já todo mundo bastante amedrontado, inclusive diretores de recursos humanos da Sudene, que tiveram de sair do cenário. Houve dificuldades que aconteceram nessa ocasião. Mas o curso foi realizado durante três meses, com muito bom resultado, com o pessoal participando. Pessoal que depois foi aproveitado em diversas entidades. Foi um marco dentro da Escola, esse encontro.

Agora, naturalmente essas entidades não suspenderam suas atividades durante o período do regime autoritário. E então nós tentávamos desenvolver, entrar em alguma programação que fosse desenvolvida pela própria Sudene e tal. E conseguimos que alguns alunos da Escola estagiassem em algumas entidades, alguns trabalhos da Sudene. Mas este foi um período difícil para todo mundo, nós tínhamos alunos estagiando em entidades como Movimento de Cultura Popular e o Movimento de Educação de Base, que era sustentado pela Igreja. Havia

alunos que estagiavam nessas entidades e se mantiveram lá com as dificuldades que todos enfrentaram nessa ocasião. A partir do regime autoritário, tivemos alunos presos, não caracterizados como alunos de Serviço Social, por atividades políticas que eles fizeram. Como o caso de uma aluna que foi presa porque, isso já em 1968, se não me engano, quando estavam os movimentos tentando se reorganizar, estava com um panfleto dentro de um carro. Não era nada ligado à Escola, isso foi identificado, ela foi presa e passou nove meses presa numa entidade da Polícia Militar do estado. Nós demos muita assistência através de visitas e, a pedido dela, fomos testemunha no julgamento ao qual ela se submeteu na Promotoria Militar. Nesse julgamento ela foi liberada, absolvida. Como eu era diretora da Escola, ela me fez o pedido e eu aceitei e fui testemunhar. Então, dei o testemunho do trabalho, da posição dessa aluna da Escola – que era verdadeiro – ela era uma aluna excepcional. Aluna muito responsável e de rendimento muito bom. E isso nós testemunhamos e acreditamos que foi um dos elementos que, junto aos demais depoimentos, a liberou.

*A senhora teve conhecimento de outros alunos que sofreram também, que foram presos?*

Alunos e inclusive professores da Escola que tiveram de se ausentar do país. Um professor membro do Conselho Técnico Administrativo não foi expulso, mas tinha uma responsabilidade num trabalho de natureza educativa junto à universidade que foi de tal modo esvaziado ou considerado tendencioso, que ele achou melhor, ouvindo inclusive pessoas que trabalhavam com ele, se ausentar do país. Ele era também assistente de JUC, Juventude Universitária Católica, que era um ramo da Ação Católica que teve uma grande participação no Movimento de Libertação Popular que antecedeu o regime autoritário. E ele se afastou, continuou ligado a nós, através de correspondência, e quando voltou, quando retornou para o Brasil, eu já estava afastada da universidade e trabalhei com ele numa entidade que ele organizou. Uma entidade que trabalha mais com pesquisa, muito na área de criança e adolescente, que ainda hoje atua.

*Aqui foi muito marcante esse período do governo Arraes, o final do governo Arraes, o Golpe de 1964... Enfim, a senhora até já contou algumas coisas. Mas como isso bateu na senhora? Foi um impacto muito forte? A senhora estava onde?*

Olhe, eu confesso que havia uma situação à qual não me sentia vinculada, do ponto de vista de atividade, com aqueles que eram considerados subversivos. Eu não me sentia aí dentro. Inclusive, a Escola não era olhada com muita simpatia. Os alunos eram participantes, mas a Escola, como entidade, era considerada católica e como tal, um pouco amedrontada com o comunismo. A coisa que amedrontava todo mundo nessa época era o comunismo. Então a Escola tinha uma situação dúbia. Ao mesmo, ela tinha professores que foram indiciados, como Paulo Freire, que foi professor da Escola durante largo tempo. Ele diz isso no livro dele, que a Escola de Serviço Social o ajudou muito a formular aquelas idéias que depois pôs em prática na alfabetização de adultos. Então, esses professores que foram da Escola e que tinham vínculo com ela, naturalmente davam à Escola, à entidade, uma certa conotação de interesses daquilo que era chamado esquerda no momento. Mas eu me lembro que no dia da Revolução, no dia que teve uma parada das mulheres na rua para sacramentar a Revolução, eu e uma colega íamos falar numa paróquia sobre um estágio que estava ocorrendo. E eu e ela, decepcionadíssimas, porque o que nós colocávamos era o seguinte: Nós não temos nada que ver. Não tínhamos nada diretamente a ver com toda aquela coisa que foi feita, muitas delas impensadas, muita agitação e só. Nós não tínhamos nada a ver com aquilo. E muito menos com aquela coisa que entrava! Então não tínhamos que ver nem com um nem com outro. Nem com aquela coisa que saía, não tínhamos um vínculo muito direto com aquela agitação toda, nem tínhamos vínculo nenhum, nem aceitação, com aquilo que



estava entrando. Ao contrário, entre as duas, claro que nossa preferência era muito mais o grande desejo da transformação social. Como essa transformação seria feita, aí que estava a grande diferença de métodos e forma de agir. Então, naturalmente nós ficamos vigiadas também, como todo mundo, se colocava que havia alunos que entravam na Escola para vigiar, para assistir as aulas. Isso era uma coisa que se dizia. Descobriam... muita gente tinha medo também e descobria coisa que nem existia... “Olha, cuidado!”

*Mas a senhora alguma vez foi procurada por algum tipo?*

Só uma vez, quando houve uma greve que todos os universitários participaram, eu fui chamada ao quartel-general para uma entrevista com o general “A senhora está com alguma dificuldade em relação aos alunos?” “Nenhuma! Eles estão na greve.” E se tivesse alguma dificuldade, eles estavam inteiramente disponíveis para me ajudar. “Muito obrigada, mas nós não precisamos”. Então, todas as pessoas aqui diziam e sabiam que a gente era vigiada como elemento de esquerda. Alguns professores da Escola, como o caso de Dolores Coelho, que foi até vice-diretora da Escola, não nesse momento, não era mais. Ela foi também responder a um inquérito. Não chegou a ser um inquérito formulado, mas ela foi chamada para uma argüição com os generais. Mas ela era uma pessoa muito destemida, inclusive porque tinha amizades na área do Exército, de pessoas influentes como o general Muricy. A mulher do Muricy era aparentada dela. E então, quando ela chegou lá, o que disseram? “A senhora...” Porque ela era também secretária da Escola de Arquitetura. E a Escola de Arquitetura era da universidade, funcionava na mesma rua, vizinha a nós. Eu tinha muita relação com a Escola de Arquitetura, alunos e professores da Escola. Havia uma colaboração muito intensa entre uns e outros, uma aproximação. E eles disseram: “A senhora foi vista num apartamento, foi encontrar-se num apartamento na Torre” – que é um bairro do Recife – “com a alta cúpula do PC.” Então ela disse: “ Olhe, os senhores desculpem, mas é por isso que eu não acredito nessa Revolução. Porque se prender a mentiras como essa daí... Eu não conheço ninguém da cúpula do PC! E nunca estive em apartamento nenhum na Torre! Os senhores ao invés de estar trabalhando pela salvação do Brasil, como inventam o que fazer. Então, chamar pessoas que não têm nada a ver com isso, eu estou perdendo tempo! Por isso que eu não acredito.” E eles também entraram falando: “Não, mas a senhora eu sei que tem uns vínculos com a Igreja...” “Mas, por exemplo, Alceu Amoroso Lima é vinculado à Igreja.” Ela disse: “Eu vou pedir ao senhor para não falar mais nesse nome. Porque é uma pessoa que eu respeito muito e não pode ser falada do modo como o senhor está falando.” Então ela foi... houve também esse episódio, morreu aí. Não teve conseqüências, prisão, nada por aí.

*Nós havíamos perguntado o que a senhora estava fazendo no momento do Golpe de 1964. Aí a senhora falou que estava havendo uma passeata de mulheres, provavelmente uma daquelas, tipo a marcha da família, e que a senhora estava com uma companheira sua e vocês iam dar uma palestra...*

Nós íamos fazer um contato em função de um estágio que vinha se realizando na paróquia.

*E aí, aconteceu alguma coisa?*

Não! Porque esse era um padre holandês que desenvolveu um trabalho numa paróquia de classe média. Nós tínhamos marcado para ir falar com ele naquele dia e fomos. Bom, eu me lembro agora de uma coisa anterior, uma pergunta de vocês quanto a recursos, a possibilidade de receber alguns recursos da Legião Brasileira de Assistência. E eu me lembro, não sei se era alguma coisa referente à bolsa de alunos, que nesse dia 30 de março, eu fui de ônibus à Legião Brasileira de Assistência buscar um recurso. Era o dia marcado para eu ir lá receber o

recurso. Me lembro que passei em frente ao quartel-general, onde estavam tanques de guerra. Eu tinha ouvido no rádio, durante a noite, o que ia ocorrer e ver esses tanques de guerra aqui... Enfim, fui para a Legião, recebi o dinheiro e voltei, já com alguma dificuldade de transporte, mas consegui com uma pessoa conhecida que me deu uma carona para voltar para casa. Mas aí era uma coisa ligada a essa paróquia, um trabalho que nós tínhamos de estágio e havia a previsão de um contato com os responsáveis pela paróquia. Um contato de rotina.

[FINAL DA FITA 4-A]

*E aí o pessoal foi? Normalmente?*

Eram os padres.

*Ah, eram padres!*

É. Estavam lá, moravam lá, era a casa deles.

*A senhora já estava sabendo que estava tendo esse Golpe? Isso que nós queríamos saber, o impacto. Como foi? Porque aqui em Recife o negócio foi muito forte.*

Foi. Aí, ficou todo mundo assustado com o que podia ocorrer. A Escola, como houve um episódio de um aluna que quis se transferir para a Escola, a esposa de um militar, e que a gente exigia toda a documentação como a de qualquer outra aluna, e que criou uma série de dificuldades como se fosse uma prevenção da Escola. Esses alunos nos causavam uma certa preocupação de que pudessem interpretar coisas que estavam sendo dadas... Nós continuamos, inclusive, desenvolvendo experiências com o método de Paulo Freire e a Escola, pelo fato de ser isolada, ela não era muito visada. Daí por que ela era muito usada, entre aspas, pelos universitários, porque ela era mais livre. A Escola funcionava num bloco que não era da universidade, ela era privada. E como os alunos da Escola – eu acho que isso é uma coisa que tenho que referir – eram marcadamente, na sua maioria, de esquerda, estavam com todo o interesse em um projeto mais avançado. Então esses alunos eram muito procurados por companheiros de outras universidades, que tinham dificuldade de se reunir na universidade, que era mais vigiada. E se encontravam na Escola ou dali partiam para outras coisas. E convidavam pessoas para palestras na Escola... Isso durante todo o período da repressão, não é?

*Isso tanto antes de 1964, estamos nos referindo ao Golpe propriamente, quanto principalmente depois?*

Já depois. Continuava assim, naturalmente com um certo cuidado, mas os alunos, os alunos também com cuidado, porque eles estavam vendo os companheiros deles serem presos.

*D. Evany, nesse período também tinha muito choque de aluno com diretor. Afinal de contas, era um período de muita efervescência. A senhora lembra, no seu caso como diretora, de ter se chocado com os alunos, de ter tido algum incidente? A senhora era vista como uma diretora liberal? Enfim, conte-nos um pouco sobre essa relação.*

Olhe, eu disse a vocês na outra entrevista que, no começo, quando entrei na Escola, que foi a minha descoberta do mundo social que, para mim, não tinha nenhuma expressão. Comecei a pensar no desequilíbrios sociais, nas desigualdades sociais, em coisas que antes

não me incomodavam ou eu não tinha curiosidade sobre esse tipo de coisa. A Escola me despertou essa curiosidade. No começo da Escola, o período, de 1946, não foi muito agitado, não era um período do ponto de vista ideológico. As agitações eram mais por conta do Getúlio, do regime autoritário e tal. Mas, não ideologicamente, Partido Comunista, não era muito isso. Apesar de que estavam já começando e nós sentíamos isso. Mas a Igreja nessa época não era a Igreja progressista que foi depois. Era uma Igreja também que levantava dúvidas quanto às coisas, como estavam se colocando.

Mas pouco depois da minha entrada, comecei a assumir a responsabilidade de trabalho na Escola. E isso dava a mim, agora eu vejo, uma função de um aluno um pouco suspeito. Porque era mais ligado à direção. Então, eu era monitora, acompanhava os alunos nas visitas a obras, fazia atividades com os alunos. Eu era uma aluna-professora, já entrando numa área onde o aluno possivelmente não tinha a liberdade de falar comigo, porque falavam com outros colegas. E eu era uma colega já um pouco mais diferenciada, porque tinha atividades docentes na Escola. Depois disso, com o diretório ou na minha gestão mesmo, eu tinha muita facilidade de conversar com os alunos. Disponibilidade para discutir.

Agora, tinha pontos de vista que não me pressionavam muito por mudanças muito violentas que seriam, talvez, desejadas pelos alunos. Me lembro de uma vez uma discussão com o diretório com uma quantidade grande de alunos na sala de aula. Eles tinham uma solicitação – não me lembro mais o que era – tinham um ponto de vista que eles defendiam e eu defendia outro. E a presidente do diretório, quando terminou, disse: “Não adiantou nada essa conversa. Porque você continuou pensando o que pensava e nós continuamos pensando... Isso não foi diálogo.” Eu disse: “Pois para mim diálogo é isso! Eu não sou obrigada a pensar o que você pensa e você não é obrigada a pensar o que eu penso! Nós conversamos, discutimos os nossos pontos de vista. Eu coloquei o meu, vocês colocaram o de vocês e vamos sair, isso foi um diálogo! Agora, a resultante desse diálogo não foi sair todo mundo com um monólogo de um ou de outro. Não foi.” Então, eu tinha uma certa facilidade com os alunos. Embora não possamos nos eximir daquilo que é um pouco o modo de ser de cada um. Minha forma de tratar os alunos era meio reservada, como com todo mundo, não era só com os alunos não. Com os colegas, as pessoas, não tinha uma... Isso eu modifiquei com o tempo, mas nessa época não era uma pessoa muito expansiva. Tinha as minhas formas de agir, mas nunca tive nenhuma dificuldade com os diretórios. Quando os diretórios mudavam de presidência, os estudantes de outras escolas iam fazer conchavo com os alunos da Escola. Eu me lembro de Marco Maciel, presidente da UEP, da União dos Estudantes e tal. E a habilidade que hoje ele tem, já tinha nesse tempo. Ele procurava a direção da Escola para mostrar que era amigo da direção, nos tratava com delicadeza, mas uma certa reserva. A gente dava mais apoio àqueles movimentos que eram mais questionadores do que os movimentos mais reacionários, como eram chamados nessa época.

*D. Evany, nós sabemos que a senhora tem relações pessoais com setores da Igreja progressista. Inclusive, a senhora é concunhada do Marcelo Cavalheira, que é uma pessoa muito ligada à sua família toda. Enfim, tem um núcleo religioso forte na sua família. Como são essas relações? Enfim, a senhora já falou que teve uma formação católica e, depois, o próprio papel de dom Hélder junto a senhora...*

Eu acho que foi muito bom vocês falarem isso. Porque, para nós, dom Hélder chegou numa hora muito quente aqui em Recife, quando tinha acabado de acontecer o Golpe. E quando chegou, ele se aproximou imediatamente da Escola. Nos chamou como Escola de Serviço Social, porque ele era habituado a trabalhar já no Rio de Janeiro com assistentes sociais. Quis logo se aproximar e saber como trabalharíamos, como poderíamos trabalhar em conjunto. E para nós foi uma tábua de salvação. Nós achávamos que íamos começar a fazer um trabalho que era respaldado pela Igreja, mas Igreja Progressista, e dentro daquilo que a

gente pensava, mas não tinha condição de executar antes e que ali, agora, teríamos. E dom Hélder era muito carinhoso conosco. Ele toda a vida me chamou: “Minha diretora.” Então o pessoal brincava: “Diretora de quê?” Eu dizia: “Espiritual.” Ele só me chamava assim. Porque ele era muito carinhoso, gostava de chamar as pessoas, não gostava de me chamar pelo nome. Nem gostava que a gente o chamasse de senhor: “Dom Hélder, o senhor vai jantar?” “O senhor não. O senhor não janta mais.” [risos]E era sempre aquela coisa, tinha um relacionamento muito bom com ele. E havia mais uma coincidência, eu morava numa casa nos fundos do Palácio do Bispo. Nessa época, ele ainda morava no palácio e nós tínhamos uma presença constante lá, para todas as coisas que aconteciam. Inclusive, nas coisas de trabalho, naturalmente.

Quando ele chegou, pouco tempo depois houve uma grande enchente aqui e dom Hélder mobilizou todo mundo, inclusive com recursos da Sudene, de organizações oficiais, organizações não oficiais... foi uma movimentação enorme. Eu tinha uma colega que dizia – porque tinha maçonaria, era uma variedade enorme de organizações que estavam lá dentro: “Isso já não é ecumenismo, é promiscuidade!” Então a gente se reunia com ele e esses grupos, daí começou o trabalho que se chamou Operação Esperança. Foi um trabalho amplo, muito bom, que foi realizado nos bairros numa época difícilíssima, em que muita gente que tinha participado do movimento popular ficava espantado. E aí diziam: “Coisa que se chama ‘Amigo’, ninguém me chame.” Porque tinha Amigos do Bairro e todo mundo foi preso, “eu não quero saber!” Então, tinha uma Operação Esperança, eu não me lembro mais qual era o nome que dava, mas organizações de comunidades, todas as comunidades populares que se mobilizaram nessa época da cheia, da enchente, para receber recursos, para ser orientadas e tal. E ele me designou como representante da arquidiocese, nos assuntos de assistência social do IV Exército. E eu fui, ia para as reuniões no quartel-general bolar as coisas que deviam ser feitas no caso de uma nova enchente, então participava de reuniões com os militares e representando a arquidiocese, pela Escola mas representando a arquidiocese.

Essa aproximação com dom Hélder foi muito positiva, porque a gente teve alunos e professores ligados ao trabalho dele e os trabalhos de mobilização. Tivemos um trabalho com o Mosteiro de São Bento também, na organização de uma experiência de habitação popular que foi muito válida. E tivemos muita coisa interessante feita nessa ocasião, apesar de toda a situação política contra. E apesar de não se poder falar no nome de dom Hélder, nem ele aparecer na imprensa. Então, uma coisa que eu fiz muito – aí, já a Escola na universidade: eu propus na universidade, depois que passou a parte mais negra do regime autoritário, o título de *Doutor Honoris Causa* para dom Hélder. E essa coisa circulou nos órgãos competentes durante um tempo absolutamente desnecessário. Mais de um ano essa coisa rolou, até que aprovaram. E como tinha sido eu que tinha proposto, eu fiz a saudação. Vou dar uma cópia a vocês do discurso que fiz nessa ocasião. Porque eu falava nessas coisas, o tempo negro que tinha passado, que não se podia fazer a outorga a dom Hélder daquele título, porque não era permitido, e este descaso da universidade com uma pessoa que atuava aqui da forma que ele atuava, que tinha título de *Doutor Honoris Causa* de tudo quanto era entidade de várias partes do mundo e não tinha aqui. Então, depois eu dou uma cópia para vocês tomarem conhecimento do que foi feito naquela ocasião.

Bom. Até eu pessoalmente, depois que me afastei da universidade, me liguei muito aos programas da arquidiocese. Aí, mais com dom Lamartine, que era o bispo auxiliar, e com quem nós tínhamos um trabalho na área de saúde com os bairros, movimentos populares e tal. Nesse trabalho, nesse programa tinha muitas pessoas com uma visão boa da realidade, de transformação. Foi um trabalho bem realizado.

*E com o dom Marcelo Cavalheira, a senhora teve algum trabalho?*

Não, porque dom Marcelo não trabalhou em Recife. Quando ele foi sagrado bispo, já foi para a Paraíba. Então, a gente entrou em contato com Marcelo, mas não de trabalho, porque o trabalho dele foi na Paraíba. Foi primeiro em Guarabira e depois em João Pessoa, onde ele está ainda hoje.

*Durante o período em que a senhora esteve na Escola, também esteve trabalhando no Departamento Nacional da Criança, que inclusive lhe garantia um certo rendimento. Nós queríamos que a senhora nos contasse essa experiência. Quando, mais ou menos, a senhora começou isso? A senhora lembra? A senhora já era diretora da Escola?*

Foi depois de eu ser diretora da Escola. O Unicef nesse tempo se chamava FISU, Fundo Internacional de Socorro à Infância. Havia um programa do Fundo Internacional de Socorro à Infância, que depois passou a essa sigla, Unicef, que é mais abrangente. Mas era a mesma Unicef, vinha da Unicef, com o Departamento Nacional da Criança. Era um Programa chamado DNCR e FISU. Então este Programa, FISU, era um programa de distribuição de leite, algumas coisas que eram mais assistenciais, mas tinha também uma preocupação com o trabalho educativo. Então, esse aspecto educativo eles pretendiam que fosse coberto por organizações de Clubes de Mães, tanto nas capitais como nas cidades do interior. Então era a Delegacia Federal da Criança. Aí eu fui contratada para coordenar, para a coordenação regional desse programa. Esse programa abrangia os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Fernando de Noronha estava também incluído nessa história. Então, os estados tinham uma coordenação estadual e a Delegacia era ligada aos órgãos do estado, que eram os executores. Porque a Delegacia Federal da Criança, o Departamento Nacional da Criança, nunca foi órgão executor. Era mais normativo, de coordenação, mas não era de execução; transferia isso aos órgãos do Estado. E os órgãos do Estado tinham uma coordenação estadual e se encarregavam da execução. Nós, da delegacia, nos encarregávamos da coordenação regional desses órgãos estaduais. A Delegacia Federal da Criança da 3ª Região abrangia esses quatro estados; então, os programas nesses estados. Eu tinha nessa época viagens constantes aos estados, viajava muito para a supervisão dos trabalhos. E a gente tinha uma equipe muito boa de assistentes sociais, que trabalhavam na coordenação estadual e desenvolviam o trabalho no interior, com as dificuldades que existiam de penetração porque a mentalidade das pessoas que assumiam o trabalho no interior era quase sempre só assistencialista. Então, havia muita dificuldade de introduzir os elementos educativos que propúnhamos que fossem envolvidos em cada trabalho de Clube de Mães. As pessoas faziam isso de acordo com as suas tendências, com as suas limitações. No interior, era todo mundo voluntário. As pessoas se encarregavam da execução dentro dos Clubes de Mães, eram voluntárias. E aqui na cidade, não. Por conta disso, em 1959 o Departamento Nacional da Criança foi o interveniente na concessão de uma bolsa para formação materno-infantil num Centro Internacional da Infância em Paris. Era um órgão internacional. Então, em 1959, eu fui como representante do Ministério, uma colega minha já tinha ido no ano anterior, a que era coordenadora nacional. E lá, então, nesse Centro Internacional da Infância, nós passamos dois meses e meio num curso. No centro, tinha uns expositores que vinham falar de trabalhos de proteção materno-infantil na França. E eles tinham uma preocupação muito grande com esse tipo de assistência. Esse grupo foi de uma riqueza muito grande e eu lamentava que de brasileiro, só eu estivesse lá. Era muito difícil, para mim, dar uma visão do Brasil porque, por mais que eu explicasse, eles não entendiam essa extensão do Brasil. Também não entendiam essa época, Juscelino estava programando a construção de Brasília. Então eles não entendiam quando eu colocava os problemas sérios de materno-infantis de Pernambuco, e o governo, ao mesmo tempo, fazendo uma capital, gastando tanto dinheiro. Não entendiam como podia. Eu explicava que o Nordeste era especificamente mais deixado de lado e que isso era uma coisa historicamente colocada. E que isso não era para ser objeto

de preocupação de Juscelino nessa época. Todo mundo sabia da construção dessa capital. Com as pessoas que a gente contatava até fora do centro, perguntavam pelo Pelé e... Brasília. Então eu fui lá no consulado e pedi material para mostrar. Mas o material que eu consegui era do Rio de Janeiro, com todas as suas belezas, e Ouro Preto. Então não tinha como!

Mas o que eu ia dizer, que foi muito interessante nesse grupo, era que havia pessoal da Cortina de Ferro. Então havia polonesas, tchecas, iugoslavas, belgas, suecas, muita gente das colônias francesas: Madagascar, de Haiti, dois portugueses e duas argentinas, duas italianas. Então, o grupo era muito diversificado. E esse pessoal, não foi difícil, nos comunicávamos em francês. Eu não falava muito bem francês, mas entendia muito bem. Entendia muito. Só as palestras eu não entendia nada porque o assunto... E a italiana brincava de dizer assim: “A linguagem da gente só é materno-infantil. Se quiser conversar sobre isso, nós temos um vocabulário. Fora disso, havia muita dificuldade!” Mas enfim, o grupo foi muito cordial. Esse pessoal da Cortina de Ferro era muito espantado, muito cuidadoso no comportamento, o que diziam, o que falavam. Por exemplo, uma delas tinha uma filha na Inglaterra, queria visitar, não tinha permissão para se afastar no fim de semana porque o governo não permitia. Essas coisas muito sofridas assim. E passavam os filmes sobre a Guerra e sobre a reconstrução. Aquilo ali incomodava os outros que tinham vivido a Guerra com outras perspectivas e gerava, às vezes, um pouco de dificuldade mesmo, de compreensão em torno dessa coisa. Mas enfim, o curso como tal foi muito interessante, muita coisa a gente aproveitou da realidade deles, que era diferente da nossa, mas que tinha uma preocupação imensa com a proteção materno-infantil. Sobretudo índice de natalidade. E chamavam pessoas para conferência, pessoas importantes. O Instituto de Altos Estudos Demográficos, o diretor vinha falar conosco e a gente compreendia. Eles colocavam muito, por exemplo, como o Brasil e os países do Terceiro Mundo estavam querendo entrar no programa de restrição de natalidade, como isso era prejudicial numa época em que esses países justamente estavam preocupados em se desenvolver e executar programas de desenvolvimento. Como era negativa a restrição de natalidade nessas situações. E essa foi uma oportunidade que eu tive.

Num tempo muito diferente, já em 1969, eu já era diretora da Escola, nessa área também de criança e adolescente, eu fui num estágio no Chile, Santiago do Chile, de três meses, numa clínica que tinha um Programa de Mobilização Comunitária e que atendia uma área pobre lá em Santiago e foi muito interessante. Muito interessante também, pouco tempo depois, eu e uma médica, pediatra daqui, tínhamos já conhecimento do que se fazia ali e era um programa muito bom porque tinha um reforço muito grande de recursos das Nações Unidas. E o que aconteceu de muito interessante para mim foi que, nessa época, na CEPAL, que era sediada em Santiago, houve um seminário sobre Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social. E as coisas pareciam um pouco com as que ocorrem aqui: uma aluna, que era estagiária lá no centro, conhecia o secretário de lá, que podia ser intermediário para eu assistir a esse seminário. Eu tive interesse em assistir. Sem participação ativa, mas queria ver o que eles iriam falar. E então me concederam essa coisa que foi para mim inusitada. Então eu fui para participar, porque era uma coisa que a gente ansiava, só se falava em desenvolvimento econômico e não se falava em desenvolvimento social. Quando se falava, você não via nada que fosse representativo como era o econômico. Isso ocorre até hoje. Não sei se vocês conhecem esse livro do Renato Janine Ribeiro, *A sociedade contra o social*, onde ele coloca – também uma coisa rara – que essa coisa de que o econômico é a sociedade e o social é o resto, é aquele resto que precisa de assistência, é aquele resto para o qual se canalizam formas de assistência e ao qual não se dá importância maior. Quando se fala em social, é uma coisa relegada ao segundo plano. E esse seminário tinha representação de vários países da América Latina e técnicos das Nações Unidas. Esses técnicos não tinham a menor idéia do que era desenvolvimento social! Então a coisa não andava! Tinha um assessor das Nações Unidas que como eu estava lá sem representação oficial e sem poder me manifestar, tinha uma certa curiosidade em saber o que eu estava fazendo ali. Então, me identifiquei como diretora de

uma Escola de Serviço Social de Pernambuco que estava ali por curiosidade de ver como se colocava a coisa, que me interessava muito. Ele disse: “Eu estou aqui, não posso dizer como curioso, porque estou representando as Nações Unidas. Mas como técnico, já tentei várias vezes levar a discussão para essa área e a discussão não sai. Estou só esperando que termine para ir embora, porque não se vai discutir isso.” E realmente, quando entrava alguma coisa de desenvolvimento social, eram pequenas experiências que algum país estava nós tínhamos aqui não eram só nossas, eram coisas que não existem até hoje.

*E isso era um diagnóstico compartilhado amplamente?*

Era desenvolvido pelas Nações Unidas! Porque teve um técnico das Nações Unidas, que chegou um pouco depois do encontro ter começado, e lá para as tantas disse: “Eu ia propor que se fizesse um encontro para discutir o desenvolvimento social.” E nessa altura, eu disse: “Estou entendendo mal.” Porque tudo era com tradução simultânea para o castelhano. E eu então: “Agora eu não entendi!” Aí chamei esse outro técnico que sempre conversava um pouco comigo e perguntei a ele: “Esse técnico das Nações Unidas falou isso?” “Falou. Falou isso. Ele não entendeu que esse seminário seria para isso.” Foi muito bom para mim, eu senti que não era só aqui, que era uma coisa mais geral. Não foi representação do Brasil. Ficou lá todo o tempo o nome de um técnico da Sudene que não conseguiu ir porque não foi concedido a ele a possibilidade de viajar para o Chile. O Chile dessa época era o Chile de Allende... Não! Era o Chile de Freire! E estava se preparando a substituição no pleito. Então jogaram, como um balão de ensaio, o nome de Neruda como candidato. E não era. Era só para dar vez ao Partido Comunista e ver a receptividade. Então Neruda foi candidato, mas um candidato natimorto. E em seguida veio Allende. No Chile eu tive contato com muita gente daqui, que morava lá nessa época.

Então, para mim foi uma experiência interessante. Inclusive, o Serviço Social lá estava solto. Nós estávamos vivendo descompassos de situações: enquanto aqui nós vivíamos num regime autoritário, lá eles estavam efervescendo, era como a época que vivemos antes de 1964! Então eu às vezes dizia, lá nas reuniões de Clube de Mães: “Vocês não vão entrar nessa mesma coisa que nós entramos! Porque aqui as coisas estão efervescendo e nós não pensávamos...” “Não, o Chile tem uma tradição democrática que jamais será rompida!” Eu dei um azar, mostrava os países da América Latina que estavam sob regime militar e o Chile escapando ali! Aí disse: “Olha...” Até que, depois, aconteceu. Mas o trabalho lá era muito interessante e estava efervescendo. Eu tive contato com escolas de serviço social, com o pessoal do serviço social. E então, na escola estava começando essa preocupação que eu não falei ainda, que foi importantíssima no Serviço Social, do ponto de vista teórico, foi um movimento que depois se expandiu pela América Latina inteira mas que nessa hora estava crescendo nesses países que tinham um regime democrático. E então, lá no Chile a coisa estava em plena efervescência e a preocupação principal era rever o Serviço Social a partir das coordenadas da teoria marxista. Isso não tinha vez nem hora no Brasil, naquela ocasião, e nós vivíamos a angústia de ver o movimento que reconceituava o Serviço Social em outros países da América Latina sem que pudéssemos eco a algumas coisas, que eram nessa ocasião permitidas, nos encontros, nas convenções, nas discussões e tal. Esse movimento foi muito forte e que é o núcleo central das preocupações de vocês: a assistência social.

A assistência social era considerada, mesmo antes de qualquer movimento de redemocratização, uma coisa para a qual não se dava muita importância. Era sempre considerada como aquele movimento da sociedade civil, das primeiras damas, de solidariedade. E nós achávamos que o Serviço Social era o que se distinguia da assistência social. Enquanto a assistência social era prestar um serviço sem maiores questionamentos, sem maior continuidade, sem uma programação mais eficiente, o Serviço Social se propunha a fazer um trabalho com base em todos os elementos teóricos que serviam de lastro para o

trabalho de transformação social a partir daquela clientela, que não era a clientela da assistência social. Seria uma clientela de transformação social para mudar uma realidade que as incomodava e que as sufocava. Então nós trabalhávamos nessa direção. Alguns trabalhos de assistência social hoje divulgados, como o de Aldaísa Sposati, falam nisso quando ela coloca que a assistência social criou um núcleo de instituições, como o caso da Legião Brasileira de Assistência, para fazer assistência e de profissionais que deveriam se encarregar disso, que seriam as assistentes sociais. Nós tivemos o azar de, entre aspas, ter essa designação da profissão: assistente social, que nos aproxima da assistência. Então, aproxima daquilo que renegamos. E tivemos essa terminologia porque a herdamos do francês que é *assistant social*, do belga que é *assistant social* e não conseguiu o que os americanos tiveram, que é muito vago, mas é trabalhador social, *social work* é Serviço Social, trabalho social. *Social worker* é assistente social. E o pessoal de língua latina, que fala *trabajador social*. Também vale, trabalhador social é muita gente mas não se vinculava à assistência. Então, toda a vida carregamos este peso de renegar aquilo ao qual as pessoas nos ligavam. Tanto que quando vocês falaram que vinham fazer essa conversa e que falaram que com preocupação de assistência social, eu fiquei pensando: “Que será isso, nós vamos entrar nessa coisa que renegamos?” Renegava, porque agora também o Serviço Social está retomando isso e recolocando como função do Estado na política social, como alguma coisa que deve ser feita. Tem uma Lei Orgânica da Assistência Social, que veio da Constituição de 1988, mas levou cinco anos para sair, a partir da constituição. Foi em 1993. Essa lei está sendo trabalhada, mas também não garante. Basta olhar a rua para ver que não tem programa nenhum de assistência social feito com seriedade na situação atual. Acho que você vê a quantidade de criança que fica na rua, a quantidade de criança que fica aí oferecendo bala, limpando vidro de carro e se pegando aí, se prostituindo. Não sei, mas suponho que é a mesma que toda a vida andou na rua. E então o que sentimos é que esses programas não têm consistência, não têm seriedade, porque são da área que não é séria. Infelizmente estamos nessa área do social que não é considerada séria. O Renato Janine Ribeiro fala muito bem nesse livro aqui, quando ele diz: “Quando se fala em sociedade, se pensa no econômico.” Quando fala o social é essa coisa que precisa ser atendida, que precisa ser bem ou mal atendida, para a qual se canaliza alguma coisa em forma dessa atenção, mas que não tem nenhuma expressão do ponto de vista do contexto maior ...

[FINAL DA FITA 4-B]

*Quer dizer, a senhora acha que esses trabalhos assistencialistas não produzem nenhum efeito?*

Nada. Esses trabalhos assistencialistas não dão resultado. Primeiro: como assistencialistas, eles já não têm resultados. São péssimos trabalhos assistencialistas. Se fosse um trabalho assistencialista feito com seriedade, ainda alguma coisa dava disso. Mas são trabalhos assistencialistas que não têm uma estrutura. Os programas são fragmentados, são eventuais, não têm continuidade. Então esses programas não garantem um resultado nem do ponto de vista assistencial, quanto mais com outra... Então o que estamos sentindo que hoje – aí eu estou defasada, porque faz dez anos que eu me afastei da universidade, me despreocupeei em estar relendo coisas e lendo coisas atuais, leio eventualmente –é que o Serviço Social está resgatando a assistência como um direito social a ser respondido pela política social. E também não existe política social estruturada, existem elementos de política feitos aqui e ali, mas não uma política social estruturada em nenhuma área. Isso é uma coisa que estamos vivendo agora, por exemplo, na área da saúde. Qual é a política social de saúde que está sendo feita no Brasil, com uma epidemia de dengue que nenhum país adiantado do mundo tem mais? O pessoal não sabe nem o que é! Eu tenho uma sobrinha que é médica na Holanda.



Quando chega um caso de dengue ou um caso de gente que andou por esses países, e que chega com esses problemas, a chamam para dizer alguma coisa porque eles não sabem nada em relação àquilo, que aquilo já acabou, é só da história da saúde. E nós vivemos esse problema aqui, com toda a veemência, e eu confesso a vocês: fico muito satisfeita, entre aspas, disso estar pegando o pessoal do Rio–São Paulo porque se fosse no Nordeste, íamos morrer de dengue e ninguém faria nada, nem o fumacê, nada! Aqui não vale nada. Mas então, o que sentimos é que isso não é sério. Não é sério na educação. Botar o menino na escola, é mentira! Primeiro, a escola não oferece interesse para um menino. Um menino de rua entra numa escola dessas, sai rápido porque a escola não alcança onde ele está, como adiantamento de experiência de vida. Então começa: “A boneca é da Lili”, ele não agüenta. Então aquilo não é mais para ele. Ele sai dali porque a escola não oferece... “Lugar de menino é na escola”; que escola? Então, tinha que se ver isso, tinha que se pensar nisso.

Houve um programa, inclusive pensado por essa organização em que Almeri Bezerra de Melo – que eu falei que foi professor da Escola – trabalha, que era o programa que foi banido e que criou uma organização quando voltou de Angola, onde ele era membro do Unicef. Mas o que se fazia? Se faziam programas que as respostas não são satisfatórias. O programa que estava sendo colocado aí pelo Governo era esse do Criança-Escola, que era ajuda para a família. Então a proposta foi que as famílias desses meninos fossem orientadas para a execução desse programa. E não concordaram porque isso ia custar caro. Então, o que é que fizeram? Fizeram só o programa do menino, dar um dinheiro para o menino ir para a escola, bolsa-escola, que não resulta numa coisa satisfatória. Então vivemos esses programas que são ruins porque são assistenciais. E não oferecem nem a assistência que propõem, não oferecem satisfatoriamente.

*Achamos muito interessantes as observações que a senhora está fazendo ao programa Bolsa-Escola, e aí a senhora citou essa proposta do Almeri. Nós não entendemos exatamente qual é essa proposta?*

Essa proposta, para não ficar o nome de uma só pessoa, é CIELA que significa Centro Interuniversitário de Estudo de América Latina Ásia e África. É um nome muito abrangente, mas essa organização tem desenvolvido projetos mais de pesquisa. Inclusive, uma das coisas que incomoda aqui é o menino de rua, não é? Então, quantos meninos têm na rua? É um número mínimo. Eles têm uma mobilidade incrível, parecem muitos e não são muitos. Então, o que as organizações fazem muitas vezes? Criam uma entidade que dá abrigo, bota os meninos lá dentro mas com atividades absolutamente desinteressantes para ele. Eu visitei, porque fizemos um trabalho de mestrado na universidade que foi uma pesquisa sobre o trabalho da criança. E então visitamos muito essas entidades e os abrigos onde os meninos entravam para fazer cestinhas de pauzinho de picolé. O menino não tinha nada que ver com aquilo! Quer dizer, coisas assim desnecessárias e inúteis e que não estimulavam. Um programa que responde – só um parêntese – que vem respondendo aos interesses dos meninos é o programa Axé, que é desenvolvido na Bahia, porque mobilizou o menino para tocar no Olodum, para dançar no Ileaiê. As meninas, para fazer roupa, trouxeram estilistas da Itália para orientar trabalho de moda, meninas que são modistas, meninas que são modelo e que estão fazendo um trabalho, participando de um trabalho com todo o interesse. Esse trabalho é conduzido por um italiano e teve um resultado extremamente favorável, o Projeto Axé, na Bahia. Ele veio aqui, eu assisti a uma palestra quando ele veio visitar um abrigo que tinha sido aberto pela prefeitura. E ele disse: “Olha, não se faz trabalho com criança a partir da boa vontade de a, b ou c. Você, porque é protestante e tem interesse em trabalhar com menino, qual é a sua qualificação para trabalhar com menino de rua? Quando fundei o Axé na Bahia, eu não queria saber quem era o quê. Assistente social, pedagoga, psicóloga, tudo bem. Entra todo mundo aqui para a gente bolar uma forma de trabalhar com menino, todo o mundo

vai ter que participar e vai ter que criar isso. *Continuamente* a gente tem um trabalho de revisão da teoria, das coisas que estão sendo aplicadas, da metodologia.” Então é um trabalho que mobilizou recursos outros, também ele tinha condição de fazer isso, e esse trabalho oferece resultado favorável. Agora, um abrigo para botar menino dentro...

*E o Bolsa-Escola também não?*

Essa proposta que eu estava dizendo a você, foi feita pelo CIELA, era para que aqueles meninos do interior, que tinham atividades de campo – que sou mais voltada para o interior – e que iam sair do campo, receberem uma bolsa para trabalhar, porque a família não tinha como se manter sem isso aí. A proposta era que as famílias fossem orientadas sobre como esse dinheiro poderia ser utilizado, a importância de o menino estar na escola. Acharam que isso encareceria muito e que era só dar o dinheiro para o menino ir. O menino vai para a escola e vai para o campo na hora que as duas coisas se incompatibilizam. Então, o que sentimos é que passamos a vida toda falando, examinando...

Bom, depois que houve uma reforma de currículo e que a gente passou para a universidade, até antes disso, já eu comecei a ensinar política social. Então toda a minha vida profissional de professora aqui foi na área de política social. Nós vivíamos analisando as coisas desde o regime autoritário, analisando aqueles Planos Nacionais de Desenvolvimento, vendo o que era aquilo, o que propunha, e víamos o vazio daquelas coisas. E dentro disso, eu nunca fui incomodada pelas críticas que fazíamos a esses programas. Nós fazíamos a crítica porque desejávamos e queríamos outro tipo de coisa que respondesse aos interesses daqueles que participam desses programas. E nunca houve. Quer dizer, eventualmente um programa dá certo, mas não tem uma política social que responda a isso. Agora há uma preocupação desse pessoal que está estudando política, inclusive tem um centro em São Paulo que vem desenvolvendo pesquisa de política social. Esses centros estão procurando resgatar isso, dentro da política de assistência, que na política social tenha um atendimento num tripé que seria: assistência social, porque é necessária, e seguro social, que seria a chamada seguridade social, a Previdência, e que fosse dentro daquilo que garantiria uma política mais eficiente. Agora, sabendo que a assistência social como tal e como Serviço Social, sempre encontrou no seu desenvolvimento de trabalho uma assistência social que procura só obscurecer a questão social, das desigualdades sociais. Então, isso, nesse livro do Renato Janine está muito claro também. Eu tenho uma admiração especial por ele porque inclusive deu um curso para nós aqui no mestrado, de Filosofia Social, que foi extremamente positivo. E ele está estudando muito essa coisa. Ele diz que filosofia para ele não é ficar endeusando os filósofos gregos, é trazer os elementos da filosofia para analisar a realidade e ver o que se aplica. Este livro é muito dentro disso. Então, essa coisa que ele coloca, de como o social não é respeitado. O que é a obra social? Programa social é aquele programa que não é sério, é o programa que não tem continuidade, é o programa que é corrupto, então o social está muito vinculado a isso. O que é sério? É o econômico. Então, aí há uma coerência quando o governo ajuda os bancos, ou como ele diz, a banca, e não canaliza com a mesma seriedade para a área social.

*–D. Evany, filantropia e assistência social, a senhora acha que são sinônimos ou tem uma diferença?*

É, agora está se procurando resgatar a assistência social como uma coisa séria, como um conjunto de atividades de uma política social que não seja essa esfarelada, fragmentada, sem muito objetivo. A filantropia é alguma coisa que parte só da boa vontade de pessoas que se dedicam a executar alguma atividade dessa natureza, da natureza social.

*Por exemplo, uma entidade como a LBA, como a senhora classificaria esse trabalho da LBA? O que a senhora achou do fechamento da LBA? Vamos falar um pouquinho da LBA, Legião Brasileira de Assistência.*

Eu não tenho muita liberdade de falar da LBA, no sentido que me falta conhecimento para fazer uma crítica da LBA. Mas eu me surpreendi na LBA, isso eu vou dizer, com pessoas que eu conheci, que fizeram, por exemplo, mestrado onde eu fiz, na PUC. Eram pessoas extremamente sérias e que, quando vieram para cá, entravam na rotina do trabalho que era proposto pela LBA e que não tinha expressão nenhuma, aquilo que era feito. Eu sei que a pessoa não podia lutar contra uma estrutura da entidade que não tinha muito mais coisas do que aquilo, e acredito que até ela fez algumas coisas interessantes. [ ], que conhecia a LBA por dentro, trabalhou muitos anos em cargos importantes lá e que deve ter feito alguma coisa que para nós, que não éramos de dentro da LBA e que tínhamos convênio com algumas atividades que nós executávamos em conjunto, não parecia uma coisa muito positiva.

*Quando foi fechada a LBA, teve algum impacto em você? O que a senhora achou?*

Nenhum. Quer dizer, quando fechou a LBA, foi com a chegada do Collor, não é? Não, com a chegada de Fernando Henrique. Primeiro ato foi acabar a LBA e a CBIA. Nós tínhamos um contato *muito* direto nessa ocasião com o CBIA, o Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência. O CBIA era um órgão sério e que procurava trabalhar com a criança numa direção que era positiva. Agora, também na execução esses órgãos falham porque não têm a preocupação com o fazer a coisa, mas com o fazer que seja mais imediatista. Vamos dizer, nessa época, eu passei muito intensamente nisso, primeiro pela pesquisa, da universidade, do mestrado, e, segundo, porque existia uma coisa aqui, antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, chamada Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente. Esse Fórum era um espaço para você dizer o que quisesse sobre as coisas que estavam sendo feitas, quer fossem do governo, contra o governo – era o governo de Arraes. Inicialmente, a coordenadora era Madalena, mas depois o próprio fórum achou que não era bom que fosse a mulher do governador, porque aquilo não era um órgão do governo, era um órgão que, para a pessoa ter mais liberdade, devia ser eleito pelo pessoal. E então eu fui eleita como membro da coordenação, aí ainda era um colegiado. Nós éramos três ou quatro, sei lá, e tínhamos uma coordenação e um colegiado.

*A senhora lembra das outras pessoas que participam com a senhora da coordenação?*

Lembro de um professor de arquitetura que era um mexicano, Luís de La More, que hoje ainda está muito ligado a essa coisa. Tinha o Fernando Gonçalves, que nem sei por que participava disso. Bom, pessoas que tinham ligação, interesse com isso aí. Esse fórum se reunia semanalmente e para lá levávamos todos os problemas, quer fossem de âmbito local ou de âmbito nacional, para discutir lá e tomar posição e manifestarmos, tudo. E nessa época estava se discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi uma coisa muito bonita como ele nasceu. Ele nasceu, pela primeira vez, como um movimento de baixo para cima. Foram meninos de rua que tiveram participação na discussão do estatuto. Foi muito bonito como o estatuto foi formulado. Eles foram para um encontro na Câmara dos Deputados, em Brasília. Levaram meninos de rua de tudo quanto foi canto, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, para Brasília e lá eles tiveram acesso à Assembléia, ao espaço lá. E deram voz aos meninos. Nesse tempo, Betinho também foi um dos coordenadores desse encontro, os meninos diziam o que achavam da vida deles: “Vocês pensam que a gente gosta de dormir na rua?” Entendeu? Aí disse: “A gente queria um sabonete, uma toalha, uma coisa para tomar um banho, ter um canto onde a gente...” Então os meninos davam depoimentos

deles, da vida deles e tal. E o estatuto foi feito. Agora, este estatuto propunha a criação de conselhos, não é? O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. A prática desse negócio foi como toda prática na área social: esfareladíssima. Eu me lembro que entrei com uma proposta ligada à universidade, que seria de criarmos esses conselhos partindo de um trabalho mais profundo nas cidades do interior. Que se mobilizasse as organizações, tanto públicas como privadas, sindicatos rurais, e que se colocasse o que era isso, esse estatuto, o que era um Conselho de Direito, se discutisse para criar isso devagar. Ninguém aceitou porque achavam que isso ia levar muito tempo e de repente não aceitariam mais o estatuto, porque não tinha criação de conselho suficiente em número para garantir que o estatuto fosse aprovado. Então aí, para garantir um trabalho, vamos dizer, de recursos e tudo o mais, se criou, a partir de um mínimo de informação, um conselho em tudo quanto era município de interior que hoje não têm a menor expressão e nem funcionam.

*O problema, pelo que a senhora está falando, da implementação dessas políticas é que na hora da implementação, é preciso tempo, é preciso um trabalho de formação e aí não há interesse político em fazer isso.*

Seriedade. O interesse é fazer rápido e ter logo um resultado. Há poucos dias eu estava conversando com alguém que disse assim: “Esses conselhos tutelares são um desastre!” Então os conselhos tutelares seriam inclusive indicados por pessoas que seriam pagas. Pessoas seriam remuneradas. Aí que atrapalhou, porque o Conselho de Direitos da Criança não era remunerado e o outro seria remunerado. Esse pessoal teria uma responsabilidade executiva, de decidir coisas. Não decide coisa nenhuma! A prática aqui em Recife quando eu, já aposentada, estava ligada a um trabalho da paróquia, coordenando a Pastoral Social...

*E no trabalho a senhora coordenava a Pastoral Social, é?*

Na Paróquia de Boa Viagem. Eu tinha várias idéias. O pároco era monge beneditino e eu colocava para ele com muita liberdade, tinha receptividade, porque eu era do Conselho Paroquial. Então colocava, por exemplo, que esse pessoal que entrava aqui na igreja, mil pessoas, mil e duzentas pessoas numa cerimônia, “essas mil e duzentas pessoas, padre Matos, vêm aqui, rezam e vão embora para casa. Não têm a menor responsabilidade com o social que está em volta deles. O senhor mora numa paróquia que não é de excluído não, é de classe média alta e de rico que se satisfaz em dar no Natal um presente a um menino. Pronto. Dá os presentes para serem distribuídos na creche e está resolvido. Mas eles precisam saber, precisam ter conhecimento do que é a realidade do pessoal que mora aqui em Boa Viagem, na favela do Entra a Pulso, na favela do Padre Giordano, precisa saber o que é isso.” Então, o pessoal que morava, que vivia na paróquia, que era das associações religiosas, não conhecia nada do problema. “Isso é verdade. Eu acho que você está pensando uma coisa importante. Vamos pensar para ver como é que a gente faz.” Eu disse: “Isso não é esquerdismo não. Isso está escrito na Carta Pastoral desse Encontro da Bahia que foi bem comportado.” Pois bem, o coordenador da CNBB mandou fazer isso: despertar a consciência crítica desse pessoal que vive nessas paróquias.

*Mas qual foi a proposta concreta que a senhora fez?*

A idéia era desenvolver alguma coisa como um seminário. Aí vinha a dificuldade, quais seriam as pessoas que iriam participar disso. Para levar o pessoal para pensar, alguém dentro daquilo ali despertaria alguma coisa. Mas não chegou a ser porque houve um desequilíbrio interno dentro da paróquia, o pároco se afastou e parou tudo. Agora tem coisas assistenciais mesmo. Eu ainda não me demiti porque o pároco ainda não foi nomeado oficialmente. Estou

esperando ele chegar lá para sair. Outra coisa que a gente pensou: quando foi eleito João Paulo, prefeito do Recife, que foi de Ação Católica Operária e que é do PT, nós pensamos: “Agora a gente vai ter vez na área do município.” Então, logo procuramos o pessoal que estava desenvolvendo o Programa de Saúde Comunitária. Vinha do governo anterior – não porque fosse do governo anterior – e era esfarelado, continua eu acho ainda hoje. As agentes comunitárias de saúde que trabalhavam na área, quando nós perguntávamos: “Escute uma coisa. O que há na favela do Padre Giordano? As agentes comunitárias que trabalham aqui, o que elas fazem?” Elas olhavam para a gente assim: “Era melhor a senhora falar com elas.” “Elas estão aí?” “Estão. A gente vai chamar.” Aí chamaram duas agentes que você olhando, não acreditava que pudessem ser agentes comunitárias de saúde. Era aquele desmantelo de cabelo mal penteado... Uma delas, o pessoal diz que se embriagava com facilidade. Mas enfim, sentaram e a gente ficou conversando: “O que vocês fazem aqui?” “Nós dividimos a comunidade aqui em duas áreas. De uma área, eu tomo conta; da outra, ela.” “Mas toma conta para fazer o quê? O que você faz? Você visita para fazer o quê? Para encaminhar para onde? Para levantar o quê? O que é o problema que você...?” “Não, a gente vai lá, conversa quando o pessoal chama ou mesmo quando não chama a gente vai lá e vê.” “Mas vê o quê?” “O recém-nascido, para ver como é que o menino está sendo...” “E qual é o recurso que você tem?” “Ah, tem uma entidade aqui do SUS, um posto que atende muito bem. Então, a gente encaminha para o SUS” “E o que mais? O que você faz, por exemplo, na medicina preventiva?” Porque pensávamos que numa área como essa, tinha que se fazer alguma coisa de medicina preventiva e aí alertava o pessoal para algumas medidas que deviam tomar antes de a doença aparecer, não é? “Você faz algum trabalho de prevenção de câncer?” “Não, senhora.” Eu digo: “Por quê?” “Porque você reunir pessoas, chamar o pessoal do câncer mesmo para vir fazer palestra, para esclarecer, para fazer exame, onde vai mandar...” “Então vamos ver se a gente desenvolve um programa por aí?” “Vamos lá.” Aí, quando chegamos na prefeitura, a coisa estava toda desarrumada ainda, porque estava chegando um grupo novo e aí também não via por onde ia começar. Mas era todo esse pessoal que era agente comunitário se reciclar com orientação nova para um trabalho novo. Até aqui não sentimos nada nessa direção. Agora eu estou afastada porque houve o afastamento do trabalho da paróquia e não sei o que estão fazendo. Mas o que vemos é que não tem grandes coisas, continua a mesma miséria, o mesmo tipo de descaso. E as políticas, mesmo que o Secretário de Saúde da Prefeitura seja candidato a governador de Estado, não sentimos uma preocupação grande em desenvolver um trabalho que tenha expressão. A informação não chega a nós, de que alguma coisa está sendo feita de modo diferente. E agora o pároco que assumiu na paróquia está mais interessado em fazer coisa mais religiosa. Ontem mesmo, chamaram para uma missa que eu não vou. Quer dizer, eu gosto muito de missa, sou católica e freqüento, mas acho que ali não é isso que tem que ser feito. É outro tipo de trabalho.

*A senhora há muitos anos que é de pastoral ou faz pouco tempo?*

Não, eu já moro aqui em Boa Viagem há mais de dez anos, mas não entrei nisso logo não. Uns quatro ou cinco anos, mas não deu para organizar algumas coisas. Assim, por exemplo, o padre queria um atendimento mais individualizado, o pessoal que o procurava, então pegamos um grupo de assistentes sociais que se dispôs a fazer isso, uma espécie de um plantão, para encaminhar pedidos de assistência mesmo: comprar um remédio, fazer não sei o quê, coisas que dependiam de assistencialismo mesmo, de ajuda.

[FINAL DA FITA 5-A]

*Quais as pessoas que a senhora, acha que aqui no Brasil, foram fundamentais nesse movimento? Quais os vínculos que a senhora teve com esse movimento? Enfim, queríamos que a senhora falasse um pouco disso.*

Eu já coloquei assim ligeiramente é que esse movimento nasceu num momento de descompasso político nas várias áreas onde ele se desenvolvia. Então, em alguns países da América Latina ele teve possibilidades de se desenvolver satisfatoriamente porque não havia pressões maiores no tempo em que ele ia começando a ser formulado. O que foi, basicamente, esse movimento? Foi o seguinte: começou-se a questionar, sem grande coordenação ou como mais se sentia, que as propostas que de trabalho se colocavam no Serviço Social não ofereceriam respostas à realidade que se vivia. E nós, desde que entramos na Escola de Serviço Social, fomos percebendo isso. Quer dizer, enquanto você falava em desajustamento social, desajustados em relação a quê? A uma sociedade que ela era desajustada. Então quando você falava em desajustado, em integração social, integrar o quê? Entendeu? Então, esse social desarticulado ia integrar como? O que é integração dentro disso? Então começou-se a questionar a realidade, essa realidade onde as pessoas, quer individualmente, quer em grupo, quer em comunidade, estavam inseridas. Essa realidade começou a ser questionada só por alguma curiosidade de estudo, alguma curiosidade de pesquisar a realidade concreta. Essa realidade era fruto do quê? Essas desigualdades existiam por quê? E se começou a ver as políticas econômicas, o que elas propunham. Como é que era isso dentro dessa realidade de América Latina? Então se começou a utilizar, para estudo dessa realidade, a teoria marxista. E se começou a aplicar a teoria marxista dentro do estudo dessa realidade concreta que se vivia. Começou-se então a questionar mais profundamente aqueles espaços, aquele lastro onde se queria desenvolver um trabalho de natureza mais transformadora. Agora se imagina o quê? Por exemplo, agora, se você me perguntar quais são as experiências do Serviço Social que considero interessantes e que estejam em curso, eu não tenho conhecimento. Primeiro porque acho que não existem experiências que tenham uma expressão maior. Não existem, primeiro porque essas experiências também não podem existir independentemente de um respaldo maior das próprias políticas de governo. Porque você vai desenvolver programas de política social onde não há uma política social definida, nem estruturada, nem recursos, nem ossatura, como alguns chamam, para desenvolver isso aí. Então, essas coisas se colocam como um conjunto de elementos que dificultam a realização. Agora, o que eu estou vendo agora? Eu não sei se é uma coisa um pouco esfarelada, mas o que eu vejo agora? Houve um tempo que o Serviço Social tinha o prestígio para assumir programas, coordenação de programas. Houve programas aqui muito amplos, como foi o caso da COEB, por exemplo, o programa de eletrificação rural. Era coordenado pelo pessoal do Serviço Social, que tinha uma participação na cúpula na coordenação desses programas. E então a Sudene começou um tempo, já no fim, a desenvolver alguns programas dando espaço para o Serviço Social. E dando espaço para questionar isso. Eu me lembro que o diretor de recursos humanos da Sudene questionou isso: “Como nós vivemos falando em integração social e não questionamos o social, onde essa integração vai se realizar? Então a gente tem que partir disso aí.” E aí começaram, mas foi um tempo que não foi muito grande.

Quando trabalhava no Ministério da Saúde, lá em Brasília, eu via que os programas mais amplos de Serviço Social, que tinham alguma participação do Serviço Social, eram coordenados por técnicos de outras áreas. Os odontólogos, que tinham uma formação mais marcada no meio social, eram os coordenadores desse programa. Então você via que não era uma coisa só de ter pessoas nos lugares, era uma questão de prestígio ou desprestígio da profissão. Eu me lembro quando estive aqui dona Nadir Kfoury, uma professora muito famosa no Serviço Social. Ela foi reitora da PUC de São Paulo. E num congresso de Serviço Social aqui, o pessoal perguntou: “Como é, dona Nadir, se a gente não chega nas chefias de programas menores, como a senhora chegou na reitoria da PUC de São Paulo?” Ela disse:

“Foi com trabalho, foi com testemunho desse trabalho, foi a execução que levou as pessoas a respeitarem o que eu fazia e que me levaram a essa posição.” E não é simplesmente por um discurso que se chega num lugar. Bom, então, quando você perde essas posições, eu acho que tem alguma coisa aí que não vai bem. Agora eu não sei se é somente o ponto de vista político, mas eu estou até muito satisfeita de ver que aqui no Recife a pessoa que tem a Secretaria Geral do Governo, uma coisa que é abrangente dentro do Palácio do Governo, com Jarbas, é assistente social e extremamente competente. O João Paulo está com uma equipe de assistentes sociais que é a cúpula dele dentro da administração. Então não é nem a secretária de política, essa é assistente social, mas as outras que têm lá dentro, toda a divisão da classe de trabalho. Então, estou sentindo que sobretudo na política do município, que é do PT, uma coisa mais de esquerda, tem pessoas do Serviço Social como elemento de cúpula no trabalho. Então está se retomando alguma coisa dessa visão que eu não sei bem a execução, não tenho testemunho para prestar de coisas interessantes que esteja se fazendo no Serviço Social do município.

*Mas a senhora acha que essa recuperação de um espaço importante para o assistente social tem a ver com esse movimento de reconceitualização? Quem no Brasil a senhora apontaria como nomes importantes nesse movimento?*

Eu acho que tem esse grupo de Brasília e, aqui no Recife, tem uma assistente social que é nacionalmente respeitada que é Ana Elizabete Simões Mota. Ela estudou muito, fez mestrado, fez doutorado na PUC de São Paulo. E pegou muito essa coisa das políticas sociais e também da empresa privada e do governo, essa coisa junta da função pública e da função privada.

*Ela trabalha em alguma universidade, é isso?*

Ela é professora da universidade e é muito solicitada para palestras, uma pessoa muito competente.

*E os nomes de Brasília?*

Em Brasília está esse grupo da Universidade de Brasília trabalhando muito política social. Mas é um grupo também que vem de São Paulo. Quer dizer, é um grupo que trabalha em Brasília, mas que é formado por São Paulo. Está por lá.

*Quais os nomes desse pessoal da Universidade de Brasília, a senhora sabe algum?*

A Aldaísa Sposati, o Tupiara, que tem estudado muito essa coisa da política social, da questão social, da assistência social, do resgate disso e de uma nova visão disso aí.

*A PUC de São Paulo teve um papel importante nisso, a seu juízo?*

Eu acho que teve. Eu não sei e nem posso dizer, mas o que ouço falar, de pessoas que estão trabalhando, é que a entidade de serviço social que agora está tendo mais representatividade, do ponto de vista profissional, é a Federal do Rio de Janeiro. E a Federal do Rio de Janeiro está com o pessoal que veio de São Paulo, entendeu? Tem a Nobuko, uma nissei que já deu curso aqui, lá de São Paulo, que está na Federal do Rio de Janeiro. Tem o Vicente Faleros, que está em Brasília. É também muito ligado à política social. Faleros era do Rio Grande do Sul, trabalhou muito tempo aqui na Paraíba e em Brasília, hoje está por lá. Também tem uma preocupação muito grande com política social há muito tempo, muita coisa

escrita e tal. Tem uma editora, Cortês, que maciçamente publica trabalhos de Serviço Social. E esse pessoal mais novo – quer dizer, mais novo para mim –, eu conheço só de nome. É o pessoal que está trabalhando mais recentemente e então eu não conheço muito bem. Agora a PUC do Rio de Janeiro, não sei. A PUC do Rio de Janeiro tem uma certa visão que foi um pouco cerceada pela posição da Igreja, dom Eugênio. Eu, por exemplo, quando eu fiz mestrado na PUC, a grande descoberta, a grande professora para nós não foi de Serviço Social. Foi Miriam Limoeiro, que é socióloga. Hoje em dia ela está, parece, numa universidade do interior de São Paulo. Mas Miriam, uma marxista, era chefe do Departamento de Sociologia e foi afastada por conta disso.

*Quando a senhora fez o mestrado, mais ou menos?*

Eu terminei em 1978. Meu mestrado foi uma coisa toda enviesada, porque eu saí daqui e tinha muitos sustentáculos. Eu estava dirigindo a Escola. Quando a Escola entrou na Universidade em 1971, eu fui eleita chefe de departamento, primeiro departamento, e aceitei somente porque as coisas aqui se passam muito em nível pessoal. Tinha coisas que me davam respaldo e eu achava que aquela ainda era uma hora minha. Colocar a Escola na Universidade foi um trabalho meu ainda. Então, passei um ano na chefia. Quando terminou esse ano, houve uma eleição. E eu fui procurada pelo reitor de então que disse: “A senhora vai ser a diretora.” Digo: “Não, eu não vou ser mais porque eu fui dez anos diretora da Escola de Serviço Social. Um ano aqui ninguém me agüenta mais, nem eu agüento mais chefia. Não quero. Parece que só tem uma pessoa e isso não é verdade, não deve ser feito. Então o senhor vá procurar uma outra pessoa.” Ele me nomeou à minha revelia. Houve uma eleição, me elegeram, eu deixei recado, estava no Rio e deixei aqui dito que eu não aceitaria, no caso de ser cogitado o meu nome. Fui eleita. Quando eu cheguei, perguntei a Anita Aline, que estava numa reunião: “Quem foi eleita diretora?” Todo o mundo olhando, rindo, aí eu disse assim: “Não houve uma eleição?” “Não, espera um momento, não sei quê...” Eu sei que demoraram um pouco e chamaram o reitor. O reitor era uma pessoa amiga minha e ele tinha dito: “Quando a Evany chegar, eu quero falar com ela.” Chamaram, o reitor veio ao departamento. E eu: “Oi, doutor Geraldo! O senhor por aqui?” “Vim para dizer quando vai ser sua posse.” “Posse de quê?” “Da direção.” “Não, eu não aceito, inclusive deixei aqui dito que não aceitava, para ser dito na hora da eleição.” “Eu não quero saber disso. A portaria é da senhora. Está feito.” “Pois então, o senhor desmanche que eu não vou aceitar.” Então, ele no outro dia fez a portaria. No dia seguinte, tomei conhecimento, levei uma carta e disse: “Agora vim dizer para o senhor, por escrito, o que lhe disse verbalmente. Eu não aceito, não porque não queira colaborar com a sua administração, mas porque acho que não é mais a hora de aceitar.” Bom, enfim saí, entrou outra pessoa. Então, nessa altura começaram as cobranças. “Tem mestrado, não tem mestrado, é difícil porque não tem mestrado.” Digo: “Aí, vou ficar aqui ainda o quê?” Dez anos, não é? Porque eu tinha que sair com setenta anos. Então, a “expulsória”, como o pessoal dizia. Então eu digo: “Eu tenho o quê? Setenta e um? Ainda vou ficar aqui até 1990, aí tem que cuidar, não é? Aí, bom, veio uma proposta da PUC do Rio de Janeiro, dizendo que se quisessem mandar candidatos, que haveria um nivelamento, depois do nivelamento haveria prova e se entraria no curso. Eu disse: “Bom...” A minha colega vice-diretora disse: “Evany, vamos fazer?” Aí nós combinamos, ela não pôde ir e eu fui sozinha.

O nivelamento era no mês de janeiro. Assim, eu fui para lá e gostei muito. Os professores nesse nivelamento foram excelentes. Agora, minhas preocupações maiores, que eram de ordem política e de política social, não iam ser respondidas porque isso não era muito considerado lá na PUC no Rio de Janeiro. Eram mais os métodos tradicionais de grupos e de casos que eu não tinha interesse nenhum. Então, quando nós chegamos, eu cheguei lá, o nivelamento foi ótimo, o professorado bom... Nós tivemos contato com Miriam Limoeiro, com os professores também de estudos políticos que eu gostei muito. Então, quando terminou



isso aí, o grupo já entrosado, eu completamente desequilibrada em termos de idade com o pessoal que estava fazendo, quase todo o mundo estava na faixa dos 30 anos. Eu estava com 51. Então eu disse: “Mais eu vou, vou fazer e não tenho a menor dificuldade de relacionamento com esse pessoal. Não tenho não.” Foi um relacionamento muito bom. E então fiquei na PUC, não é? Vim para cá ainda passar...

*Quem foi sua orientadora, D. Evany?*

Quem constou como minha orientadora foi Helena Farah. Mas ela mesma não me orientou não. Aí, como eu estou dizendo, a coisa foi muito atrapalhada, porque o primeiro semestre eu fiz com licença-prêmio – acho que eu já falei isso. Eu aí consegui muitos créditos, a maior quantidade de créditos que eu pude fazer nesse semestre, e fiquei tecendo para uma organização de saúde me chamar para ir trabalhar no Rio para eu poder ter chance de fazer as outras disciplinas. Então, depois de muita dificuldade, consegui que um pessoal do extinto Departamento Nacional da Criança, que era nessa altura Coordenação de Proteção Materno-Infantil, gente conhecida minha, colega minha, influenciasse para eu ir para lá. Eu fiquei à disposição desse departamento, dessa coordenação e aí, três vezes por semana eu ia para a PUC. Três vezes por semana eu ia para lá, fazia um conchavo. Bom, aí fui fazendo o maior número de créditos possível. Dois anos depois, a CPMI foi transferida para Brasília. Aí, ou eu voltava para cá, o que para mim seria o caos porque se eu voltasse, teria que assumir a universidade e assumir o ministério, com horário de trabalho, e aí não dava. Então, o chefe, o coordenador disse: “Se quiser ir para Brasília, eu sei que a senhora está interessada em concluir seu curso, por mim não tem dificuldade.” Aí fui morar para Brasília. Aí morei um ano e meio em Brasília. Dois anos.

*E foi lá que a senhora terminou a sua dissertação?*

Foi. Lá não tinha contato acadêmico.

*A senhora não fez mais crédito nenhum em Brasília?*

Não. Já tinha acabado meus créditos na PUC. Aí, quando cheguei em Brasília eu disse: “O que eu vou fazer agora aqui?” Porque não tinha mais contato acadêmico. Procurei colegas minhas que ensinavam na Universidade de Brasília para conversar e tal, mas elas não aceitaram. “Ah, Evany, a dificuldade que você tem são as mesmas dificuldades que eu tenho... Eu não tenho como orientar nem fazer você crescer.” Tinha uma outra colega que estava em situação parecida e aí nós conversávamos, eu procurando o que fazer como tema para conciliar aquele espaço ali. Achei que podia trabalhar a participação nos programas de saúde, que eu tinha muito interesse em estudar participação popular e queria ver como isso entrava nos programas de saúde. Em caso, de jeito nenhum! E eu vinha mexendo com documentos do Ministério, no seminário, então tinha facilidade de trabalhar esses materiais. Aí, ficava procurando orientação. Nessa altura, fui a São Paulo, porque me falaram: “Procura Cecília Donangelo”, que era uma professora de sociologia muito boa, muito ligada a interesses de saúde. Ela foi de uma receptividade absoluta. “Estou muito encabulada de estar vindo aqui. A senhora nunca me viu. Eu não tenho nada que ver com a Universidade de São Paulo, mas vim aqui para conversar, dizer quais são as minhas preocupações, o que eu tenho...” E foi uma coisa muito boa para mim porque, primeiro, ela me identificou com uma pessoa ligada ao governo de Arraes, que eu não sei quem era. Ela disse: “Você parece tanto com uma pessoa que eu conheci lá!” Mas enfim, ela dizia: “Leia por exemplo Graciarema.” Eu disse: “Ah, eu tenho Graciarema!” Eu já dava até em minhas alunas, para estudarem. Então, algumas bibliografias que ela citava eram coisas que eu já tinha uma certa intimidade.

Ela disse: “Você não está por fora como imagina não.” Porque eu acho que no curso – para todo mundo acho que é um pouco isso, sobretudo para mim que já fiz mais velha – você chega com a curiosidade para ser respondida e aí ouve muita coisa nova, pega muita coisa nova, que não domina bem. E quando sai com aqueles elementos todos, o quadro teórico marxista, que era o caso que Cecília colocava, é meio complicado porque as coisas se sobrepõem na cabeça de quem, como eu, teve uma formação muitos anos antes. E aí você tem que fazer um trabalho dizendo tudo aquilo que você conseguiu ver e dizer que sabe o que não sabia. Então eu dizia a ela: “Tudo que eu não sei, vou ter que colocar aqui como sendo uma coisa que domino.” Mas enfim, trabalhei esses documentos, que eram paupérrimos, e demorei porque aí vim embora para cá. Depois de um ano e meio em Brasília, voltei para cá e assumi a universidade, assumi o ministério e terminei o trabalho aqui mesmo, sem orientação. Falava com um, com outro e fui, voltei... defendi em 1978. Meu mestrado, eu fiz em 1970... acho que foi 1972. Esta época o Rio estava cheio de gente voltando dos exílios e tentando reorganizar alguma coisa. Aí, tinha um negócio lá no Teatro Casa Grande e o pessoal dizia: “Tem discussão sobre literatura.” Literatura coisa nenhuma! Pagávamos cinco reais e ouvíamos tudo que queríamos ouvir das coisas novas que estavam ocorrendo. Era um momento muito rico. Em Brasília era o regime militar. Era Geisel o presidente quando estávamos lá.

E fazíamos os trabalhos. Eu era supervisora de algumas áreas com as outras colegas profissionais e fazia o trabalho com elas. Quando a gente chegava num lugar dizia: “Você não vai. Você vai defender o ministério aqui, vai defender o programa. O ministro, não interessa nem a gente saber quem é. Interessa saber qual o programa, como é que a gente vai discutir”... E assim mesmo tinha um medo horrível: “Evany, não...” “Evany nada! Vamos fazer o trabalho que viemos fazer aqui, não é segurar essa coisa que está lá não.” E trabalhávamos. Florianópolis, Vitória, sei lá, eu viajei um bocado com esse pessoal, para supervisão. Pronto, aí depois disso voltei para cá e reassumi as coisas na universidade.

*Foi uma boa experiência, não é?*

Foi, foi interessante.

*E aí, D. Evany, a senhora falou do mestrado...*

O mestrado feito na PUC do Rio de Janeiro foi concluído em 1978, janeiro de 1978. Voltei para cá e assumi minhas aulas na universidade regular. Nessa área de formação, que eu não mencionei no tempo oportuno, em 1966 houve um curso promovido pela USAID, de desenvolvimento urbano para professores e pessoas ligadas ao Serviço Social no Brasil. Então fomos um grupo de doze assistentes sociais e passamos três meses nos Estados Unidos visitando serviços, sobretudo serviços de liga urbana, que era o que eles queriam nos mostrar como coordenadores comunitários de desenvolvimento. E visitamos várias Escolas de Serviço Social. Começamos pela Universidade de Columbia, mas passamos em Washington primeiro para ter uma visão da organização político-administrativa dos Estados Unidos. Visitamos a Universidade Católica de Washington e outras entidades. Depois fomos a Baltimore, a Pittsburgh, a Cleveland, a Saint Louis, a Chicago, a Nova York e voltamos para Washington para entrega do relatório. E fizemos um relatório final desse período que estivemos lá. Foi uma coisa muito interessante para a tomarmos conhecimento da realidade americana. Nós não falávamos inglês, mas tínhamos um intérprete permanentemente nos acompanhando. E vimos e nos espantamos muito, apesar de sabermos que nos Estados Unidos os programas, sobretudo os programas de caso, os programas de grupo eram mantidos pelas próprias comunidades onde eles se desenvolviam. E os programas eram tanto melhores quanto melhor a comunidade pudesse pagar. Então, uma comunidade ‘x’ que tinha um

programa de acompanhamento individual de casos. Esse acompanhamento era feito numa agência onde os assistentes sociais trabalhavam pagos pela própria comunidade. Nós perguntávamos e eles ficavam também curiosos em saber qual era a origem da curiosidade da gente, que eles tinham um programa – porque o americano trabalha muito com guerra – chamado Guerra à Pobreza. Nós perguntamos: “Os assistentes sociais estão engajados nesse programa?” “Não.” “Por quê?” “Porque eles não tiveram formação específica para trabalhar num programa dessa natureza.” Eles preparavam pessoal para trabalhar nisso e os assistentes sociais continuavam nos programas de rotina, desenvolvendo aquelas atividades que toda a vida desenvolveram. E tinha, às vezes, em algumas universidades, umas coisas interessantes. Eu me lembro de um sociólogo que desenvolvia programas, por exemplo, quando havia uma questão da comunidade com o reitor ou com a universidade, em que ele orientava a população para questionar a reitoria. Esse cara era um sociólogo, mas era posto à disposição das comunidades por projetos pagos. Nós ficamos muito curiosas, se não me engano era Ali o nome dele, para ver como isso funcionava, andamos procurando bibliografias... Mas sim, esse programa foi interessante para termos uma visão de como os americanos trabalhavam. E eles também gostavam de ouvir o que nós fazíamos aqui. Nessa ocasião, já tinha alguns programas de desenvolvimento comunitário deslanchando aqui. Se colocava isso e eles diziam: “Bom.” E tinha um questionamento – isso era 1966 – sobre como podíamos trabalhar com programas de educação popular, educação de adultos e tal. Eles diziam: “Olha, isso não é Serviço Social como tal, mas vocês devem trabalhar aquilo que for mais interessante ao país de vocês. Se isso é uma coisa que se coloca lá, não se coloca aqui mas se coloca lá, vocês procurem desenvolver esse tipo de coisa e tal.” Foi útil pelo grupo e pelo coisa que vimos lá, em termos de informação.

*Nós queríamos perguntar sobre sua militância nas entidades, nas associações de classe.*

Ah, sim! As entidades de classe. Tinha a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social e tinha a Associação Brasileira de Assistentes Sociais, chamava ABAS e tinha seção em Pernambuco. Foram as coisas mais formais mas não tinha um interesse muito grande não. Meu interesse maior foi despertado, inclusive isso foi até mencionado agora nessas festinhas dos oitenta anos, pela participação na criação da Associação de Docentes da Universidade. Então a ADUFEPE, que foi a entidade criada e se formou depois um sindicato ligado a ANDES. Então, nessa associação, quando foi criada, eu tive uma participação muito grande. Não era uma participação de atuação, mas uma presença de apoio às reuniões, às coisas que se discutia, eu estava sempre presente. E fui até representante do Departamento de Serviço Social na ADUFEPE, que eles pediam para os vários departamentos da universidade terem representação. Então eu ia para lá discutir coisas, trabalhar em alguma coisa que aparecesse e tal. Então, acho que o testemunho que se dá em relação ao meu trabalho é que eu fui sempre presente nessas lutas, nessas coisas que se colocavam como um desejo de transformação, de alguma coisa nessa direção. Eu acho que eu sempre fui muito presente. Muita coisa naturalmente ficou omissa, mas as coisas que foram...

*D. Evany, nós queremos agradecer muito a sua entrevista. Foi muito boa. Queria saber se você tem alguma coisa mais a colocar.*

Não. Eu quero agradecer também a oportunidade de rever esse tempo todo de trabalho e de mais uma vez fazer a crítica desse trabalho, que não foi nunca aquilo que a gente desejava, sempre a gente queria muito mais do que conseguia executar. Havia dificuldades de ordem pessoal, da própria realidade que não aproveitava muita coisa, mas enfim, nós tentamos realizar depois. A minha participação, quando voltei da PUC, no mestrado, eu considero que foi uma participação de mestrado praticamente começando, uma participação muito intensa

de aula na pós-graduação, onde orientei vários trabalhos bons de alunos no mestrado, muito satisfatórios também. E para mim foi um prazer muito grande ensinar no mestrado, porque eram alunos que queriam estudar. Aluno de graduação às vezes não sabe muito porque está fazendo o curso, não tem uma responsabilidade maior. O aluno de mestrado já decidiu o curso que quer. Então, isso para mim foi muito gratificante, as orientações que eu consegui dar.

Quando eu voltei da PUC do Rio, o curso aqui estava passando por uma crise, não sei por quê, e os alunos viviam reclamando do curso de Serviço Social, não o de mestrado, e que as meninas diziam assim: “Aqui está muito ruim! Lá no outro, o professor satisfaz a gente. Por exemplo, essa velhinha que veio agora da PUC, está correspondendo.” E eu me dei conta de que era eu.

[FINAL DA FITA 5-B]

*E o que a senhora acha da profissão que abraçou?*

Olhe, eu esperava muito mais. É que a gente entra com uma garra e tem um desejo de muita coisa que não é realizada. Então, eu acho que a profissão dá uma frustração, nesse sentido, porque não se consegue fazer aquilo que se pretende. E inclusive, hoje em dia mesmo, eu acho que não vejo um testemunho muito forte do que o Serviço Social pretende ser dentro da realidade onde a gente vive. Então a gente sente sempre que aquilo que é pretendido nunca é alcançado. Eu acho que isso é uma coisa que se pretendia muito, mas nada é feito também no vazio, tudo isso tem todo um...

*A senhora avalia que num certo sentido que o que não é alcançado, não o é por conta de políticas públicas na área social?*

Acho. Um dos vazios é esse. Quer dizer, quando eu estava na França, muito tempo atrás, vi outra realidade muito diferente. Uma das coisas que os deixava muito surpresos era nós dizermos que quando sai um governo, muda todo o pessoal de natureza técnica também. Então eles achavam isso uma aberração. Diziam: “Quando a senhora chegar lá, quer dizer, vai continuar?” “Não. Não vou continuar, porque tem um governo novo que vai entrar agora.” “E muda as pessoas?” “Muda as pessoas.” Os técnicos, os cargos técnicos mudam. E quando muda as pessoas, dificilmente elas vêm com a mesma programação, não é? Querem sempre dar uma tônica da sua presença dentro daquele trabalho, naquilo que ele pretende fazer. E isso dificulta enormemente e dá essa descontinuidade em que a gente não chega a muita coisa. Por exemplo, agora mesmo, olhando para trás, vendo o que pretendíamos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, nada está acontecendo que dê a resposta que se esperava, a partir da aplicabilidade desse estatuto. Então, as coisas não ocorrem porque, eu acho, mesmo dentro dessa perspectiva, que não são para ocorrer na área social.

*Não é por conta de carência de saber específico na área?*

Não. É porque vem de uma coisa desarticulada também. Mas eu acho que o que ocorre é mais essa coisa de que o social não existe como coisa séria. Por exemplo, no governo do Sarney, quando veio toda uma esperança porque teve um movimento de redemocratização, acabou o regime autoritário, o que ia acontecer ali? Primeiro, eu não tenho segurança para afirmar isso, mas uma coisa que me parece é que, quando começou o próprio Sarney a falar da cidadania, cidadão vem do liberalismo e vem de uma coisa pessoal para defender os seus direitos. Então eu acho que numa hora que se soltasse, podiam, essas organizações, tomar um novo fôlego e levar o Brasil para um lado que não seria o desejável, despertar uma coisa que

é individual e pessoal, que é o papel do cidadão. Cidadão é fulano de tal. Não é a organização social. Então, para mim, veio uma coisa sorradeira para dilapidar logo tudo. Essa coisa de “Tudo pelo Social”, não era nada pelo social. Como no Brasil se leva as coisas um pouco na brincadeira, o que até é bom, se dizia: “Agora ninguém vai mais pelo elevador de serviço; é tudo pelo social!” Se sentia que não era verdade, nem alguma coisa ia ocorrer de novo nessa área. Tinham medo que ocorresse. Eu acho que foram circunstâncias, que ainda hoje estão aí. Mas a gente sente ainda esperança. Por exemplo, quando o João Paulo foi eleito prefeito do Recife, eu senti uma alegria fora de propósito até. Porque eu achava que, afinal, era uma pessoa que era operária, que foi da JOC, que chegou ao governo municipal do Recife numa luta terrível, contra um candidato que o levava na maior humilhação nas discussões. Era sobre a formação dele. “Você se formou em quê? No quê?” Então essa coisa dá uma esperança.

*Vale a pena, não é? Valeu a pena.*

Vale a pena. Valeu a pena. Eu faria tudo diferente, mas de novo.

*Essa discussão sobre Serviço Social, assistência social, se o nome estava inadequado... Quer dizer, a Escola era de Serviço Social, mas vocês eram assistentes sociais. Essas discussões ocorriam nesses encontros, nesses congressos? Pensou-se em mudar?*

Eu sinto que hoje a perspectiva está muito mais profunda, na análise. Mas se colocava muito isso. Quer dizer, assistência social, como se coloca nesses estudos que tem hoje, em que colocam que aquilo era prestado para ser executado dentro de toda essa precariedade mesmo que se faz da descontinuidade, de uma série de coisas dessas. Mas as instituições que foram criadas para desenvolver a assistência social – como no caso da Legião Brasileira de Assistência, que era específica – os profissionais que iriam desenvolver isso que seriam, basicamente, as assistentes sociais. Às vezes, esse quadro do receptor do trabalho do assistente social era terrivelmente rejeitado pelo assistente social, no que fosse assistência social. Então, era considerada uma coisa menor, e aquilo que você estava pretendendo fazer era uma coisa que ultrapassaria isso. Isso, que continuasse com as primeiras-damas e que fosse subalterno ao Serviço Social e não a assistência social se submeter a executar isso.

*Mas e o nome? Pensou-se em mudar o nome da profissão ou não tinha como?*

Não, isso aí não tinha nenhuma... Houve tempo em que se falou em trabalhador social, mas então se começou a dizer que trabalhador social era muito vago, não definia nada e que isso já era uma coisa consagrada. E aí nós ficamos com essa terminologia da profissão, que incomoda pela proximidade com a assistência social. Inclusive, quando a gente é aluna e está vibrando com essa diferença fundamental do trabalho mais orientado, mais intelectual, mais pensado, mais profundo, simplesmente dar uma coisa a alguém, o trabalho de assistência social é muito pobre em relação àquele pretendido. Isso incomodava realmente muito.

*Então, mais uma vez, queremos agradecer esse depoimento longo e muito rico. E se a senhora quiser alguma palavra para a gente encerrar a entrevista...*

Não. Eu queria também agradecer essa oportunidade de repensar, já agora, no outro tempo, já terminando até a própria vida, de olhar para trás e ver o que foi feito. Eu acho foi uma oportunidade boa também.

*E ver que valeu a pena, não é?*

Valeu a pena, mas a frustração está aí. Tentar realizar e não conseguir...

*Muito obrigada.*

Obrigada a vocês.

[FINAL DO DEPOIMENTO]